

Bem-estar animal: desafios sociais de um termo em construção

Carolina Toschi Maciel



Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**BEM-ESTAR ANIMAL:
DESAFIOS SOCIAIS DE UM TERMO EM CONSTRUÇÃO**

CAROLINA TOSCHI MACIEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientadora: Profa. Dra. Julia Silvia Guivant

FLORIANÓPOLIS (SC)

2009

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

M152 Maciel, Carolina Toschi

Bem-estar animal [dissertação]: desafios sociais de um termo em construção / Carolina Toschi Maciel; orientadora, Julia Silvia Guivant. - Florianópolis, SC, 2009.

137 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui bibliografia

1. Sociologia política. 2. Segurança alimentar. 3. Normalização. 4. Modernidade. 5. Bem-estar animal I. Guivant, Julia Silvia. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

CDU 316



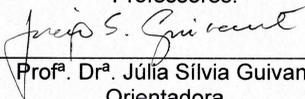
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

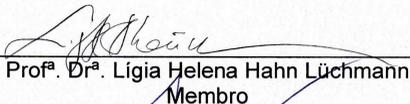
**“BEM-ESTAR ANIMAL: DESAFIOS SOCIAIS DE UM TERMO EM
CONSTRUÇÃO”.**

CAROLINA TOSCHI MACIEL

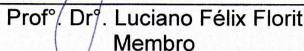
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua
forma final pela Orientadora e Membros da
Banca Examinadora, composta pelos
Professores:



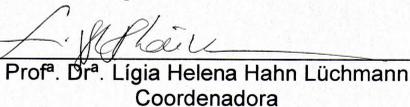
Prof^a. Dr^a. Júlia Sílvia Guivant
Orientadora



Prof^a. Dr^a. Lígia Helena Hahn Luchmann
Membro



Prof^o. Dr^o. Luciano Félix Florit
Membro



Prof^a. Dr^a. Lígia Helena Hahn Luchmann
Coordenadora

FLORIANÓPOLIS, (SC), JULHO DE 2009.

Dedico este trabalho aqueles cujos esforços na esfera profissional e pessoal são realizados em prol dos animais não humanos. E também aqueles com senso crítico e disposição para rever conceitos e preconceitos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, inicialmente, aos contribuintes honestos que ao pagarem seus impostos permitem a manutenção dos serviços públicos entre eles o ensino que recebi na Universidade Federal de Santa Catarina, especificamente, no Departamento de Pós-graduação em Sociologia Política. Ademais os impostos recolhidos possibilitam a concessão de bolsa de estudos, a qual tive direito durante a execução deste curso de mestrado, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Estendo os agradecimentos também àqueles que contribuem para a qualidade do curso: corpo docente, servidores administrativos e os colegas discente. Dentre eles um especial reconhecimento a orientadora Julia Guivant, aos professores Cecile Raud, Carlos Sell, Elizabeth Farias, Yan Carreirão, Lígia Helena Hahn, a secretária administrativa Albertina Volkmann, e aos colegas André Bianco, Denise Nunes, Ana Carolina Cassiano, Tade-Ane Amorim, Rodrigo Nippes e Cláudia Guedes. Registro, também, sinceros agradecimentos aos professores Siomara Marques e Luciano Florit pelo apoio e incentivo.

Especial agradecimento segue para minha mãe, com quem tenho o privilégio de manter uma relação de afeto, de amizade, de companheirismo profissional e acadêmico e de apoio emocional.

Agradeço também a meu namorado pela compreensão neste período que estive com dedicação exclusiva aos estudos.

Mar. At that that I have kill'd, my lord; a fly.

Tit. Out on thee, murderer! thou kill'st my heart;
Mine eyes are cloy'd with view of tyranny:
A deed of death, done on the innocent,
Becomes not Titus' brother. Get thee gone;
I see, thou art not for my company.

Mar. Alas! my lord, I have but kill'd a fly.

Tit. But how if that fly had a father and a mother?
How would he hang his slender gilded wings
And buzz lamenting doings in the air!
Poor harmless fly,
That, with his pretty buzzing melody,
Came here to make us merry! and thou hast kill'd him.

By William Shakespeare, 1593.

Titus Andronicus (Act 3, Scene 2, Lines 55-80).

RESUMO

Bem-estar animal: desafios sociais de um conceito em construção.

No contexto do agronegócio, a dinâmica do mercado de alimentos mudou significativamente nas últimas décadas. A recente demanda por bem-estar animal estimulou transformações desde a propriedade rural à mesa do consumidor. Estas mudanças tanto do processo de produção quanto de consumo trazem desafios aos atores envolvidos na cadeia de produtos de origem animal em razão da falta de consenso sobre o que constitui ou o que não constitui 'bem-estar animal'. Neste sentido, o objetivo principal da pesquisa consiste na investigação da natureza das exigências de bem-estar de animais de produção, de modo a identificar possíveis conflitos decorrentes desta natureza. A partir do referencial teórico da sociologia ambiental, na vertente construcionista, da modernidade reflexiva e da modernização ecológica buscou-se a compreensão do significado social da demanda de bem-estar animal com fins de contribuir na identificação de dissonâncias das práticas individuais e das políticas institucionais em relação ao tema e que causam incertezas no mercado de carnes. A coleta de dados contou com revisão literária e pesquisa de campo com atores de frigoríficos de frango de corte em Santa Catarina (Brasil), certificadoras e organizações não-governamentais. O resultado final confirmou a hipótese de que o bem-estar animal possui uma natureza híbrida que envolve aspectos éticos, sanitários e econômicos, sendo os conflitos resultado da valoração distinta que cada ator faz destes três aspectos do bem-estar animal.

Palavras-chaves: bem-estar animal, segurança alimentar, certificação, modernidade reflexiva, modernização ecológica.

ABSTRACT

Animal welfare: social challenges of a concept in construction.

Within the agribusiness context, organization of food markets has changed significantly in the last decades. The recent demand for animal welfare has stimulated changes from farm to fork. These changes both in the production and in the consumption process are challenging the actors involved in the chain of animal products, due to the lack of consensus on what constitutes 'animal welfare' and what does not. Accordingly, the main purpose of the research is to investigate the nature of the demands for farm animal welfare in order to identify any possible conflicts originated from that nature. Based on theoretical references from environmental sociology, within its constructionist perspective, reflexive modernism and ecological modernization, this research aimed to gather information that could bring an understanding to the social meaning of animal welfare demand with the purpose to contribute to the identification of dissonances between individual practices and institutional politics regarding this subject and which can cause uncertainties in meat markets. Data collection included a review of the literature and field research in poultry abattoirs in Santa Catarina (Brazil), certification institutions and non-governmental organizations. The final result confirmed the hypothesis holds a hybrid nature that combines ethic, sanitary and economic elements, and that completes results from the different significances attached by each actor to such three aspects of animal welfare.

Key-words: animal welfare, food safety, certification, reflexive modernism, ecological modernization.

SUMÁRIO

Lista de siglas.....	12
1.INTRODUÇÃO.....	14
1.2 Da finalidade e justificativa da pesquisa.....	18
1.3 Objetivos.....	19
1.3.1 Geral:.....	20
1.3.2 Específicos:.....	20
1.4 Linha de pesquisa e referencial teórico.....	21
1.5 Metodologia aplicada à pesquisa.....	22
1.5.1 Quanto ao método de investigação.....	23
1.5.2 Quanto à técnica de abordagem do problema:.....	23
1.5.3 Quanto à finalidade da obtenção dos dados:.....	24
1.5.4 Quanto à natureza da articulação entre os dados pesquisados	24
1.5.5 Quanto aos procedimentos de obtenção de dados:..	24
1.5.6 Quanto à análise dos dados.....	25
1.6 Da estrutura dos capítulos.....	25

2. CAPÍTULO II: Panorama da relação entre animais e animais humanos.....	20
2. 1 Contexto histórico.....	20
2.2 Principais concepções de interação.....	26
2.2.1 Conservadoristas.....	38
2.2.2 Bem-estarista.....	36
2.2.3. Abolicionista.....	41
2.3 O lugar dos animais na esfera jurídica.....	43
3. CAPÍTULO III: Formação da exigência de bem-estar animal.....	32
3. 1 Atividade pecuária.....	51
3. 2. A apresentação da reivindicação bem-estarista.....	54
3.2.1 Construtivismo social.....	55
3.3 Repercussão da demanda de bem-estar animal entre os atores.....	39
3.3.1 Consumidores.....	65
3.2.2. Estados nacionais.....	68
3.2.3 Supermercadistas.....	69
3.2.4 Organismos certificadores.....	72
3.2.5 Produtores agropecuários.....	44
3.2.6 Organizações não-governamentais.....	45

3.4 Segurança alimentar e sanidade animal.....	46
4. CAPÍTULO IV: O bem-estar animal e a modernidade do século XXI.....	52
4.1 Modernidade Reflexiva.....	52
4.2 Modernização Ecológica.....	57
4.3 Da natureza econômica.....	59
4.4 O papel da ciência nas questões de bem-estar animal....	60
4.4.1 A ciência entre o bem e o mal-estar dos animais.....	61
4.4.2 Da ambivalência da ciência	69
5. CAPÍTULO V: Desafios subjacentes às exigências de bem-estar animal.....	71
5.1 Conflitos na compreensão de bem-estar animal.....	71
5.2 Desafios.....	77
6. CAPÍTULO VI: Estudo de campo.....	79
6.1 Universo da amostra.....	79
6.2 Métodos.....	83
6.3 Da execução da pesquisa de campo.....	85
6.4. Da análise dos dados.....	86
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
8. Referências.....	106
9. Apêndice.....	115

Lista de siglas

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ARCA - Associação Humanitária de Proteção e Bem-estar Animal

BEA - Bem-estar animal

CAC - Comissão do Codex Alimentarius

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DFD - Dark Dry Firm

DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal

DTA - Doença transmitida por alimentos

EEB - Encefalite Espongiforme dos Bovinos

EUREPGAP - Euro Retailer Produce Working Group

FAO - Food and Agriculture Organization - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

GATT -General Agreement on Tariffs and Trade

IN - Instrução Normativa

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

IPPC - International Plant Protection Convention

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MS - Ministério da Saúde

OBA - Organização Bem-Animal

OIE - Organização Mundial de Saúde Animal

OMC –Organização Mundial do Comércio

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização não-governamental

PSE - Pale, Soft, Exudaive

REBEM - Recomendações de Boas Práticas de Bem-estar para
Animais de Produção e de Interesse Econômico

RIISPOA - Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de
Produtos de Origem Animal

RSPC - Royal Society for the Protection of Cruelty to Animals

SDC - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e
Cooperativismo

UEP - United Eggs Producers

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

vCJD - Creutzfeldt-Jacob

WHO - World Health Organization

WSPA - (World Society for Protection of Animals) – Sociedade
Mundial para a Proteção dos Animais

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre os limites da exploração humana de animais para fins científicos, desportivos ou alimentícios retornou com vigor à agenda pública nos últimos anos. Embora esmaecido pelas promessas de progresso no limiar da modernidade, o tema voltou a ter destaque com as recentes formalizações de exigência de bem-estar animal na esfera pública e privada. Para fins desta pesquisa, o foco esteve no debate sobre o uso de animais para consumo humano na forma de alimentos.

Seja na embalagem de um produto de origem animal, ou nas orientações para construção de um aviário; seja nas instruções normativas de um governo, ou na campanha de um organismo não-governamental; seja num curso de medicina veterinária, de direito ou de filosofia, o termo bem-estar animal tem sido utilizado com mais assiduidade. A apropriação do termo por diferentes segmentos sociais poderia, à primeira vista, ser considerado um indicativo de uma ampla aceitação de seu conteúdo. Contudo, observações mais acuradas apontam não para um consenso, mas para um dissenso sobre seu significado. Desta maneira, o uso do termo pode ser explicado por sua qualidade de ser, como menciona Spedding (2000), um 'guarda-chuva', cuja extensão cobre uma gama de diferentes interpretações. Este termo, da mesma forma que 'beleza',

'verdade' e 'liberdade', é usado indistintamente, como se tivesse um conteúdo universal, o que não procede quando explicitado em detalhes. Entender a natureza e as implicações desta variação de significados constituiu a meta principal desta pesquisa.

A dificuldade de obter um consenso está na presença de diferentes valores, visões de mundo e representações¹ dos animais que influi em sua caracterização (THOMPSON et al, 2007, p.2355). Assim, uma mesma prática pode ser considerada em acordo ou em desacordo com o bem-estar animal dependendo do observador e do executor.

No campo de produção e implementação de políticas voltadas aos animais criados para o consumo humano atuam diversos atores que, em maior ou menor grau, reproduzem diferentes percepções sobre o animal. Dentre estes atores, destacam-se os representantes da sociedade civil (consumidores e ativistas), os representantes da indústria alimentícia (produtores rurais, frigoríficos, rede varejista), os representantes do poder público (órgãos de incentivo a produção e órgãos de fiscalização sanitária) e representantes de organismos internacionais (FAO, OIE, OMC, OMS).

¹ A representação dos seres animais varia numa ampla escala que vai desde ser considerados como uma máquina, conforme visão de Descarte, a sujeitos morais, conforme Tom Regan, passando por atores híbridos, conforme os define a teoria ator-rede de Latour e Callon.

Nos últimos vinte anos, alguns consumidores, autoridades públicas e representantes da indústria alimentar promoveram alterações centrais na produção, comercialização e consumo dos produtos de origem animal, na medida em que ocorria o reconhecimento da capacidade de senciência² animal e da relação entre saúde e bem-estar animal com inocuidade alimentar. Dentro deste novo contexto, em que a promoção do bem-estar animal exige novos cuidados na criação, no transporte e no abate, os diversos atores se articulam em torno dos desafios que emergem da complexidade das práticas de bem-estar animal, em razão da diversidade valorativa subjacente a seus significados.

1.1 Da problemática objeto da pesquisa

Discordâncias registradas entre as exigências de bem-estar animal têm provocado prejuízos comerciais e insegurança tanto para o consumidor, que ao ler uma publicidade sobre 'bem-estar animal' não consegue discernir seu real significado, quanto para o setor produtivo, que não sabe qual padrão implementar ao longo da cadeia produtiva.

² O termo senciante vem do latim *senciens* e significa "que sente, que tem sensações". Os animais foram considerados seres sencientes por inúmeras pesquisas científicas, por possuírem a capacidade de sentir, ou seja, de perceberem, cognitivamente, as sensações, e terem a capacidade de convertê-las em estímulos.

A pluralidade valorativa subjacente à referência ao bem-estar de animais faz de sua implementação um desafio social, uma vez que diferentes interesses, visões de mundo e representações dos animais influem na sua execução. A inexistência de um discurso conexo e de uma prática unificada de bem-estar animal pode resultar em prejuízos econômicos e sociais significativos devido às incertezas e confusões generalizadas. Da observação deste problema emergiu a proposta da presente pesquisa que teve como ponto de partida os seguintes questionamentos: estariam os diferentes atores da cadeia de produção-consumo de produtos de origem animal utilizando a expressão 'bem-estar animal' de modo equivalente e, caso isto não aconteça, quais são as diferenças de interpretação?

A resposta provisória a esta pergunta que funcionou como hipótese norteadora da pesquisa aponta para um uso não equivalente do termo, uma vez que 'bem-estar animal' assumiria uma natureza distinta para cada ator, expressando alternativamente preocupações éticas, sanitárias e econômicas. Ademais, seria devido a esta ambivalência da natureza do conteúdo semântico da expressão 'bem-estar animal' que conflitos entre os atores se formariam.

1.2 Da finalidade e justificativa da pesquisa

Para o Brasil, assim como para outros países exportadores a crescente demanda por alimentos oriundos de animais criados em condições de bem-estar tornou-se um desafio institucional, econômico e social. Buscar conhecimento sobre a demanda de bem-estar animal, desde a perspectiva das ciências sociais, com vista à compreensão deste novo fenômeno que permeia as relações sociais de produção e consumo, caracteriza a finalidade primordial desta pesquisa. A contribuição científica da investigação social está na compreensão do significado dos fenômenos, por meio da análise da dinâmica da estrutura social e dos condicionantes que limitam e estimulam a ação dos indivíduos.

A obtenção deste conhecimento, que inclui a identificação de possíveis dissonâncias nos significados de bem estar animal e que pode permear as práticas individuais e das políticas institucionais de bem-estar animal pode contribuir para que os atores sociais no Brasil elaborem estratégias que os permitam adequarem-se às novas exigências internacionais. Ou seja, o estudo da natureza da demanda de bem-estar animal interessa ao Brasil porque deste delineamento dependem algumas de suas mais expressivas relações econômicas, ou seja, a venda de produtos agropecuários. O aprofundamento da compreensão da demanda de bem-estar animal constitui ação

estratégica em prol de uma inserção mais favorável do país nos fluxos internacionais do mercado de alimentos.

Anota-se que a regulamentação nacional, ainda incipiente, conta somente com a publicação da Instrução Normativa n.56 do MAPA de novembro de 2008, sobre princípios gerais de bem-estar animal, estando em elaboração normas específicas para cada espécie e estágio da produção. Anterior à publicação da IN56, o que havia em termos de legislação nacional de proteção aos animais era a relacionada à prevenção de atos cruéis, como o decreto número 24.645/34.

Ademais, a pesquisa justifica-se frente às dificuldades de governança em temáticas que envolvam interesses e visões de mundo colidentes, nas quais se enquadra a atual elaboração de diretrizes de 'bem-estar animal', que provoca incertezas ante a volatilidade de sua natureza perante os diferentes atores. Considerando que a falta de informações precisas subtrai do ator a possibilidade de uma prática consciente, a explicitação do posicionamento dos demais atores individuais e institucionais frente a suas compreensões da natureza do bem-estar animal revela-se imprescindível para identificação dos distintos interesses.

1.3 Objetivos

A partir da problemática exposta e da finalidade e justificativa descritas, foram assumidos como desígnios a serem alcançados por esta pesquisa os seguintes objetivos:

1.3.1 Geral: investigar a natureza da exigência de bem-estar para animais de produção, de modo a identificar possíveis conflitos oriundos de sua natureza.

1.3.2 Específicos:

1.3.2.1 apresentar a trajetória de formação da exigência de bem-estar animal;

1.3.2.2 identificar os atores sociais (individuais e coletivos) envolvidos na produção e consumo de alimentos de origem animal;

1.3.2.3 verificar os principais desafios a implementação de uma política de bem-estar animal;

1.3.2.4 coletar dados sobre o tema bem-estar animal na cadeia produtiva de frango de corte do estado de Santa Catarina com exportação para União Européia.

1.4 Linha de pesquisa e referencial teórico

A temática deste trabalho insere-se no contexto da linha de pesquisa ‘Modernidade, Ciência e Técnica’ do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Esta linha dedica-se aos estudos de mudanças sócio-políticas e culturais relacionadas aos processos de modernização técnica-científica. Neste sentido o trabalho teve articulação com as proposições teóricas relacionadas à ciência e a técnica moderna e suas implicações sociais, políticas, econômicas e ambientais.

Com efeito, as transformações nas esferas de produção e consumo ocasionadas pela emergência do bem-estar animal envolvem o debate sobre as bases valorativas da modernidade e sua interface com as ciências que elaboram ou legitimam técnicas de manejo dos animais. Da mesma forma, o estudo da demanda de bem-estar animal implica em analisar os aspectos epistemológicos e metodológicos que envolvem a definição de padrões alimentares e sanitários.

Nesta perspectiva, o trabalho fez lastro em quatro principais linhas de análise social, quais sejam: a perspectiva construcionista de John Hannigan, a descrição da alta modernidade de Anthony Giddens e Ulrich Beck e a teoria da modernização ecológica de Arthur Mol e Gert Spaargaren.

A partir do enfoque do construtivismo social foi possível ressaltar o caráter socialmente construído das exigências de bem-estar animal e relacionar algumas variáveis que contribuíram para sua formulação. As análises de Hannigan (1995) sobre a construção social das exigências ambientais colaboraram na compreensão do papel dos atores sociais envolvidos na reclamação por bem-estar animal e nas subseqüentes definições e elaborações de práticas.

Da mesma forma, os estudos de Giddens (1991) sobre a modernidade forneceram valiosas explicações sobre a dinâmica das relações sociais. Tais contribuições foram especialmente pertinentes na descrição do deslocamento das interações locais e sua reestruturação por meio de mecanismos de desencaixe, na forma, por exemplo, de selos de conformidade que informam que o produto deriva de animais criados em condições favoráveis ao seu bem-estar.

Por seu turno as teorias da sociedade de risco e da modernização ecológica, subsidiaram as argumentações de que o reconhecimento dos problemas ambientais são marcos paradigmáticos da sociedade industrial no sentido de promoverem transformações em inúmeras esferas sociais. Embora divergentes em muitos aspectos, estas teorias concordam no papel da ciência como elemento chave na transição da modernidade simples para uma fase reflexiva.

1.5 Metodologia aplicada à pesquisa

Com vista a compreender a problemática exposta, foram definidos os instrumentos para a construção da pesquisa científica de modo a otimizar o acervo do conhecimento científico já existente e propiciar novas asserções sobre o tema. Desta feita, constituem os métodos da pesquisa os seguintes procedimentos investigativos e analíticos:

1.5.1 Quanto ao método de investigação: a forma de articulação dos conhecimentos recorridos para desenvolver a pesquisa seguiu o método dedutivo, ou seja, partiu da formulação geral de que há variações de significados de bem-estar animal e de que estas são potenciais fontes de conflito para buscar identificar fenômenos que corroborem com esta hipótese, tais como a caracterização da natureza da demanda e da manifestação de entendimento dos atores envolvidos.

1.5.2 Quanto à técnica de abordagem do problema: optou-se por uma abordagem qualitativa como forma de ressaltar o *modo* pelo qual o objeto de estudo se manifesta, ao contrário do quantitativo que ressaltaria *freqüência* dos eventos ligados ao tema. No entanto, vale a ressalva de que a técnica qualitativa de abordagem do problema não dispensa os dados numéricos quando pertinentes à compreensão dos fenômenos apreendidos.

1.5.3 Quanto à finalidade da obtenção dos

dados: considerando a limitada bibliografia sociológica sobre bem-estar animal, a pesquisa terá cunho exploratório, ou seja, sua finalidade será a obtenção de dados que auxiliem no aprofundamento teórico do tema. Ao contrário das pesquisas conclusivas, a pesquisa exploratória não visa à elaboração de respostas definitivas, mas levantamento de hipóteses.

1.5.4 Quanto à natureza da articulação entre os

dados pesquisados: os dados serão apresentados em sua maioria de forma descritiva, com vista a identificar as variáveis que contribuem para a formação da exigência de bem-estar animal. Em alguns momentos, a articulação entre os dados será causal, em especial na relação entre significados e conflitos.

1.5.5 Quanto aos procedimentos de obtenção

de dados: o estudo combinará pesquisa bibliográfica e estudo de campo. Na primeira etapa, as fontes principais serão livros e artigos científicos das áreas de ciência social e ciência agroveterinária. Este material foi coletado em sua maioria nos bancos de dados eletrônicos do portal CAPES além de sítios eletrônicos de instituições relevantes ao tema. Na segunda etapa foram enviados questionários com perguntas semi-abertas para os principais atores partícipes da cadeia produtiva de carne de frango do Estado de Santa Catarina. Detalhes da composição da amostra estão apresentados no capítulo VI (Estudo de Campo).

1.5.6 Quanto à análise dos dados: para dar continuidade aos objetivos traçados para esta pesquisa, os dados obtidos tanto da compilação bibliográfica quanto do estudo de campo foram analisados pela técnica da análise do discurso na qual os textos orais e escritos são considerados como expressão de concepções ideológicas subjacentes. Para a realização da análise do discurso foi considerada a forma de encadeamento do discurso, os marcadores coesivos, as opções semânticas, a estrutura textual de referência, dentre outros.

1.6 Da estrutura dos capítulos

A exposição do desenvolvimento e dos resultados da pesquisa foi distribuída em sete capítulos, de forma que, seguindo os objetivos propostos para esta pesquisa, tem-se a seguinte divisão:

O capítulo **(I)** “*Introdução ao tema e a pesquisa*” com as diretrizes gerais da pesquisa, seguido pelo capítulo **(II)** “*Panorama das relações animais e animais-humanos*”, no quais contextualizo o tema, inclusive com referência a progressão histórica da relação entre humanos e animais. No capítulo **(III)** “*Formação das exigências bem-estaristas*” descrevo a seqüência de eventos e prováveis variáveis que contribuíram para a formação da demanda bem-estarista e para sua natureza híbrida.

Segue então o capítulo **(IV)** 'Bem-estar animal e a modernidade do século XXI' no qual, com base em teorias sociais, analiso as motivações de bem-estar animal. No capítulo **(V)** "*Conflitos e desafios subjacentes às exigências de bem-estar animal*" relato os possíveis desentendimentos de ordem valorativa, científica e normativa oriundos da natureza da exigência de bem-estar animal e apresento os desafios para superá-los. Já no capítulo **(VI)** "*Estudo de caso*" buscou complementar o conhecimento obtido pelas leituras de modo a articular os dados secundários com a realidade social e econômica dos atores sociais atuantes na produção catarinense de carne de frango exportada para o mercado europeu. Por derradeiro, no capítulo **(VII)** "*Considerações finais*" exponho as principais conclusões apreendidas com a pesquisa.

CAPITULO II

Panorama da relação entre animais e animais humanos

O interesse das ciências sociais pela relação entre animais e animais humanos³ tem sido crescente nos últimos anos, sendo o foco a compreensão da construção social-histórica desta relação, que varia de afeto e compaixão a maus-tratos (MIELE, BOCK, 2007). Dentro desta perspectiva, observou-se que a relação entre animais e humanos se diferenciava conforme a época e as culturas, com base nos valores sociais vigentes e nas possíveis utilidades (esportiva, científica, afetiva ou alimentícia). Desta forma, cachorros, gatos, ovelhas, cavalos, camundongos, baratas, aranhas, porcos, marrecos, passarinhos, peixes e outros animais são apreciados pelos diferentes povos conforme seja a percepção da espécie em termos de valores e utilidades.

Os cachorros são exemplo desta distinção sócio-cultural, já que na cultura ocidental são utilizados como animais de guarda e companhia, enquanto nos países de cultura oriental são consumidos na forma de alimentos. Ou ainda a representação da vaca como sagrada pelos indianos e para os

³ Ao longo deste trabalho por questão de brevidade serão utilizadas as expressões 'animal' e 'humano' na forma coloquial de oposição entre eles. No entanto, assumo a perspectiva de que no reino 'animal' está incluída a espécie humana.

espanhóis objetos de alimentação e diversão (touradas). Neste contexto, o presente capítulo colaciona algumas informações sobre as características da relação entre animais e animais humanos na civilização ocidental, como forma de compreender a dinâmica desta relação que inspira contradições e dilemas. Um resgate histórico se fez necessário para compreender as bases na quais se fundam as críticas que deram margem a formação das exigências comerciais de bem-estar animal.

Com efeito, no devir da história os humanos mantiveram diferentes formas de interação com os demais animais; mas para os propósitos desta pesquisa, foram salientadas as manifestadas ao longo do período que compreende a transição da sociedade tradicional para sociedade moderna e desta para reflexiva em termos da atividade pecuária. A referência à modernidade para a descrição da construção tem sua razão na combinação de aspectos culturais (renascimento, iluminismo) e econômicos (revolução industrial) que alteraram sobremaneira a relação humano-animal.

2. 1 Contexto histórico

O processo histórico compreendido pelo fim da idade média e o início dos tempos modernos é marcado por profundas mudanças no modo de pensar e viver dos povos

européus. A desestruturação do feudalismo, a expansão do comércio ultramarino e a ascensão da burguesia propiciaram as condições para a urbanização. O deslocamento de grande parcela da população para as cidades consta entre os principais fatores de distanciamento e estranhamento entre humanos e animais.

A consolidação dos Estados modernos também coincidiu com o movimento Renascentista (séculos XV e XVI) que trouxe para o plano artístico, filosófico e científico valores tais como o humanismo, o individualismo, o racionalismo, o otimismo, o naturalismo, o hedonismo e o antropocentrismo. Neste período em que o animal-humano se percebe como criatura e criador do mundo em que vive; em que o animal-humano assume a posição de Deus como centro do universo, os demais animais foram relegados ao plano de objetos passíveis de exploração, por serem considerados inferiores aos animais humanos.

Os valores humanistas, que estimulavam a curiosidade intelectual, o espírito de iniciativa, o desejo de exploração do mundo, deram margem a uma mentalidade científica de medição, avaliação e mensuração da natureza. Estas características foram aprofundadas no século XVIII com o movimento intelectual 'das luzes'. O Iluminismo, que se desenvolveu em alguns centros da Europa, correspondeu a um prodigioso desenvolvimento científico e cultural baseado na crença do progresso contínuo da humanidade. Dentre as

principais idéias compartilhadas pelos iluministas estão: a de que “a razão é o único guia infalível para se chegar ao conhecimento e à sabedoria; o universo é uma máquina governada por leis físicas que podem ser determinadas e estudadas, não se submetendo a interferência de cunho divino” (MELLO, COSTA, p.87).

Estes fatores conjugados e articulados criaram as condições para o início da experimentação animal, em especial após os escritos de René Descartes (1596-1650), que justificam a exploração animal ao afirmar que os animais são como autômatos e destituídos de sentimentos, descrevendo-os como máquinas destinadas a servir o processo de exploração econômica dos recursos naturais promovido pela sociedade industrial emergente.

Em seu livro *Discurso sobre o método* (1637), Descartes compara os gemidos de um animal aos rangidos de uma máquina. Esta perspectiva instrumental de descrever os animais como máquinas foi, particularmente, proveitosa para o campo da experimentação animal e para a zootecnia.

Cientistas como William Harvey, François Magendie (1783-1855), Claude Bernard (1813-1878) e Louis Pasteur (1822-1895) defenderam o modelo experimental com animais. Para estes autores, o uso de animais vivos seria imprescindível para aquisição de novos conhecimentos relacionados à função do corpo humano. Com isso se instituiu a

prática da vivissecção, de ensaios terapêuticos, toxicológicos, neurológicos e muitos outros⁴.

Embora os valores e as representações dos animais enquanto máquinas tenham sido predominantes ao longo dos últimos séculos, vozes contrárias⁵ se manifestaram, das quais cito a título exemplificativo Voltaire (1694-1778), David Hume (1711 – 1776) e Jeremy Bentham (1748 – 1832).

Em seu *Tratado sobre a tolerância*, Voltaire escreveu em réplica a Descarte que:

É preciso, penso eu, ter renunciado à luz natural, para ousar afirmar que os animais são somente máquinas. Há uma contradição manifesta em admitir que Deus deu aos animais todos os órgãos do sentimento e em sustentar que não lhes deu sentimento. Parece-me também que é preciso não ter jamais observado os animais para não distinguir neles as diferentes vozes da necessidade, da alegria, do temor, do amor, da cólera, e de todos os seus afetos; seria muito estranho que exprimissem tão bem o

⁴ Figuram entre os animais usados em laboratório: ratos (utilizado para investigar o sistema imunológico), coelhos (submetidos a testes cutâneos e oculares), gatos (para experiências cerebrais), cães (destinados ao treinamento de cirurgias), rãs (usadas para testes de reações musculares, em especial na observação didática escolar), macacos (para análises comportamentais), porcos (cuja pele é utilizada para estudos de cicatrização), cavalos (utilizados para estudos de sorologia), pombos e peixes (para estudos toxicológicos) etc.

⁵ Constam entre aqueles que se manifestaram contrários ao uso de animais: Gandhi, Donal Griffin, Charles Bell, Alfred Russel Wallace, Pietro Croce, Hans Ruesch, Milly Shār-Manzoli, Carlos Brandy, George Bernard Shaw, Jane Goodall, Thomas Regan, Henry Spira, Mark Twain, Victor Hugo, Leon Tostói, Richar Wagner, Michelangelo, Leonardo da Vinci, Alexandre Humboldt, Arthur Schopehauer, Plutarco, Jean-Jacques Rousseau, Albert Schweitzer, Theodor Adorno, Émile Zola, entre outros.

que não sentem (VOLTAIRE apud Laerte LEVAI, 2008, p.45)

Na obra *Tratado da natureza humana*, Hume afirma que:

Quase tão ridículo quanto negar uma verdade evidente é realizar um grande esforço para defendê-la. E nenhuma verdade me parece mais evidente que a de que os animais são dotados de pensamento e razão, assim como os homens. Os argumentos neste caso são tão óbvios que não escapam nem aos mais estúpidos e ignorantes (HUME apud LEVAI, 2008, p.46).

Por seu turno em 1780, Bentham em seu livro *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação* responde a afirmativa de Immanuel Kant de que “não temos deveres diretos em relação aos animais, [pois] eles não possuem autoconsciência e existem meramente como meios para um fim. Esse fim é o homem”, nos seguintes termos:

Talvez chegue o dia em que o restante da criação animal venha a adquirir os direitos dos quais jamais poderiam ter sido privados, a não ser pela mão da tirania [...] A questão não é se eles são capazes de raciocinar, nem se são capazes de se comunicar, mas sim: se são capazes de sofrer.

Outra obra de particular importância para a discussão sobre o modo de interação entre humanos e animais foi o livro de Charles Darwin *A origem das espécies*, de 1871. Neste o autor sustenta que as diferenças entre humanos e animais são apenas de grau, e não de categoria, e que, portanto, a idéia de que apenas o ser humano - feito à imagem e semelhança de Deus – tinha uma alma intelectiva (espírito) que legitimava o seu domínio sobre todos os animais estaria equivocada.

A despeito da recepção positiva das idéias darwinianas no campo científico, no campo da ética animal há ainda resistência. Aliás, a própria teoria da evolução tem sido usada para justificar a visão tradicional de que os humanos são superiores aos animais não-humanos. Ou seja, o mecanismo da evolução-sobrevivência dos mais aptos justificaria o abate de animais não humanos para alimentação e outros fins em razão cadeia evolucionária.

Em perspectiva histórica, estas foram as principais diretrizes que nortearam a relação entre animais humanos e não-humanos, tendo prevalecido o paradigma antropocêntrico/cartesiano em detrimento a outros complacentes com os animais. Para Bernard Rollin (2006, p. 286) a razão da escassez de consideração moral para com os animais decorre das *supostas* vantagens obtidas com o uso dos animais, que desencorajariam o questionamento desta exploração.

O termo suposto teve ênfase, pois as contestações sobre o uso de animais, por exemplo, para experimentação e alimentação, tem como alvo não apenas o dever ético para com os animais, mas também os resultados destas ações. A título de exemplo, averba-se a controvérsia da vivisseção e seu 'erro metodológico', que provoca a retirada de centenas de produtos, previamente testado em animais, com base na ineficácia ou malefício destes produtos quando aplicados aos animais humanos⁶; e a controvérsia da dieta onívora em termos de saúde humana e degradação ambiental⁷.

⁶ Defensores do fim do uso de animais como cobaias experimentais alegam que humanos e animais reagem de forma diversa às substâncias, dando como exemplo a aspirina que para humanos funciona como analgésico, mas para gatos é substância letal, ou ao contrário, a beladona que é inofensiva a coelhos e cabras e fatal para humanos. Com estes e outros exemplos busca-se comprovar que animais humanos e animais não-humanos apesar de possuírem semelhanças morfológicas, possuem funcionamento orgânico diverso e que, portanto, não seria ética e cientificamente justificável o uso de animais para testes de medicamentos, cosméticos, produtos químicos etc, pois as reações em certos casos seriam imprevisíveis. A prova empírica da falsa segurança da experimentação animal é o caso da 'talidomida' ocorrida nos anos 60 em que mais de 10.000 crianças nasceram com deformações congênitas nos membros depois de suas mães terem ingerido ao longo da gravidez aquele tranqüilizante. Este produto foi liberado ao consumo após ser ministrado em ratos pelo período de três anos sem problemas para aqueles animais.

⁷A dieta onívora tem sido considerada como prejudicial para a saúde humana e devastadora para o meio-ambiente, ademais de contribuir para que milhões de pessoas tenham acesso restrito ao alimento. Em suma, estas críticas apontam para as possíveis enfermidades oriundas do consumo de carne; para o expressivo dispêndio de água na atividade pecuária (desde a elaboração das rações a limpeza dos abatedouros); para a poluição dos mananciais pelos dejetos animais; para a eliminação de gases poluentes decorrentes dos cortes florestais na formação de pastagens; e para a destinação de 40% da produção de grãos mundial para alimentação de animais que teriam baixa conversão protéica. (POLLAN, 2007; MEATH THE TRUTH)

Ainda com relação ao supedâneo moral da relação humano-animal, destacam-se, contemporaneamente, os teóricos Peter Singer e Tom Regan que reforçam as argumentações dissidentes sobre a percepção dos animais enquanto objetos. As teses destes filósofos são referidas por defensores dos animais, que pugnam, respectivamente, pelo refinamento ou eliminação do uso de animais para satisfação humana.

Peter Singer (1989, 1994) constrói sua ética animal a partir da crítica à tradição filosófica clássica que ressalta o animal humano como um ser moralmente superior aos demais animais; e com vistas à defesa do princípio da igualdade de consideração da dor e do sofrimento. Este autor busca expandir a esfera da consideração moral humana para que seja possível incluir os animais com base no ideal de igualdade.

Singer ao eleger o princípio da igualdade como critério para definir o tratamento a ser dispensado a todos os seres capazes de sofrer, argumenta que os interesses daqueles que sofrem a ação devem constituir o parâmetro ético para execução de um ato. Isso porque, se considerarmos tão-somente a razão e a linguagem como linha divisória da consideração moral, muitos humanos, dentre eles bebês, senis e pessoas com deficiência mental, poderiam ser excluídos da esfera moral e

terem seus interesses negligenciados com base em sua provisória ou permanente incapacidade de racionalmente se comunicar.

Portanto, para este autor, uma ação seria ética apenas quando realizada de acordo com os interesses daqueles que sofreram a ação, pois “a ética exige que extrapolemos o ‘eu’ e o ‘você’ e cheguemos à lei universal, ao juízo universalizável” (SINGER, 1994, p.24). Sendo que para identificar os seres sujeitos de interesse deve-se considerar a sensibilidade ou a capacidade de sofrimento associada à consciência desse sofrimento (SINGER, 1989). Para isso, o autor aponta como necessário a superação do *especismo*⁸, que consiste no preconceito ou em uma atitude seletiva em favor dos interesses dos membros da própria espécie em detrimento dos interesses dos membros de outra espécie. Tanto quanto o racismo e o sexismo que ignoram as semelhanças entre o discriminador e o discriminado, o especismo demonstra um descaso egoísta pelos interesses dos outros, mesmo quando estes possam ser da mesma ordem, como o caso dos animais em terem sua integridade física preservada.

⁸ Especismo foi um termo criado em 1970 pelo psicólogo Richard Ryder, professor da Universidade de Oxford, para estabelecer um paralelo entre nossas atitudes perante as demais espécies e as atitudes racistas, pois ambas representam comportamentos parciais ou preconceituosas em favor dos interesses dos membros do nosso próprio grupo em relação aos interesses dos membros dos demais.

Por sua vez, Tom Regan (2006) argumenta que o critério ético que deve guiar a relação entre animais e animais humanos deve ser o valor inerente a que todo sujeito-de-uma-vida possui, em outras palavras, todos os sujeitos-de-uma-vida, por uma questão de justiça, têm o direito moral básico de serem tratados respeitosamente, de modo que se reconheça seu valor inerente. Para este autor, os sujeitos-de-uma-vida têm importância independente de sua utilidade para os outros, portanto, todos os indivíduos possuem, na mesma medida, valor em si mesmo: todos os indivíduos possuem *igual valor inerente*. O valor inerente é absoluto: independe da utilidade que um indivíduo possa ter para outros.

Por esta razão, Regan (2006) propõe uma ruptura total com o antropocentrismo de modo a propugnar pelos direitos dos não-humanos. De acordo com Regan, os direitos animais e humanos são validados de acordo com o princípio moral da justiça, inscrito sob a premissa de que todos os que têm valor inerente merecem o mesmo respeito. Assim, tratar com respeito os animais deixa de ser uma questão de bondade ou sentimentalismo, torna-se questão de justiça, pois a capacidade dos animais de diferenciar experiências de prazer e de dor, de sentir bem-estar ou mal-estar e de ter preferência por um estado em vez de outro, evidencia a capacidade de agregar valor intrínseco à própria vida.

A proposta de Tom Regan (2006), por tanto, supera os pleitos de Peter Singer, na medida em que Regan vai

além do utilitarismo de Singer ao considerar os direitos dos animais não como direitos positivos, e sim como direitos morais, para além de um refinamento das condições de exploração (OLIVEIRA, 2004). Na ilação dos distintos posicionamentos supracitados, dimana a identificação de três perspectivas argumentativas conforme detalhes no próximo item.

2.2 Principais concepções de interação

O animal humano interage eticamente com os não-humanos por meio de três concepções basilares, quais sejam: a dos *conservadores*, que entendem não haver quaisquer necessidades de mudança em relação às atitudes para com os não-humanos; a dos *reformistas*, que propugnam por uma reforma no bem-estar dos animais e a dos *abolicionistas*, que almejam a cessação de todas as práticas que usam os não-humanos como meros objetos ou instrumentos para os propósitos humanos (FELIPE, 2007; 2008).

2.2.1 Conservadoristas

Os conservadores são favoráveis à exploração animal com base no argumento de que os animais não

pertencem à comunidade moral, portanto, seu usufruto é livre. Esta concepção vale-se do argumento da 'peculiaridade humana', como característica que torna superiores aos seres humanos em relação a qualquer animal não-humano, e, portanto não haveria outro modo de relacionamento com os animais a não ser o de eles enquanto *meios* para uso e benefício humano (FELIPE, 2008, p.69)

A argumentação conservadora cujo supedâneo está na reprodução da visão antropocêntrica e cartesiana, as explorações dos animais são práticas moralmente válidas, e tradicionalmente consagradas, não havendo justificativa para modificá-las ou aboli-las. No entender dos conservadores, os humanos não possuem qualquer dever para com os animais, sejam eles deveres negativo, como o de não causar danos, dor, sofrimento e morte injustificada aos animais; quanto deveres positivos como provê-los de um ambiente saudável e prazeroso.

Para os que assumem esta linha de argumentação as práticas de criação de animais em escala industrial para alimentação, vestuário, lazer, esporte, experimentação de produtos químicos, cosméticos, pesquisa médica, farmacêutica, dentre outros, não importam em qualquer problema ético (FELIPE, 2007, p.30).

2.2.2 Bem-estarista

Esta posição, escoltada no princípio da igual consideração de interesses, reconhece a necessidade reformar as condições de uso dos animais, para minimizar o sofrimento. De acordo com Felipe (2007, p.31):

os bem-estaristas não reconhecem deveres morais diretos para com os animais; mas, por reconhecerem deveres diretos em relação aos humanos beneficiados com o uso de animais vivos ou o consumo de seus derivados mortos, acabam por afirmar que os seres humanos têm pelo menos um dever negativo para com os animais, o de não lhes causar danos, para que os resultados obtidos de seu uso e exploração não sejam contaminados pelas seqüelas eventuais do sofrimento ou tormento pelo qual passam.

Portanto, para os bem-estaristas o uso de animais em pesquisas científicas, alimentação e vestuário seria moralmente aceitável por proporcionar um bem maior, qual seja: o benefício da humanidade; não obstante cuidados devem ser tomados para minimizar o sofrimento do animal, tais como o abate humanitário.

Assim, para aqueles que assumem esta linha argumentativa, o tratamento e não o uso de animais deve ser o

alvo de atenção, pois os animais podem ser usados contanto que haja tratamento “humanitário”. Assim, a meta bem-estarista é a regulamentação dos diferentes usos de animais para garantir que o tratamento dispensado aos animais não cause sofrimento desnecessário. Conforme será visto nos capítulos subseqüentes, a problemática desta argumentação está em distinguir o que é um sofrimento desnecessário de um sofrimento necessário.

2.2.3. Abolicionista

A vertente dos abolicionistas critica a discriminação de seres de outras espécies e propõe a libertação dos animais não-humanos por meio da consideração de seus direitos subjetivos conforme averbado por Tom Regan. Desta forma, pugnam pela abolição de todas as formas institucionalizadas de exploração animal que violem a integridade física, emocional e ambiental dos animais em benefício exclusivo dos interesses humanos.

Os adeptos a esta linha defendem a substituição das atividades econômicas, dos hábitos alimentares, dos experimentos científicos e dos entretenimentos que sejam realizados com total ou parcial exploração dos animais, por recursos que sejam oriundos de fontes vegetais ou sintéticas (FELIPE, 2007, p. 33). Na perspectiva abolicionista a infligção de

dor, maus-tratos e morte aos animais sejam para fins científicos, educacionais, terapêuticos, alimentícios, desportivos ou qualquer outro que importe em exploração do animal é contrária aos preceitos éticos. (FELIPE, 2007; 2008).

Em linhas finais, o desenlace da reconstituição dos principais argumentos apresentados nos últimos séculos em relação à reflexão sobre o estatuto moral dos animais, evidencia a complexidade da relação entre humanos e animais, que se apresenta permeada por controvérsias filosóficas e científicas. Estas controvérsias tornam-se ainda mais salientes nos discurso bem-estaristas que oscilam entre diferentes critérios para regulamentar os limites da conduta humana em relação aos animais.

Acrescenta-se a isso, o fato de que embora pareça que o bem-estarismo forme uma vertente intermediária, por compartilhar valores de ambas correntes – manter o uso, mas aceitar restrições - os abolicionistas alegam que tal conjectura não procede, pois o bem-estarismo deporá contra o maior dos valores abolicionista: a não justificativa de qualquer tipo de exploração de um ser senciente Desta forma, consideram que o bem-estarismo silencia a defesa libertadora, pois formaria um véu que esconderia as implicações éticas do uso de animais (FRANCIONE, 2007).

2.3 O lugar dos animais na esfera jurídica

Em relação à normatização da proteção animal, pode-se inferir que as leis têm refletido as mudanças de percepção na relação entre humanos e animais. Neste sentido, registra-se que a partir de meados do século XIX, na Inglaterra⁹, surgiram as primeiras normas de prevenção a atos cruéis, enquanto que no século XXI, surgem atos normativos de promoção de bem-estar animal. Ou seja, na esfera jurídica o escopo de proteção passou de uma regulamentação negativa para uma positiva. A propósito, a senciência animal foi primeiramente reconhecida por um ente governamental em 1966, após a publicação do Relatório Brambell¹⁰, e posteriormente reforçada com a assinatura do Tratado de Amsterdã¹¹ pelos Estados-membros da União Européia. Há ainda, a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada pela UNESCO em sessão realizada em Bruxelas em 27 de janeiro de 1978.

⁹ A primeira lei na Inglaterra contra crueldade animal foi promulgada em 1800 proibindo o 'bull-baiting'; em 1822 foi aprovada a lei contra crueldade de animais domésticos como eqüinos e bovino; em 1876 houve a regulamentação da utilização de animais para experimentação científica (ROLLIN, 2006).

¹⁰ O relatório Brambell corresponde as conclusões emanadas de um estudo sobre as condições dos animais criados em sistema intensivo de produção. Este estudo foi encomendado pelo governo do Reino Unido e realizado por uma equipe de peritos, sob a coordenação do prof. Dr. Roger Brambell. No capítulo III há mais informações sobre este relatório.

¹¹ O Tratado de Amsterdã, em vigor desde maio de 1999, instituiu a União Européia. Consta deste tratado o Protocolo de Proteção e Bem-estar Animal da União Européia, no qual há o reconhecimento do animal como um ser que sente.

O aumento do esforço legislativo no sentido de conferir proteção jurídica aos animais é visível, inclusive a nível constitucional, a exemplo de Suíça, Alemanha e Brasil. Não obstante, a natureza jurídica dos animais na legislação ocidental oscila entre considerá-los sujeitos de direitos ou coisas suscetíveis de apropriação e comercialização, o que reflete aquela controvérsia filosófica sobre o *estatuto moral* dos animais. (PEREIRA, 2005). Em geral, são os animais de companhia que recebem a qualidade de sujeitos, enquanto os demais permanecem sendo coisas. (SINGER, 2002; PEREIRA, 2005)

Na legislação brasileira, o marco de proteção animal corresponde ao Decreto 24.645/34 assinado pelo presidente Getúlio Vargas, que prescreve como crime a crueldade e maus-tratos aos animais. Em seu artigo terceiro tipifica maus-tratos por meio de trinta e um (31) incisos com a descrição das mais diversas atividades, que incluem animais de tração, animais de entretenimento e animais de produção. Ocorre, no entanto, uma celeuma jurídica sobre a aplicabilidade deste decreto nos dias de hoje, porque, legislações posteriores tipificaram maus-tratos, porém sem as defini-las. Assim, o entendimento predominante é de que a revogação do decreto seja parcial, ou seja, apenas o artigo terceiro estaria em vigor (LEMOS, 2008).

Com a proclamação da República, a proteção animal ganhou natureza constitucional; consta do artigo 225, §1º, (...) VII da Constituição da República Federal do Brasil:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

A proteção constitucional foi reforçada com a Lei Federal 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, que prescreve no art. 32:

Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º. Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º. A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

No mérito da proteção, pode-se considerar que na legislação brasileira ainda vige o escopo negativo – de prevenção –, enquanto que em países da União Européia vige o escopo positivo, que exige do por parte dos cidadãos um *fazer* ao invés de um *não-fazer*, que seriam as promoções de bem-estar animal previstas nas várias diretivas comunitárias¹². No Brasil, “as iniciativas visando à tutela jurídica dos animais sempre enfrentaram grandes interesses políticos e econômicos” (LEVAI, s/d). Talvez por isso o corpo jurídico seja ainda incipiente nesta nova postura ética em relação aos animais.

Em termos de legislação positiva para animais de produção consta a menção da expressão ‘bem-estar animal’ em algumas normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dentre elas a do ‘Regulamento Técnico de Métodos de Insensibilização para o Abate Humanitário de

¹² A título exemplificativo citam-se a Directiva 91/629/CEE do Conselho, de 19 de Novembro de 1991, relativa às normas mínimas de protecção dos vitelos, nomeadamente os artigos 3º e 4º; Directiva 91/630/CEE do conselho, de 9 de Novembro de 1991, relativa às normas mínimas de protecção de suínos, nomeadamente os artigos 3º e o n.º 1 do artigo 4º; Directiva 98/58/CEE do conselho, de 20 de Julho de 1998, relativa à protecção dos animais nas explorações pecuárias, nomeadamente o artigo 4. Por oportuno, anota-se que, os instrumentos jurídicos comunitários distinguem-se entre: regulamento, diretiva, decisão e recomendação. A diretiva enquanto instrumento jurídico possui as seguintes características: vincula o Estado-membro destinatário vincula o Estado-membro destinatário quanto ao resultado a alcançar, necessita de uma transposição para o quadro jurídico nacional e deixa margem de manobra quanto à forma e aos meios a utilizar;

Animais de Açougue¹³, de janeiro de 2000 e a do 'Sistema Orgânico de Produção Vegetal e Animal', de dezembro de 2008. No entanto, apenas a Instrução Normativa n 56, publicada em 06 de novembro de 2008, que estabelece procedimentos gerais de 'Recomendações de Boas Práticas de Bem-Estar para Animais de Produção e de Interesse Econômico¹⁴ (REBEM)' esboça uma descrição do que seria bem-estar para animais de interesse da pecuária:

Art. 2º [...]

I - proceder ao manejo cuidadoso e responsável nas várias etapas da vida do animal, desde o nascimento, criação e transporte;

II - possuir conhecimentos básicos de comportamento animal a fim de proceder ao adequado manejo;

¹³ Para fins desta norma animais de açougue "são os mamíferos (bovídeos, eqüídeos, suínos, ovinos, caprinos e coelhos) e aves domésticas, bem como os animais silvestres criados em cativeiro, sacrificados em estabelecimentos sob inspeção veterinária".

¹⁴ Art. 2º Para efeitos desta Instrução Normativa, consideram-se:

I - animais de produção: todo aquele cuja finalidade da criação seja a obtenção de carne, leite, ovos, lã, pele, couro e mel ou qualquer outro produto com finalidade comercial;

II - animais de interesse econômico: todo aquele considerado animal de produção ou aqueles cuja finalidade seja esportiva e que gere divisas, renda e empregos, mesmo que sejam também considerados como animais de produção;

III - sistema de produção: todas as ações e processos ocorridos no âmbito do estabelecimento produtor, desde o nascimento dos animais até o seu transporte;

IV - transporte: toda atividade compreendida entre o embarque dos animais, seu deslocamento e o desembarque no destino final.

III - proporcionar dieta satisfatória, apropriada e segura, adequada às diferentes fases da vida do animal;

IV - assegurar que as instalações sejam projetadas apropriadamente aos sistemas de produção das diferentes espécies de forma a garantir a proteção, a possibilidade de descanso e o bem-estar animal;

V - manejar e transportar os animais de forma adequada para reduzir o estresse e evitar contusões e o sofrimento desnecessário;

VI - manter o ambiente de criação em condições higiênicas.

Vale destaque também os artigos 5º e 6º desta Instrução que dispõem, respectivamente, que o MAPA “poderá estabelecer procedimentos e critérios de certificação do cumprimento do disposto nos Manuais de que trata esta Instrução Normativa” e que esta Instrução Normativa isenta as propriedades onde a criação de animais for exclusivamente para a subsistência, assim considerada aquela sem finalidade lucrativa.

Enquanto a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), do MAPA, não publicar os Manuais de Boas Práticas de Bem-Estar, que estabelecerão recomendações de procedimentos específicos para cada espécie animal de acordo com sua finalidade produtiva e econômica, os

proprietários contam com uma larga margem de interpretação para os preceitos citados no artigo 2º, pois o que para um significa 'manejo cuidadoso' pode não ser para o outro.

Acrescente-se ainda que em novembro de 2002 a comissão da União Européia solicitou pesquisa sobre a legislação de bem-estar dos animais de produção em países do terceiro mundo com os quais comercializa. O resultado da pesquisa registrou a falta de harmonia entre as legislações dos 73 países que responderam o questionário. O documento também apontou a dificuldade de estabelecer comparação entre criações de suínos e aves por seguirem um padrão altamente intensivo, podendo causar distorções competitivas (COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 2002).

CAPÍTULO III

Formação da exigência de bem-estar animal

No capítulo anterior apresentei panoramicamente, as raízes históricas da controvérsia ética imbricada na relação entre animais e animais humanos. O objetivo foi demonstrar como a definição do estatuto moral dos animais influi nos parâmetros de aceitação e refutação de práticas que envolvam o uso de animais. Outrossim, verificou-se que a perspectiva bem-estarista, ao contrário do que parece, não seria um meio termo entre conservadores e abolicionistas, pois o fato daquela perspectiva aceitar o uso de animais refuta a premissa maior dos abolicionistas que é a defesa por ‘jaulas vazias’ e não por ‘jaulas maiores ou melhores’ conforme esclarece Tom Regan em seu livro ‘Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos animais’.

Logo, a perspectiva bem-estarista estaria contida no campo dos conservadores, na medida em que seu escopo restringe-se a reforma de alguns e manutenção de outros dos pressupostos conservacionistas. Verificar as motivações da reforma do pensamento conservador é o objetivo deste e do próximo capítulo; e identificar os possíveis conflitos resultantes da escolha de quais pressupostos deve ser alvo de reformulação é o objetivo do capítulo V.

A partir deste capítulo, o foco da análise será maior para as questões de bem-estar que envolvam animais criados para consumo humano na forma de alimento. Assim, neste capítulo, apresentarei brevemente as características da atividade pecuária moderna, seguindo para uma reconstrução sócio-histórica, com maior minudência, das alegações que motivaram as exigências de reformas dos padrões desta atividade.

3. 1. Atividade pecuária

A progressiva urbanização ocasionada pelo processo de dissolução do estilo medieval e a ascensão do estilo moderno produziu mudanças qualitativas e quantitativas na atividade pecuária que passou de uma atividade de pequena escala para escalas volumosas e de um sistema predominantemente extensivo para um intensivo. Com isso os animais deixaram de ser *criados* à sua natureza para serem *produzidos* à moda industrial, o que implicou em mudanças no manejo, no alojamento e sua alimentação.

A progressiva industrialização do campo, que começou com o arado, passou para as colheitadeiras, estendeu-se para as mais diversas atividades como ordenha,

arraçoamento¹⁵ e irrigação, possibilitou a redução do tempo e custo das atividades agropecuárias, bem como a dispensa de parte da mão de obra humana. Em um segundo momento, a intensificação da produção foi realizada por meio de inovações químicas e biológicas, como fertilizantes, defensivos agrícolas¹⁶, hormônios, antibióticos, modificações genética em plantas, inseminações artificiais em animais (SCARLATO; RUBIO, 1994, p. 26).

Todos estes aparatos técnico-científicos introduzidos na criação de animais transformaram a pecuária de uma atividade de subsistência para uma atividade empresarial que, como tal, segue princípios próprios. (PAIXÃO, 2005, p.69). De acordo com George Ritzer (2005), as atividades empresariais tendem a ser organizada conforme o padrão McDonald¹⁷, que sintetiza as diretrizes taylorista e fordista em quatro princípios: eficiência, cálculo, previsibilidade e controle.

A eficiência seria a eleição dos melhores meios para alcançar um fim determinado, sendo que, em geral, esta escolha não é individual, mas previamente determinada por um

¹⁵ Ato de fornecer alimento aos animais.

¹⁶ Para José Lutzenberger o termo defensivo é um eufemismo, pois na verdade estes produtos são biocidas. (2004, p.58)

¹⁷ O estilo 'fast food' de alimentação tem sido contraposto pelo movimento 'slow food', que propõe uma mudança no estilo de vida e de dieta. Estão contidos nesta proposta de alimentação os alimentos orgânicos, inclusive o 'boi verde', aquele criado livre no pasto e que não recebe hormônios de crescimento.

grupo de especialista¹⁸ e se expressa por meio de normas e regulamentos que prescrevem as condutas. O cálculo se expressa na tendência de se usar a quantidade como medida de qualidade; e a previsibilidade se manifesta na expectativa da não alteração das condições, quer dizer, no empenho de evitar surpresas. Por seu turno, o controle se realiza pela substituição da mão de obra humana por máquinas.

A *macdonalização* da pecuária foi recebida, em um primeiro momento, com satisfação diante do aumento dos níveis de produtividade e a redução do custo da carne. Contudo, a artificialidade do sistema de confinamento passou a ser apontado por expressiva parte dos críticos como a principal causa dos problemas relacionados à ausência de bem-estar animal. O argumento desta assertiva tem por base o fato dos sistemas intensivos de criação não permitirem aos animais agirem em conformidade com suas necessidades. Segundo alguns estudiosos, a ausência de bem-estar consiste na falta de oportunidade para os animais exercerem seus comportamentos naturais, como a construção de ninhos pelas porcas no período em que estão prenhas (HARRISON, 1966).

Ademais, alguns sistemas de confinamento privam os animais de acesso à luz natural, bem como impõem uma alimentação acrescida de drogas veterinárias. Esta

¹⁸ A exemplo da organização do trabalho de Taylor que separou tarefas e os operário apenas tinham que repetir o que a havia sido definido pelos técnicos.

condição fragiliza o sistema imunológico dos animais, favorecendo o aparecimento de enfermidades. No entanto, a atividade pecuária só recentemente recebeu atenção social em termos de reconhecer que “o sofrimento animal pelas mãos humanas não é consequência de crueldade, mas da utilização normal e socialmente aceita dos animais” para conversão protéica (NACONECY, 2006, p.18).

Para melhor apreender o processo de reconhecimento do mal-estar dos animais e, por conseguinte, da construção de exigências de bem-estar animal, apresento no próximo item, com base na perspectiva construtivista, as principais retóricas sobre o tema.

3. 2. A apresentação da reivindicação bem-estarista

Com efeito, o modo de tratamento dos animais no sistema intensivo de confinamento apenas foi considerado um problema a ponto de obter notoriedade pública quando houve a divulgação de que animais em ausência de bem-estar poderiam gerar produtos impróprios ao consumo humano. Com base no construtivismo de Hannigan (1995), *mutatis mutandis*, busco compreender os principais eventos que contribuíram para a emergência do discurso de bem-estar animal, formulado

pontualmente em meados da década de 1960 e no final da década de 1990. Inicialmente, porém, para melhor entender a construção das exigências de bem-estar animal, válido discorrer, ainda que brevemente, sobre o construtivismo de John Hannigan (1995).

3.2.1 Construtivismo social

A sociologia ambiental contemporânea contempla duas perspectivas de análise sobre as interações socioambientais, uma de caráter realista e outra de caráter construtivista. Os que se identificam com a primeira, como é o caso de Catton e Dunlap, defendem a existência objetiva de problemas ambientais e, nesta perspectiva, a percepção dos atores sociais é minimizada. Ao revés, os construtivistas como Buttel e Hannigan, valorizam os significados atribuídos pelos atores ao que eles compreendem como problemas ambientais, sem negar a existência objetiva dos mesmos (GUIVANT, 2005, p.11)

Para Hannigan (1995), a formação social de problemas ambientais percorre três etapas, quais sejam:

1. *reunião*: consiste na 'descoberta e denominação do problema', cuja

principal tarefa é a 'reunião' de argumentos legais, morais e técnicos.

2. *apresentação das exigências*: nesta etapa o foco está direcionado para a atração da atenção e da legitimação do problema argüido.

3. *contestação das exigências*: nesta fase se busca a mobilização social e política para a resolução do problema.

Hannigan (1995, p.75) adverte, no entanto, que a simples execução desta seqüência não garante o êxito na formação de exigências. Constam como fatores de influência:

- a) o suporte da autoridade científica para a validação das exigências;
- b) a existência de propagadores que estabeleçam nexos entre ambiente e ciência;
- c) a atenção dos meios de comunicação social para estruturar o problema como relevante e atual;
- d) a dramatização do problema em termos simbólicos e visuais;
- e) os incentivos econômicos para tomar ações pró-ativas;

f) a colaboração de um ente institucional que promova legitimidade e continuidade aos argumentos.

Com o embasamento teórico no construtivismo social de John Hannigan, vejamos agora a trajetória da construção do bem-estar animal.

3.2.1.1 Contexto da formulação de 1960

A primeira reivindicação eficiente da necessidade de reformulações do sistema de criação de animais, no sentido de cooptar atores, ocorreu em 1964 com a publicação do livro *Animal Machine*, de Ruth Harrison. Ao descrever, com relatos detalhados e ilustrados com imagens, as condições em que os animais de sistema intensivo eram (são) mantidos, a autora conseguiu despertar a opinião pública para a deterioração da saúde dos animais que foram transformados em máquinas de conversão de proteína.

Esta obra é considerada por grande parte da literatura como o marco inicial da sensibilização social para o tratamento de animais e a preocupação da segurança de

produtos de origem animal em ausência de bem-estar. As contestações que se seguiram a esta obra promoveram consideráveis modificações sociais e políticas. No Reino Unido, por exemplo, o governo formou um Comitê (posteriormente denominado de Comitê Brambell em homenagem ao coordenador prof. Roger Brambell) para avaliar as condições dos animais criados em sistema intensivo de produção e elaborar propostas de melhoria.

O relatório indicava a dificuldade em avaliar as condições de mal-estar dos animais, já que não existiam parâmetros estabelecidos sobre o bem-estar. Outrossim, o relatório chamava a atenção para a necessidade de formulação de códigos de prática para a criação das diferentes espécies de animais de produção (BRAMBELL, 1965). A conclusão do comitê foi de que os animais podem demonstrar “sinais inquestionáveis de dor, exaustão, medo, frustração, irritação e outros” (ZANELA, 1997, p.161). O relatório também indicou a falta de estudos etológicos¹⁹ na avaliação dos animais mantidos em confinamento, bem como considerou ‘sofrimento’ um aspecto central na avaliação de bem-estar animal.

O relatório Brambell também forneceu os primeiros contornos de uma definição de bem-estar animal, que pressupõe a garantia de cinco liberdades básicas que devem ser

¹⁹ Disciplina que estuda o comportamento dos animais.

observadas na fazenda, no trânsito e no abate dos animais, quais sejam

- a) *Liberdade fisiológica*: o animal não deve sofrer de fome ou sede;
- b) *Liberdade psicológica*: o animal não deve ser submetido a condições de medo, ansiedade e estresse;
- c) *Liberdade ambiental*: o animal não deve ser submetido a desconforto físico;
- d) *Liberdade sanitária*: o animal deve estar livre de dor e enfermidades;
- e) *Liberdade comportamental*: o animal estar livre para expressar seu comportamento natural:

Estes princípios continuam ainda hoje a serem enunciados como essenciais em qualquer definição de práticas de bem-estar animal. Os estudos etológicos e, mais especificamente, o estudo do bem-estar de animais, foram realizados de maneira interdisciplinar até a década de 1980, quando houve a primeira experiência de ensino de uma disciplina independente de bem-estar animal no curso de medicina clínica veterinária da Universidade de Cambridge, em 1986 no Reino Unido (ESTOL, apud IMPROTA, 2007, p.27). Destaca-se ainda o pioneirismo do curso de Engenharia Agrônômica da Universidade Federal de Santa Catarina, que foi o primeiro curso das ciências

agrárias na América Latina a oferecer a disciplina Etologia Aplicada, em 1981 (IMPROTA, 2007, p.27).

Com relação a esta primeira formação de exigências de bem-estar animal, percebe-se que apenas a partir da soma das ações de diferentes atores o tema 'bem-estar animal' foi reconhecido como relevante. Em outras palavras, a denúncia da jornalista Ruth Harrison por si só não garantiu a formação da exigência de bem-estar animal, sendo necessário o respaldo de uma equipe de peritos – o comitê Brambell e universidades- para que os Estados promovessem alterações em suas políticas agropecuárias. O papel específico da ciência na construção e resoluções de questões de bem-estar animal será objeto de análise em outro momento desta dissertação.

Por fim, nota-se que, passada a euforia inicial, o tema do bem-estar animal perdeu, por algum tempo, a notoriedade. Seu ressurgimento se deu após sucessivas crises alimentares na Europa, durante a década de 1990, mais especificamente após o óbito da primeira vítima da variante humana da 'vacalouca', Creutzfeldt-Jacob (vCJD).

3.2.1.2 Formação da exigência na década de 90

A segunda formulação expressiva de exigência de bem-estar animal teve novamente como argumento principal o

nexo causal entre a degradação das condições de criação animal e o risco à saúde humana. Nesta oportunidade, a argüição teve por base a comprovação científica que a enfermidade Creutzfeld Jacob, uma variante da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) que acomete humanos, é transmitida por meio de alimentos de origem animal.

A Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), conhecida popularmente por doença da vaca-louca, consiste em uma enfermidade crônica degenerativa que afeta o sistema nervoso de bovinos. Sua infecção está associada ao *prion* um tipo de agente etiológico pouco convencional²⁰, já que, em geral, estes se apresentam na forma de vírus, bactérias, parasitas e outros. De acordo com os médicos veterinários Pedro Lúcio Pereira e Paula Dias Bevilacqua (2000, p. 63) a doença da vaca-louca representa uma resposta biológica ao sistema de produção intensiva.

Neste sistema há um desequilíbrio orgânico nos animais, causado pelo estresse do confinamento e da submissão às técnicas de ‘melhoramento animal’, o que torna os animais mais suscetíveis a adquirirem enfermidades. No caso dos bovinos foi verificado que os animais contaminados possuíam

²⁰ A origem do *prion* está relacionada às mudanças no preparo da ração dos bovinos e a suposição de que a redução da temperatura não causaria riscos. Note-se que devido à precária regulamentação do governo, não havia restrição para o uso de carcaças de ovinos contaminados pelo *scrapie* (doença do sistema nervoso central de ovinos). O resultado foi que o agente infeccioso do *scrapie* não foi inativado pela baixa temperatura, vindo, então, a mutar e formar o *prion*, causador da EEB (PEREIRA, BEVILACQUA, 2000).

uma carência protéica, decorrente das novas exigências nutricionais que a especialização da produção de leite causou.

Como forma de contornar esta deficiência nutricional, e de modo a “conciliar baixo custo e alta produtividade, pesquisadores buscaram novos ingredientes capazes de suprir as demandas nutricionais dos animais” (PEREIRA, BEVILACQUA, 2000, p.64). Este novo ingrediente fornecido aos animais consistiu em rações contendo farinha de carne e farinha de ossos²¹ de outros ruminantes, identificada como fator de desenvolvimento do príon.

Considerando que os bovinos são, por natureza, herbívoros o fornecimento de uma dieta carnívora contraria a condição fisiológica do animal, causando, portanto uma situação de mal-estar. O fato dos riscos desta ‘violação’ não terem sido constatados pelo sistema científico-técnico de controle de segurança alimentar antes dos prejuízos sociais e econômicos fizeram com que o mercado, a ciência e o governo perdessem credibilidade perante o público consumidor da Europa (OOSTERVEER, 2005, p.76). Vale anotar que, o primeiro

²¹ A farinha de carne é obtida pela “trituração e esterilização em autoclave de caracas ou corpos de animais de criação mortos por causas variadas”. A utilização da farinha de carne como suplemento alimentar de vacas leiteiras tornou-se popular na Inglaterra, já que combinava as vantagens de ter a dose necessária de proteína e não ser um insumo tão caro quanto a produção de pastagens (PEREIRA, BEVILACQUA, 2000, p.64).

diagnóstico de óbito de um animal por EEB ocorreu no Reino Unido em 1985 e que, durante uma década, representantes do governo e da indústria negaram, veementemente, qualquer possibilidade de contágio da enfermidade para os humanos. O tema da confiança e do papel da ciência será retornado oportunamente.

A divulgação massiva nos meios de comunicação, aliada aos registros de animais contaminados em zonas fora do Reino Unido, transformou o episódio 'vaca-louca' de um incidente local em uma crise global, provocando incertezas e questionamentos sobre o limite da intervenção humana sobre os animais. A dramaticidade deste episódio ajudou o público a identificar o vínculo entre as condições de tratamento animal e o risco à saúde humana, neste sentido, pode-se considerar este segundo momento de formação da demanda por bem-estar animal mais eficiente que a anterior de 60', pois mobilizou uma rede maior de atores a se engajaram na temática (HANNIGAN, 2005, p. 63 e 71). De fato, após esta segunda ocorrência da formação de exigências de bem-estar animal não apenas consumidores e governos se mobilizaram, mas também o setor privado, conforme será exposto ao longo deste capítulo.

A formação da exigência de bem-estar animal conduziu o mercado de carnes a uma reestruturação na qual da produção ao consumo registram-se alteração nas ações dos atores. Contudo, conforme o que foi exposto até o momento, pode-se inferir que, embora o bem-estar tenha uma natureza

ética, que remonta discussões antigas sobre o estatuto moral dos animais e a existência ou não de deveres para com eles, apenas a partir do reconhecimento da natureza sanitária do bem-estar animal o tema ganhou espaço na atividade pecuária.

Dado o contexto social das apresentações de reivindicação para o bem-estar de animais zootécnicos, pode-se argüir que a natureza sanitária sensibilizou mais os atores que compõem o mercado de carnes devido à retórica subjacente de risco. Neste sentido, apresento no capítulo subsequente, a teoria social da 'modernização reflexiva' e a 'teoria da modernização ecológica'. Estes referenciais teóricos serão relevantes para a análise das motivações dos atores perante os novos desafios que a relação mal-estar animal e risco à saúde colocam. Antes, contudo, veremos no próximo item a atuação de alguns atores perante a demanda de bem-estar animal; e no item subsequente como a segurança alimentar incorpora a questão da sanidade animal e, por conseguinte, do bem-estar animal.

3.3. Repercussão da demanda de bem-estar animal entre os atores

A finalidade deste item consiste em descrever como a demanda do bem-estar animal repercutiu na postura dos atores individuais e institucionais com ingerência, direta ou

indireta, sobre a cadeia de produção e consumo de produtos de origem animal.

3.3.1 Consumidores

O distanciamento da área produtiva em relação à área de consumo causada pela crescente urbanização contribuiu para que os consumidores se tornassem alienados em relação ao modelo agropecuário moderno. Em suas memórias ficou registrada uma idéia bucólica de animais livres pastando em verdes campos. Esta idéia, reforçada pelas indústrias por meio de rótulos com imagens de animais felizes e ordenhas realizadas por simpáticas camponesas, foi contestada nos últimos anos.

Conforme visto anteriormente, o sistema moderno de criação animal foi descrito como algo artificial e altamente prejudicial à saúde animal e humana, por exemplo, por Ruth Harrison em *Animal Machine* (1964) e Peter Singer em *Animal Liberation* (1975). Seguiram-se a cada um destes relatos demonstrações de um despertar por parte dos consumidores para o 'meatrix'²².

²² Meatrix - palavras 'meat' (carne) e 'matrix' (matriz, molde) – é um projeto áudio-visual criado pela organização Sustainible Table e Free Range Studio que busca educar, entreter e mobilizar as pessoas em relação às condições degradantes de criação animal. A animação, que tem como referência o filme Matrix, convida o

O acesso a estas informações resultou em opções de consumo menos inocentes, que variaram desde a aceitação consciente da realidade dos animais até a adoção de dietas com ausência de alimentos de origem animal. Houve também a opção de consumo de carne desde que comprovada a situação de bem-estar dos animais. Esta ponderação na dieta coaduna-se com a tarefa de modelar a própria biografia, descrita como conseqüência da desintegração das certezas da sociedade industrial (BECK, 1997, p.24).

Verbeke, van Poucke e Tuytens (apud Miele, Bock, 2006) identificaram entre os consumidores belgas que o comprometimento com o bem-estar animal vincula-se à área de residência (urbana; rural), a idade, ao gênero, ao tamanho da família, educação e aos hábitos alimentares herdados. Assim, o perfil mais provável de um consumidor de produtos com indicação de bem-estar animal seria o da mulher, jovem, letrada, urbana que resida sozinha ou com uma pequena família e que tem ou teve contato próximo com pessoa vegetariana.

Pesquisas com consumidores também demonstraram uma inclinação a pagar mais por produtos certificados como seguindo critérios de bem-estar animal. Entrevistas com mais de 2000 cidadãos ingleses (BENNET, 1997 apud MOLENTO, 2005) demonstraram que estes consumidores

público a tomar a pílula vermelha e descobrir a verdadeira face do sistema moderno de criação de animais. A animação já foi vista por mais de 15 milhões de pessoas e traduzida para mais de 30 línguas. Está disponível em: <www.meatrix.com>

estariam dispostos a pagar em média £ 0,43 a mais por dúzia de ovos produzidos com um padrão alto de bem-estar animal das aves. Na Alemanha, outra pesquisa de opinião constatou que 83% das pessoas entrevistadas estariam dispostas a pagar mais por ovos de galinhas que não fossem mantidas em gaiolas industriais (ROWAN et al apud MOLENTO, 2005). Dados nacionais sobre a disposição do consumidor brasileiro não foram encontrados.

Por sua vez, Thompson et al (2007) observaram que, embora o consumidor final tenha influência sobre a produção, seja por meio das suas escolhas de consumo ou por pressões políticas, recentes transformações no mercado global de alimentos deslocaram o centro propulsor em favor do varejo. Este ator tem atuado na coordenação da cadeia produtiva por meio da formulação de padrões produtivos.

O resultado do Eurobarometer, na pesquisa 'Attitudes of consumers towards the welfare of farmed animals' (EUROPEAN COMMISSION, 2005) tem sido considerado por alguns pesquisadores como emblemático da ambivalência crescente entre cidadãos europeus em relação aos produtos de origem animal. O motivo disto estaria no fato do princípio utilitarista estar ainda norteando o debate ético sobre a relação entre humanos e animais (BENNET, TRANTER, WOOLRIDGE apud MIELE, BOCK, 2005).

3.3.2. Estados nacionais

A análise retrospectiva das causas dos incidentes de contaminação alimentar permitiu a alguns Estados, em especial os europeus, constatar a insuficiência das políticas de segurança alimentar vigente. Considerando a pluralidade das possíveis causas dos riscos alguns Estados, a exemplo do Reino Unido, introduziram nas legislações pertinentes o princípio da precaução, o dispositivo da 'duo-diligence' (duplo zelo) e novas políticas públicas voltadas ao bem-estar animal.

Estas modificações legislativas evidenciam uma política reflexiva sobre os riscos, uma vez que reforçam as garantias de proteção (OOSTERVEER, 2005, p.83). A saber, o princípio da precaução implica em restrições a decisões que envolvam incertezas científicas. A 'duo diligence' acentua a responsabilidade legal da indústria de alimentos, que passa a ter a obrigação legal de comprovar que os alimentos que manipulam ou que obtêm de outros fornecedores são seguros para o consumo humano.

Por seu turno, as políticas de bem-estar animal fornecem recomendações com relação às diferentes atividades que compõem a criação, o transporte e o abate de animais para consumo humano e controle sanitário. Estas recomendações implicam em revisão de muitas das práticas do sistema de criação intensiva típico da sociedade industrial, como a privação

de estímulos ambientais e alta densidade nos locais de confinamento.

3.3.3 Supermercadistas

Os estabelecimentos de varejo souberam aproveitar em oportunidades de crescimento a peculiaridade de serem pontos de confluência entre produção e consumo para transformarem o desafio de atender as novas exigências de consumidores e governos (OOSTERVEER, GUIVANT, SPAARGAREN, 2007). Alguns supermercados europeus, por exemplo, decidiram promover o bem-estar animal por meio da associação de suas marcas a produtos com códigos próprios de boa prática animal. Uma pesquisa da ONG Compassion In World Farming nos supermercados da Inglaterra mostra a porcentagem das vendas de produtos de origem animal com rótulos próprios dos estabelecimentos, conforme mostra tabela abaixo:

% Sales volume sold under own label rather than supplier's brand label	ASDA	Co-op	M&S	Morrisons	Sainsbury's	Somerfield	Tesco	Waitrose
Shell eggs	98%	94%	100%	92%	>99%	100%	75%	85%
Chicken meat	100%	94%	100%	99%	>99%	90%	80%	94%
Turkey, duck & goose	100%	60%	100%	varies by product	>99%	80%	55%	97%
Pig meat	90%	80%	100%	97%	87%	90%	60%	95-100%
Sheep meat	100%	100%	100%	98%	>99%	90%	80%	99%
Beef	100%	100%	100%	95%	100%	90%	85%	95%
Fresh milk	98%	88%	100%	92%	93%	85%	95%	92.6%

Fonte: (CIWF, 2007)

Esta mesma pesquisa concluiu pelos seguintes índices de comprometimentos destes estabelecimentos em relação à promoção ao bem-estar animal (CIWF, 2007):

points out of 5		
1.	Marks & Spencer	3.99
2.	Waitrose	3.98
3.	The Co-operative Group	2.88
4.	Sainsbury's	2.67
5.	Tesco	2.63
6.	Morrisons	2.36
7.	Somerfield	1.89
8.	Asda†	1.86

Esta classificação levou em conta, entre outros aspectos, os seguintes critérios (CIWF, 2007):

	ASDA	Co-op	M&S	Morrisons	Sainsbury's	Somerfield	Tesco	Waitrose
Board / executive member for animal welfare?	yes	yes	yes	yes	yes	yes	yes	yes
Written corporate animal welfare policy?	yes* *****	yes *****	yes *****	yes *****	yes *****	yes** *****	yes *****	yes *****
Same animal welfare standards for imported products?	yes *****	yes *****	yes *****	no *****	yes *****	no *****	yes *****	yes *****
Policy not to stock products from genetically engineered/cloned animals, including descendants?	yes** *****	yes own label only *****	yes *****	yes own label only *****	yes *****	yes *****	yes own label only *****	yes *****
Investment in farm animal welfare research	no *****	significant *****	significant *****	no *****	significant *****	no *****	significant *****	significant *****
Promotion of higher welfare products	? *****	some *****	significant *****	some *****	some *****	some *****	no *****	significant *****
Overall score for company commitment to farm animal welfare	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****

*but no clear targets provided

Muitos supermercados realizaram alianças mercadológicas com fornecedores, concorrentes e organizações de proteção do consumidor e de proteção animal para otimizar a transparência da cadeia produtiva por meio de sistemas de

certificação. Afigura-se como exemplo desta aliança a GLOBALGAP - uma associação de membros voluntários que reúne supermercadistas, produtores agrícolas e organismos certificadores, oriundos de mais de oitenta países. Esta instituição busca harmonizar as 'boas práticas agrícolas' por meio da unificação dos códigos de práticas.

A GLOBALGAP funciona como uma parceria global cujos membros se comprometem a reagir aos interesses do consumidor relativo à segurança alimentar, bem-estar animal, proteção do meio-ambiente e bem-estar dos empregados por meio de um sistema de gestão da produção equivalente. O selo GLOBALGAP é uma marca comercial destinada a comunicação entre empresas e, como tal, não aparece diretamente visível ao consumidor final, assim cada membro pode adotar diferente estratégia de comunicação desta certificação.

Por oportuno, vale registrar que algumas cadeias de lanchonete e restaurante também adotaram padrões de bem-estar animal, como é o caso do McDonald e do Burguer King, que foram alvo de severas críticas de organizações não-governamentais. O McDonald chegou a processar o London Greenpeace pelo panfleto "What's wrong with McDonald's?", que descrevia esta lanchonete como: fornecedora de produtos não saudáveis, poluidora do meio ambiente, exploradora de mão-de-obra humana e dos animais. O caso 'McLibel', o mais longo da corte britânica (1990-1997), teve sentença desfavorável ao McDonalds, pois o juiz considerou que as acusações do panfleto

continham verdades, inclusive sobre a exploração animal (FRASER, 2004).

3.3.4 Organismos certificadores

Considerando que pela dinâmica do atual sistema agro-alimentar não é possível ao consumidor ou ao empreendimento varejista conferir *in loco* as exigências em relação ao bem-estar animal, que implicam em práticas de manejo, processamento, transporte e abate, houve a emergência de um novo ator – os organismos certificadores. Por possuírem mobilidade espacial e flexibilidade normativa, passível de se adequar as exigências do contratante, estes organismos, que em geral, atuavam no mercado de produtos como eletrodomésticos, automotivos e de higiene, passaram a ter seus serviços solicitados também pelo mercado de carnes.

A certificação funciona como um reconhecimento de que o produto e/ou processo estão conformes com um padrão pré-estabelecido. A divulgação desta conformidade pode ser apresentada pelos interessados na forma de selos, etiquetas ou publicidades em geral. Esta prática coaduna-se com a descrição de Giddens (1991, p.30) sobre os mecanismos de desencaixe nomeados de 'fichas simbólicas' e 'sistemas peritos', conforme detalhes no capítulo VII, no qual será argüido que as informações

de conformidades são produzidas por grupos de peritos e servem como meios de comunicação entre o tempo-espaço da produção com o tempo-espaço do consumo (MOL, 2006).

3.3.5 Produtores agropecuários

Miele e Bock (2005) observaram que a maior parte da literatura de bem-estar animal é crítica em relação às práticas da pecuária moderna, inclusive associando significado pejorativo a expressão 'factory farm'. Conseqüentemente os movimentos de proteção animal rotulam o produtor rural, ao invés dos demais atores envolvidos na cadeia de produção e consumo de alimentos de origem animal, como antiéticos. De acordo com as pesquisadoras, os produtores rurais²³ sentem-se mal compreendidos, pois consideram que o cuidado com o animal faz parte de suas experiências e conhecimentos. Por outro lado, os produtores rurais admitem que estejam sob forte pressão para produzirem o menos custo e da forma mais eficiente possível, o que limita as ações de promoção do bem-estar animal.

²³ As autoras também fazem menção a escassez de trabalhos com foco na construção da noção de 'bem-estar animal' entre produtores. Neste trabalho busquei preencher esta lacuna, porém, conforme se verificará no capítulo sobre a pesquisa de campo, o acesso aos produtores rurais foi obstado pelas empresas integradoras.

O modelo de produção agropecuário, que outrora seguia marcadores temporais naturais e predileções locais, sofreu profundas mudanças com o processo inicial de modernização. Agora, em tempos de radicalização da modernidade este passa por uma nova transformação que o deixa ainda mais amarrado as pressões globais.

Desde a associação de alguns riscos alimentares com o sistema de produção agropecuário o acesso a alguns mercados internacionais tem sido obstado por barreiras sanitárias que incluem dentre outras exigências a promoção do bem-estar animal. Desta feita, produtores rurais e frigoríficos formaram parcerias visando o cumprimento daquelas exigências.

Entre os novos compromissos que assumem estão modificações nas instalações e no transporte dos animais e submissão a auditorias de entidades certificadoras (PITELLI; MORAES, 2006). No entanto, se em várias situações o aumento do bem-estar animal coincide com as prioridades dos produtores, por outro lado há ocasiões em que o mínimo custo possível não condiz com a exigência do bem-estar animal. Esta situação deixa o produtor em uma situação delicada.

Um estudo realizado entre produtores rurais e consumidores da Noruega concluiu que ambos atores possuíam uma definição similar sobre 'bem-estar animal', no sentido de que promover o bem-estar seria tratar os animais com cuidado, o que demandaria um equilíbrio entre o respeito pelas liberdades dos

animais e a economia da fazenda. No entanto os pesquisadores perceberam que o significado de ‘cuidado’ e ‘equilíbrio entre liberdade animal e economia rural’ variavam (SKARSTAD; TERRAGNI; TORJUSEN apud MIELE; BOCK, 2007).

3.3.6 Organizações não-governamentais

Desde a década de 70, o número de organizações de proteção animal vem aumentando e seu foco diversificando; hoje não apenas animais de estimação como cães e gatos, mas também animais zootécnicos tem recebido atenção por parte destes grupos (THOMPSON, 1997). De fato, as ONGs têm representado um papel ao longo da construção do bem-estar de animais de produção.

As organizações de proteção animal foram e permanecem sendo importantes atores para a formulação de exigências bem-estaristas, não apenas por meio de campanhas publicitárias na qual apresentam a miséria da condição animal nos sistemas intensivos como também no custeamento de pesquisas para métodos de produção alternativos e elaboração de padrões.

São exemplos de atuação das ONGs: o selo “Certified Human” desenvolvido pela Human Farm Animal Care; e o material didático confeccionado tanto pela World Society for

the Protection of Animals (WSPA) e a Human Slaughter Association (HSA).

3.4. Segurança alimentar e sanidade animal

O conceito de segurança alimentar tem origem a partir da 2ª Guerra Mundial, em que mais da metade da Europa estava devastada e sem condições de produzir o seu próprio alimento. Neste contexto, de preocupação de que um país poderia dominar o outro caso obtivesse o controle sobre o fornecimento de alimentos, o conceito de segurança alimentar nasce com a preocupação da provisão de alimentos, ou seja, da disponibilidade e da estabilidade do acesso. No decorrer de sua evolução o termo assumiu além do aspecto quantidade e regularidade no acesso, o aspecto qualidade (SILVA; AMARAL, 2004; BELINK, 2003).

Todavia, a utilização do conceito de segurança alimentar dá origem a diferentes interpretações, e diferentes políticas: desde combate à fome a barreiras de importações ou como justificativa para elevação de preços dos alimentos (BELINK, 2003). Buscando minimizar os conflitos, assegurar práticas eqüitativas no comércio de alimentos e a proteção da saúde do consumidor, os Estados formaram organismos

internacionais com competências de elaborar diretrizes e recomendações para normas alimentares.

Para alimentos de origem animal, destaca-se o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias²⁴, firmado pelas nações membro da Organização Mundial do Comércio (OMC). Este acordo, firmado na Rodada do Uruguai durante as negociações do GATT – General Agreement on Tariffs and Trade -, objetivou compatibilizar a expansão do comércio internacional com o controle de riscos a saúde humana, animal e vegetal. Neste sentido, ficou acordado o estabelecimento de princípios com bases científicas que propiciassem a transparência e a segurança no comércio de produtos agropecuários. Para tanto a OMC creditou três organizações internacionais para elaborar os padrões que serviriam de referência para os contratos comerciais, quais sejam o *Codex Alimentarius*, a Organização Internacional de Epizootias (OIE) e o International Plant Protection Convention (IPPC). Para o caso da presente pesquisa são relevantes as duas primeiras organizações.

O *Codex Alimentarius* teve origem em um programa conjunto da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1962. No ano seguinte a sua criação foi

²⁴ Conhecido por SPS Agreement (Agreement on the Application of Sanitary and Phytosanitary Measures).

formada a Comissão *Codex Alimentarius* (CAC) para executar o programa de normas alimentares da FAO/OMS e promover a coordenação de todos os trabalhos sobre padrões de alimentos realizados por organizações governamentais e não governamentais internacionais. Várias comissões de especialistas são responsáveis pela elaboração das normas que englobam desde a higiene, rotulagem, resíduo de pesticidas e medicamentos a métodos de análise e amostragem, contaminantes, nutrição de dietética específica.

A Organização Internacional de Epizootias (OIE²⁵), atualmente denominada Organização Mundial de Saúde Animal, foi criada em 1924, por meio de um convênio firmado por 28 países, cujo principal objetivo visava à harmonização e promoção de informações, em nível mundial, de normas sanitárias para o controle de epizootias. Esta organização

²⁵ As missões da OIE são: 1) garantir a transparência da situação zoonosológica no mundo, o que faz por meio de publicações periódicas: informações sanitárias (semanal), o boletim da OIE (bimensal) e o compêndio anual (sanidade animal mundial); 2) recopilar, analisar e difundir a informação científica veterinária por meio da Revista Científica e Técnica, para que os países membros possam elaborar seus métodos de controle de erradicação das enfermidades; 3) assessorar e estimular a solidariedade internacional para o controle das enfermidades animais que afetam o rebanho e que podem por em risco a saúde pública, além de representarem uma ameaça para os demais países membros; 4) propor a segurança sanitária do comércio mundial mediante a elaboração de regras sanitárias aplicáveis aos intercâmbios internacionais de animais e produtos de origem animal, com vista a proteger os países membros contra enfermidades e barreiras sanitárias injustificadas. Os principais documentos normativos que a OIE elabora são: o código zoonosológico internacional, o manual de normas para as provas de diagnóstico e as vacinas, o código sanitário internacional para os animais aquáticos e o manual de diagnóstico para as enfermidades dos animais aquáticos.

intergovernamental, com sede em Paris, conta com 173 Estados-membros, que se comprometeram a declarar as enfermidades dos animais que detectam em seus territórios. Esta informação, que também se refere às enfermidades transmissíveis aos seres humanos, é retransmitida pela OIE para que os demais países possam se proteger.

Segue, portanto, que a recomendação para padrões de segurança alimentar e saúde humana é de competência do *Codex*; enquanto que a recomendação de padrões de saúde animal está a cargo da OIE; e os padrões de saúde vegetal para o IPPC. Na opinião de Thiermann (1997) o reconhecimento destes organismos como instituições de referência implica em grande desafio para eles, pois há uma expectativa mundial de que estes organismos busquem elaborar e revisar padrões, desde uma perspectiva científica, visando facilitar o comércio e evitar disputas. Anota-se, por oportuno, que por uma questão de soberania os organismos internacionais não têm ingerência nos Estados, ou seja, suas recomendações têm o caráter de orientações às autoridades nacionais e não o caráter de lei.

Assim, no Brasil, a gestão da salubridade dos alimentos baseia-se na competência compartilhada entre dois Ministérios - o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Saúde (MS), este último atuando por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(ANVISA²⁶). A competência do MAPA²⁷ abrange a produção e o processamento dos alimentos, enquanto que da ANVISA abrange a comercialização do produto final. Para fins desta pesquisa, interessa a atuação do MAPA, uma vez que o bem-estar animal contempla as etapas em que o animal está vivo, ou seja, antes de ser transformado em produto alimentício.

Desta forma, no cruzamento da atuação das organizações acima referenciadas, se encontra as medidas de prevenção de perigos biológico, químicos e físicos que comportem em riscos a saúde humana. Neste sentido tem-se expandido o interesse destas instituições no vínculo entre bem-estar animal e segurança alimentar, sendo aquele interpretado em termos de saúde animal. Com efeito, a OIE desde 2001 reconhece o tema do bem-estar animal como primordial em suas atribuições, tendo, inclusive, em 2008, sido considerada a organização de referência na elaboração de normas de bem-estar animal. Na mesma linha a FAO (2008), declarou que o 'bem-estar humano e o bem-estar animal estão intimamente

²⁶ A ANVISA tem por finalidade institucional a promoção da proteção da saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive os alimentos.

²⁷ Dentro da estrutura organizacional do MAPA compete ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) a fiscalização e inspeção dos produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional. A inspeção, sob o ponto de vista industrial e sanitário, ocorre no *ante* e *post mortem* dos animais, no recebimento, na manipulação, na transformação, na elaboração, no preparo, na conservação, no acondicionamento, na embalagem, no depósito, na rotulagem e no trânsito de quaisquer produtos de origem animal.

ligados', no sentido de que os humanos necessitam de alimentos seguros, em termos de acesso e inocuidade, o que depende, em muitos casos, da promoção do bem-estar dos animais. O MAPA, dentro de suas atribuições legais e no contexto da triangulação 'segurança alimentar', 'saúde animal' e 'alimento' inseriu nos trabalhos de revisão do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA²⁸), o item para observância do bem-estar animal.

A motivação desta emergente preocupação do bem-estar animal por organismos tradicionalmente vinculados a segurança alimentar pode ser relacionada a crises alimentares, ocorridas em meados dos anos noventa, e já mencionadas anteriormente²⁹. Esses eventos contribuíram para mudança da percepção dos consumidores sobre a qualidade dos alimentos, que passou a incluir o aspecto bem-estar animal, e contribuiu para tornar a ação da vigilância e controle de qualidade sanitária dos alimentos mais rigorosa (VEIROS et al 2006).

Na União Européia, a associação de qualidade alimentar com alimento seguro foi especialmente marcante, por ter sido este o local da ocorrência das principais crises alimentares. Como parte da reação neste sentido, cita-se a

²⁸ O RIISPOA foi aprovado pelo Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952 e um novo texto revisado está atualmente em consulta pública.

²⁹ Cita-se também: a contaminação de peixes por mercúrio na Baía de Minamata no Japão ao final da década de 50, e nos anos 80 a ocorrência de campylobacter em carne de frango no Reino Unido.

publicação do Livro Branco³⁰, em janeiro de 2000, que reforça a abordagem global e integrada da cadeia alimentar, cujo lema para segurança alimentar passou a ser 'from farm to fork' (da produção alimentar até a mesa do consumidor), conforme ilustração abaixo:



Figura 1 - A cadeia de segurança alimentar.

Fonte: (PERSPECTIVAS..., 2008)

³⁰ Antes deste havia o Livro Verde, de 1997, com princípios gerais para legislação comunitária alimentar. Comum a ambos os livros está o esforço de harmonizar os sistemas nacionais de controle e o desejo de estendê-los às fronteiras externas da União Européia.

Esta ampla abrangência dos cuidados da segurança alimentar justifica-se pelo fato de que a presença de perigos nos gêneros alimentícios pode ocorrer em qualquer fase da cadeia alimentar (desde a produção primária até ao consumo) sendo, por isso, essencial que todas as etapas dessa cadeia sejam controladas adequadamente, visando reduzir ou eliminar a ocorrência desses perigos, que podem ser químicos, físicos e/ou biológicos.

Ainda, conforme previa o livro Branco, foi criada a Autoridade Européia para a Segurança dos Alimentos, por meio do Regulamento (CE) n° 178, de janeiro de 2002 e instituído o Comitê Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal, que substituiu os oito comitês científicos permanentes existentes. Estes órgãos devem primar pelo respeito aos princípios instituídos no livro Branco, cuja síntese pode ser assim expressa (EUROPA, 2003): a) reconhecimento do caráter integrado da cadeia alimentar; b) essencialidade da análise de riscos e do princípio da precaução em caso de incerteza; c) reconhecimento da responsabilidade de todos os agentes do setor alimentar; d) obrigatoriedade de rastreabilidade dos produtos em todas as etapas da cadeia; e e) reconhecimento do direito dos cidadãos a informações claras e precisas por parte das autoridades públicas.

Pontualmente, neste regulamento (CE n.178/2002) consta uma das principais fontes oficiais do vínculo entre bem-estar animal e inocuidade alimentar, conforme se pode depreender da leitura do art. 5º:

A legislação alimentar deve procurar alcançar um ou mais dos objectivos gerais de um elevado nível de protecção da vida e da saúde humanas, a protecção dos interesses dos consumidores, incluindo as boas práticas no comércio de géneros alimentícios, tendo em conta, sempre que adequado, a protecção da saúde e do bem-estar animal, a fitossanidade e o ambiente (sic).

Uma leitura possível deste artigo seria a de que o bem-estar animal consiste em uma estratégia complementar dos cuidados com a segurança alimentar, ou seja, o bem-estar animal não teria valor por si mesmo, mas somente quando adequado para protecção da vida e da saúde humana. Em geral, este tipo de interpretação do bem-estar animal tende a considerar como parâmetro de mensuração a saúde e a produtividade animal, desconsiderando, pois, outros fatores, tais como o comportamento natural e o estado emocional. Duncan e Fraser (1997) alegam que proporcionar qualidade de vida aos animais não significa apenas mantê-los saudáveis.

Alguns trechos retirados da literatura consultada ao longo da pesquisa servem como exemplo da percepção do bem-estar animal como fator acessório a segurança alimentar:

- a) Fala de uma zootecnista: “De acordo com as referências utilizadas como base, concluímos

que o bem-estar animal é fator fundamental não só para as qualidades organolépticas da carne, mas também para a segurança alimentar” (D´ALMEIDA, 2005)

b) Fala de professores de medicina veterinária: “O bem-estar animal está sendo muito estudado nos últimos anos, principalmente devido à busca do consumidor pela qualidade e segurança alimentar” (MENDES, PAZ, 2006.)

c) Fala de professores de etologia aplicada: “O forte protecionismo comunitário adotado por vários países concentra cada vez mais questões relacionadas à qualidade e segurança dos alimentos, passando a defender a saúde e o bem-estar do animal” (HÖTZEL, MACHADO FILHO, 2004).

Anota-se que a partir do entendimento do bem-estar como uma questão prioritária de segurança alimentar prevalece sua normatização voltada a práticas que assegurem a saúde humana, o que pode encobrir outras situações de mal-estar animal em que não haja prejuízo a saúde humana. Este

tópico será retornado no capítulo sobre o conflito entre as naturezas do bem-estar animal.

CAPÍTULO IV

O bem-estar animal e a modernidade do século XXI

Conforme considerado no capítulo anterior, em relação aos animais criados para consumo humano na forma de alimentos, o tema bem-estar animal passou a ser uma questão relevante para consumidores, autoridades públicas e indústria alimentar devido à constatação de que animais em ausência de bem-estar poderiam gerar produtos impróprios ao consumo humano.

Doravante a argüição da relação mal-estar animal com questões sanitárias animais e humanas, estabeleceu-se um clima crescente de insegurança que alterou aspectos centrais da produção, comercialização e consumo de produtos de origem animal. Neste contexto, a proposta do presente capítulo consiste na articulação da incidência da demanda de 'bem-estar animal' com as características da modernidade do século XXI, que se distingue daquela vigente no século anterior em termos das premissas do progresso técnico-econômico.

A modernidade continua um processo de radicalização, como menciona Beck, ao entrar no século XXI, seguindo uma trajetória já identificada a partir do redimensionamento das conseqüências graves do

desenvolvimento científico-tecnológico-industrial, identificados na metade do século XX. Nesse período o triunfo da ordem instrumental racional passou a ser percebido como responsável dos riscos que ameaçam o planeta. Trata-se da sociedade de risco (BECK, 2005, 2008; GIDDENS, 1991). Esta nova configuração da modernidade contribuiu para recepção das reivindicações de bem-estar animal conforme buscarei demonstrar a partir da exposição das teses de 'modernidade reflexiva' e 'modernização ecológica'.

A modernização reflexiva se refere às mudanças ocasionadas na alta modernidade, em especial aquelas contempladas nas análises da sociedade do risco, da individualização forçada e da modernização pluridimensional ou cosmopolitização (BECK, 2008). Na opinião de Ulrich Beck, estas teorias configuram uma mesma argumentação e por isso devem ser interpretadas reciprocamente. Por sua vez, a modernização ecológica pode ser considerada como um exemplo da reflexividade institucional e da transformação das práticas de produção e consumo na alta modernidade (GUIVANT, 2005).

4.1. Modernidade Reflexiva

Diante das conseqüências imprevistas da sociedade industrial (GIDDENS, 1991), que expuseram o nível

de insegurança dos padrões de progresso, vislumbrou-se uma sociedade de risco (BECK, 1997), na qual as preocupações convergem para a acomodação reflexiva dos efeitos colaterais do processo de modernização. A modernização reflexiva reflete um período de mudanças sócio-políticas e culturais, de extensões globais, que ao radicalizar os traços da modernidade, abre espaço para outras racionalidades e questionamentos.

Esta nova realidade globalizada pós-tradicional da modernidade radicalizada pode ser observada através do processo de *desencaixe*, ou seja, do esvaziamento dos contextos locais de ação e sua reestruturação por meio de extensões indefinidas de tempo-espaço (GIDDENS, 1991, p. 29). Para Giddens, o que caracteriza o dinamismo da modernidade em relação às culturas tradicionais é que nestas predominava a interação face-a-face enquanto que em tempos moderno prolifera a relação entre ausentes, ou seja, que prescindem da presença física. Esta situação de separação do tempo e do espaço é possível devido aos mecanismos de *desencaixe*: as *fichas simbólicas* e os *sistemas peritos*.

Constituem as fichas simbólicas os meios de intercâmbio que dispensam as características individuais dos envolvidos, a exemplo do dinheiro (GIDDENS, 1991) e dos selos de conformidade (MOL, 2006; BILDTGÅRD, 2008) que transcendem o tempo e espaço ao proverem informações sobre a produção do produto ao consumidor. Por sua vez, os sistemas peritos constituem os sistemas de excelência técnica que

organizam o material e social dos ambientes em que vivemos. (GIDDENS, 1991, p. 30 e 35). Em consequência destes mecanismos de coordenação tempo-espacial surge a necessidade de novas fontes de confiança, uma vez prejudicada a interação face-a face, e reforçada a noção da ubiquidade dos riscos.

Embora a presença e o reconhecimento de riscos sejam uma constante na história da humanidade, apenas na alta modernidade alcançam a posição de elemento chave de organização social (GIDDENS, 1991). Para Giddens (1991, p. 37-43), as relações sociais em condições de modernidade, estruturam-se sob a perspectiva 'segurança e perigo, confiança e risco'. Sendo que segurança, para este autor, corresponde à situação na qual um conjunto específico de perigos está neutralizado ou minimizado. Por sua vez, confiança corresponde a uma complexa aglutinação de noções concomitantes que variam de credibilidade em face de resultados contingentes à noção de elo entre fé e crença. Uma definição de confiança seria:

crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico) (GIDDENS, 1991, p.41)

Em relação aos alimentos, a necessidade de se buscar segurança/confiança é motivada pelo potencial de perigo/risco envolvido no ato de comer. O alimento pode virar um agente causador de agravos à saúde quando na ausência de cuidados, na produção, na seleção, no processamento, na armazenagem, na preparação, ou mesmo no consumo. Segundo constatou Bildgård (2008) a confiança nos alimentos consumidos variou ao longo da história, em especial, pelo distanciamento da produção em relação ao tempo e espaço do consumo. Para aquele autor na era tradicional a confiança tinha por base a relação cultural e emocional entre os atores envolvidos na elaboração do alimento. No período moderno, a confiança estava na crença da racionalidade como garantidora de um sistema agro-alimentar seguro. Finalmente, com a ascensão da sociedade de risco, a confiança em relação aos alimentos resulta de um exercício de reflexividade. Neste particular Bildgård (2008) aponta a relevância de sistemas peritos organizados na forma de entidades certificadoras, cuja atuação será detalha adiante.

De acordo com Giddens (1991, p. 45) novas informações conduzem à revisão de práticas sociais, inclusive aquelas de identificação de riscos, e nisto consiste a reflexividade da vida social moderna. Nota-se que a reflexividade não indica um retorno à confiança pessoal, ao contrário, ela implica na escolha consciente de um determinado produto/discurso que melhor acomode à biografia individual. Neste particular, pode-se presumir a demanda por bem-estar

animal como um discurso que resultou da revisão das práticas de tratamento aos animais em razão dos novos conhecimentos que indicaram para: a senciência dos animais (natureza ética), para a relação entre mal-estar e saúde animal e humana (natureza sanitária) e para a relação entre bem-estar e maior produtividade ou mal-estar e perdas produtivas (natureza econômica). Esta terceira natureza será oportunamente descrita.

Retomando a questão da revisão das práticas, temos que na alta modernidade as certezas da sociedade industrial são desintegradas, promovendo um processo de individualização que compele o indivíduo a acomodar sua própria biografia reflexiva (BECK, 1998, p.24). Isso ocorre porque a ubiqüidade do risco reveste-o de uma força catalisadora da reestruturação social que provoca uma crise nas instituições de referências: nação, família, religião, ciência. Diante da angústia da indeterminação dos riscos, as identidades se redefinem para fazer do indivíduo o sujeito responsável pela sua biografia. Beck (1998) descreve como na sociedade de risco o indivíduo perde sua inocência; ele aprende a associar cada gesto a cada escolha de consumo, numa cadeia de atitudes que o torna co-responsável pelos resultados finais.

Isso se vincula a afirmação de Beck de que o conceito de sociedade de classes não é mais suficiente para explicar a sociedade pós-industrial, na qual o que prepondera não é a divisão das riquezas, mas a distribuição dos riscos. Seu principal argumento é de que o processo de produção de

riquezas é sistematicamente acompanhado por um processo de produção de riscos que são distribuídos de forma desigual pela sociedade. (BECK, 2005; 2008).

A proposta teórica de Beck sobre a 'sociedade de risco', continuamente desenvolvida em obras posteriores, marca uma mudança de paradigma da sociologia (GUIVANT, 2001). Para Beck a sociologia deve renovar as categorias de análise para captar as transformações de uma sociedade não mais estável.

No trabalho deste autor, o risco assume a categoria estruturante da 'segunda modernidade' ou 'modernidade reflexiva', caracterizada pela auto-confrontação desta com os efeitos da sociedade industrial. Para Beck (1997) à medida que a sociedade industrial, baseada na ciência e tecnologia, se desenvolveu, novos riscos apareceram cuja complexidade de causas conduziram a reflexão sobre os princípios da modernidade, incluso a convicção do controle, da calculabilidade e da previsão de riscos.

A sociedade de risco reflete uma época em que o descontentamento com as conseqüências indiretas do êxito da modernização abre espaço para a discussão dos mecanismos sociais de percepção, decodificação e prevenção contra riscos. Isso se deu pela percepção dos riscos, como algo produzido pela atividade humana, ao que o autor denomina – riscos

manufaturados – em contrapartida aos riscos anteriores que eram predominantemente resultados de perigos naturais.

Os riscos que emergem dos processos tecnológicos tais como acidentes nucleares, contaminação do ar e água, enfermidades associadas a alimentos industrializados são ‘democráticos’, afirma o autor, pois atingem a todos indiscriminadamente, além do que são potencialmente transfronteiriços, espalhando-se por nações sem serem contido por demarcações políticas.

É nesta sociedade mais autoconsciente dos seus riscos que se desenvolve a transição de ciência simples para outra reflexiva. O argumento do autor é de que da mesma forma como a modernidade representou o desencantamento do mundo, tornando-o secular, a modernidade reflexiva desencanta a ciência, por meio da desmistificação de seus fundamentos, da desmonopolização de seu conhecimento, da quebra dos tabus de suas práticas e da confrontação com seus efeitos secundários.

A secularização da ciência abre espaço para especialistas alternativos que colocam o debate em termos diferentes. Note-se que a especificidade da sociedade de risco não está tanto em novas possibilidades de riscos e inseguranças, mas na possibilidade de discussão da idéia dominante de que estes podem ser controlados com mais e melhores saberes. De acordo com Beck:

Vivemos em uma sociedade de risco mundial não apenas no sentido de que tudo se converte em matéria de decisão com conseqüências imprevisíveis ou no sentido de que há que gerir o risco ou elaborar um discurso sobre ele. A sociedade de risco se refere precisamente a uma constelação em que o fio condutor da modernidade, a idéia de controlabilidade das conseqüências e os perigos derivados das decisões, são postos em dúvida: sendo que qualquer novo saber, que deveria calcular os riscos imprevisíveis gera por sua vez, novas imprevisibilidades (BECK, 2008, p.32).

Paradoxalmente, à medida que os riscos ganham contornos globais, o choque das diferentes percepções culturais sobre a factibilidade do risco causa problemas para políticas mundiais. Em 'A sociedade do risco mundial', Beck (2008, p.23 e 30) salienta o papel crucial que as distintas valorações culturais desempenham nas decisões técnicas. Este tema será retomado no item sobre conflitos e desafios emanados da demanda por bem-estar animal.

Em obra posterior a Sociedade de Risco, Beck (2008, p.27) busca uma precisão conceitual, distinguindo risco e catástrofe. Enquanto o primeiro seria uma possibilidade futura, o segundo é uma realidade. Contudo, embora os riscos se refiram à eventos futuros e as catástrofes à eventos presentes, sua força política não é menos transformadora. Isso porque a 'encenação' dos riscos invade as mentes e guia as ações dos diversos atores.

A partir do reconhecimento de que riscos globais promovem mudanças na relação dos atores, alguns teóricos propuseram-se a verificar empiricamente a transformação reflexiva da produção, dentre eles constam: Spaargaren (1996) ao estudar a produção e o consumo na Holanda, Mol (1997) ao verificar o refinamento da indústria química da Holanda, Hajer (1997) ao comparar políticas públicas na Holanda e Inglaterra induzidas pelo problema da chuva ácida, Weale (1992) ao analisar políticas de contaminação na Inglaterra, e Janicke (1990) ao verificar as transformações industriais induzidas pela ecologia na Alemanha. Com estas pesquisas consolidou-se a teoria da modernização ecológica, que vinha de uma tradição teórica diferente.

4.2. Modernização Ecológica

De modo geral, a teoria da modernização ecológica busca uma compreensão sociológica das transformações que ocorrem nas sociedades industriais contemporâneas a partir, fundamentalmente, dos desafios ambientais nos anos 90. A hipótese central desta teoria é a de que a produção industrial nas sociedades ocidentais está sofrendo uma transformação radical induzida por um interesse social crescente no meio ambiente, o que ocasiona uma

“reestruturação ecológica” ou uma “modernização ecológica da produção”, nas quais o mercado passa a ter um papel central.

Assim, de acordo com esta teoria, nas condições atuais de modernidade reflexiva, a busca do (re)estabelecimento da harmonização entre natureza e sociedade moderna repousa no reencaixe das práticas econômicas em consonância com os preceitos ecológicos. Isso seria viabilizado pela *emancipação* da racionalidade ecológica frente à econômica, em relação às instituições de consumo e produção. No entanto, a emancipação da racionalidade ecológica não significa descarte da racionalidade econômica; ao contrário, significa que as práticas de produção e consumo devem ser desenhadas e avaliadas em conformidade com, no mínimo, estas duas racionalidades (MOL, 1995, p.33).

Logo, a modernização ecológica contraria a maioria das orientações da sociologia ambiental por assumir o pressuposto que há compatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental. Ou seja, a modernização ecológica enfoca a possibilidade de que as ‘falhas de desenho’ estrutural do sistema industrial podem ser reparadas, via uma reestruturação ecológica, sem que seja necessário abandonar o projeto de industrialização.

A reestruturação ecológica da produção e do consumo implica nos processo de *ecologização da economia* e

da *economização da ecologia*, que seriam respectivamente (MOL, 1995, p.29):

- a) *ecologização da economia*: corresponde a mudanças tecnológicas e organizacionais das atividades econômicas com base em princípios de preservação ambiental, a fim de que medidas curativas sejam substituídas por medidas preventivas.
- b) *economização da ecologia*: corresponde a introdução de conceitos e mecanismos econômicos na dimensão ecológica que permitam a contabilização dos custos ambientais nos cálculos de produção e consumo.

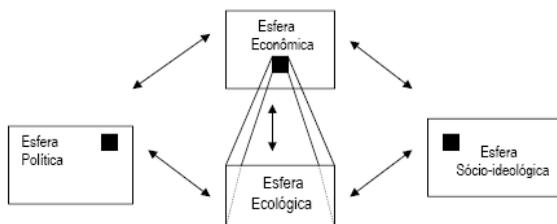


Fig:adaptado de MOL (1995,32)

Estes dois processos, que se retro-alimentam, produzem mudanças sócio-políticas na medida em que contribuem para a rerepresentação da crise ecológica como uma oportunidade de crescimento ao invés de um óbice. Por exemplo, um mecanismo de redução de poluição passa a ser visto não

como um gasto no reparo da externalidade da produção, mas como uma estratégia de competição econômica (COHEN, 1997, p.109). Este tipo de retórica também aparece na apresentação de algumas demandas de bem-estar animal, conforme explanação do próximo item deste capítulo.

Em relação a caracterização da modernização ecológica, pode-se acrescentar ainda que esta teoria está apoiada em três premissas (COHEN, 1997, p.109):

- 1) é preciso um processo de super-industrialização com investimento em tecnologias 'verdes e limpas';
- 2) a implementação de planos de práticas antecipatórias com base no princípio da precaução;
- 3) a internalização organizacional tendo como base a responsabilidade ecológica.

Nesse sentido, tornam-se instituições centrais para a modernização ecológica a tecnologia e o mercado, pois é principalmente a partir deles que se realiza a reestruturação ecológica. Em outras palavras, a modernização ecológica preconiza que os problemas ambientais podem ser enfrentados por meio da superindustrialização, com base em tecnologias

mais sensíveis as demandas ecológicas, em especial aquelas com escopo antecipatório a eventuais problemas.

Ademais, a modernização ecológica aponta para a redefinição da relação entre Estados, sociedade civil e empresas privadas, bem como para o reconhecimento de uma abordagem supranacional para a governança do tema, uma vez que a maioria dos problemas de degradação ambiental transcendem fronteiras. Neste mérito, foi visto no capítulo anterior a multiplicidade de atores que colaboram na composição do conteúdo informacional sobre bem-estar animal. No próximo capítulo serão apreciados os desafios de compatibilizar os diferentes interesses e pontos de vista em relação ao tema do bem-estar animal em consequência de sua natureza híbrida.

Por fim, vale a ressalva que, embora as teorias apresentadas neste capítulo sejam eventualmente conflitantes em algum aspecto³¹, ambas enfatizam o papel da ciência como promotora de uma reorganização social perante os desafios ambientais (COHEN, 1997). Este elemento em comum é particularmente importante para o presente estudo, visto que a autoridade científica foi fundamental na articulação do mal-estar animal como um problema conforme inferido da exposição da construção da reivindicação desta demanda e, ao que parece, ainda responde pela promoção do bem-estar animal. O papel da

³¹ Para um estudo mais detalhado sobre os contrastes destas teorias ver: COHEN, 1997; WEILAND, 2006; LENZI, 2003.

ciência na construção e resolução de questões de bem-estar animal será analisado no último tópico deste capítulo.

4.3 Da natureza econômica

Para a pesquisadora do Departamento de Zootecnia da UFPR, Carla Molento (2005), na medida em que a sociedade passa a reconhecer o sofrimento animal como um fator relevante, pode-se inferir ao bem-estar animal um valor econômico. Por conseguinte, o bem-estar animal passa ser considerado dentro da esfera econômica como elemento integrante dos cálculos do valor econômico dos produtos. Esta perspectiva coaduna-se com a leitura da modernização ecológica de Mol e Spaargaren, o que possibilitaria dizer que o mal-estar dos animais de produção deixa de ser considerada uma externalidade inconveniente para ser administrado como uma estratégia de promoção do produto por meio da implementação do bem-estar.

A título exemplificativo cita-se algumas apresentações de bem-estar:

- a) Exposição de uma médica veterinária:
“Um maior conhecimento do comportamento das aves que criamos pode nos ajudar a melhorar o seu bem-

estar, o que certamente trará benefícios em termos de aumento de produtividade e retornos econômicos” (BECKER, 2006).

b) Fala de professores de etologia aplicada: “Ausência de bem-estar pode levar à produção de uma carne de qualidade inferior, o que resulta em perda de produção e perda de vendas, ou vendas de um produto inferior” (MACHADO FILHO; HÖTZEL, s/d)

c) Exposição de um zootecnista: “O bem-estar afeta também a qualidade da carne. Um prolongado estresse pode esgotar o glicogênio muscular e resultar em carne DFD (Dark, Firm, Dry – escura, dura e seca). Já o estresse imediatamente antes do abate em suínos pode produzir carcaça PSE (Pale, Soft, Exudative – pálida, mole e exsudativa), resultando numa qualidade inferior da carne, por afetar o padrão de

acidificação muscular pós-mortem” (LOPES, 2004).

d) Fala de médicos veterinários: “No entanto, a todos os elos da cadeia da carne bovina (criadores, frigoríficos, atacadistas, transportadores, consumidores) é conveniente que sejam atendidas as práticas de bem-estar dos animais, pois os benefícios qualitativos e econômicos serão distribuídos a todos os integrantes da cadeia produtiva” (OLIVEIRA et al, 2008).

Das citações acima, é possível concluir que a demanda por bem-estar animal também engloba uma natureza econômica, além de ética e sanitária. Assim ainda que a promoção da qualidade de vida dos animais implique em custos, considera-se que as práticas de bem-estar animal como um valor agregado ao produto final, que trará por isso maiores retornos financeiro. No entanto, argumentos econômicos também são expostos para obstar prática de bem-estar animal conforme será explanado no capítulo sobre os conflitos.

4.4. O papel da ciência nas questões de bem-estar animal

De modo a sopesar a formação das exigências de bem-estar animal, abordei em linhas anteriores duas teorias analíticas sobre a modernidade, cujas explicações sobre o contexto social na alta modernidade, parecem coadunar-se com as motivações que propiciaram a construção daquela exigência, a saber: a reflexividade instaurada a partir da percepção da ubiqüidade dos riscos e a *ecologização da economia* e seu reverso, a *economização da ecologia*. Estas perspectivas contribuem na percepção da natureza híbrida do bem-estar animal ao oscilar entre preocupações éticas, sanitárias e econômicas.

Ademais, dimanou das análises teóricas a importância da ciência para as questões de bem-estar animal. De sorte que, neste item, abordarei o papel da ciência nas etapas de construção, identificação e resolução de situações que envolvam o bem-estar dos animais. Com este propósito, vale o resgate do contexto histórico, em especial o da passagem da tradição para a modernidade, em que a ciência passou a receber destacado prestígio, substituindo deus como centro de referência (TOURAINÉ, 2002, p.18).

O Iluminismo acreditou que com o triunfo do pensamento esclarecido, ou seja, livre de mitos e superstições, a sociedade estaria livre da barbárie. Com o devir do seu

desenvolvimento, no entanto, os benefícios trazidos pelos avanços técnicos científicos foram ofuscados por ameaças geradas pela racionalidade instrumental que os fundamentava. A partir disto a ciência passou a ser questionada em termos de referência para a verdade e o progresso (TOURAINÉ, 2002). Não obstante, a ciência, ainda que criticada, permanece sendo 'passagem obrigatória' em muitas áreas, a exemplo do bem-estar animal.

4.4.1 A ciência entre o bem e o mal-estar dos animais

Em consonância com a abordagem construtivista apresentada no capítulo III, temos que as situações de mal-estar animal não são problemas em si, conquanto não haja uma construção social eficiente desta negatividade. John Hannigan (2005, p. 37) explica que “[...] a percepção pública de que os problemas ambientais alcançaram proporções de <<crise>>, não reflecte necessariamente a realidade dos problemas reais, mas antes uma visão dos peritos científicos e dos meios de comunicação social” (*sic*). Esta análise vai de encontro à formulada por Beck (1997, p.17) para quem “a definição do perigo é sempre uma construção cognitiva e social”.

Neste ponto identifica-se a ambivalência da ciência em relação à criação de animais, pois de acordo com esta mesma construção social do problema, teria sido a ciência quem provocou o mal-estar dos animais. Conforme descrito anteriormente, o avanço do conhecimento científico para as atividades pecuárias teve uma recepção inicial positiva diante das melhorias de produtividade. No entanto, em um segundo momento, este mesmo conhecimento foi criticado, pois sua racionalidade instrumental teria transformado seres sencientes em máquinas de conversão protéica. Anota-se, todavia, que os argumentos científicos foram imprescindíveis para que esta construção tivesse validade, bem como têm sido utilizados para a reversão desta situação, ou seja, para a promoção do bem-estar aos animais.

Com efeito, muitos atores têm buscado o conhecimento científico para minimizar as agruras da criação, manejo, transporte e abate de animais. Alguns exemplos desta inferência a autoridade científica para fins de delineamento de bem-estar animal podem ser encontrados nas citações sublinhadas abaixo:

- a) no código sanitário para animais terrestres, da *Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)*, que no capítulo 7.1 sobre as recomendações

de bem-estar animal dispões que³²: ‘um animal está em bom estado de bem-estar se (conforme evidência científica) estiver saudável, confortável, [...]’;

b) na página eletrônica do supermercado *Tesco*³³ consta que eles ‘asseguram que seus padrões [de bem-estar animal] são alcançados com o apoio de uma equipe interna de peritos em agropecuária e auditores independentes que conduzem inspeções de terceira parte’;

c) no plano de ação comunitário relativo à proteção e ao bem-estar animal (2006-2010) da *União Européia*, consta³⁴ na página 07 que “embora tratando os aspectos éticos de novas tecnologias sempre que necessário, os desenvolvimentos do domínio do bem-estar dos animais se apóiam numa base científica sólida”.

³² Disponível em: <www.oie.int>

³³ Disponível em: <www.tesco.co.uk>

³⁴ Disponível em:

<http://ec.europa.eu/food/animal/welfare/work_doc_strategic_basis230106_pt.pdf>

d) no protocolo de bem-estar para aves poedeiras da *União Nacional de Avicultores*³⁵, na página 10, indica-se que “a adoção de medidas envolvendo o bem-estar animal deve ser baseada em conhecimentos científicos e incluir o planejamento e capacitação das pessoas envolvidas”.

Esta referência a critérios científicos de modo direto ou por meio da indicação da consulta a ‘especialistas’ e a certificações indica que a ciência não perdeu sua autoridade, ao menos no que concerne o bem-estar animal. Neste sentido, destaca-se que os sistemas peritos, além de serem requeridos para delinear novas práticas que promovam o bem-estar animal, têm sido solicitados para atestar a conformidade do modo de execução das práticas com o que estava previamente estabelecido, atuando assim como elo de confiança entre duas extremidades.

³⁵ Disponível em: <http://www.uba.org.br/protocolo_de_bem_estar_para_aves_poedeiras_final_11_07_08.pdf>

4.4.1.1 Certificação

A despeito das considerações realizadas no início deste capítulo sobre a articulação do processo de individualização, que impele o indivíduo a delinear sua própria biografia, com as noções de confiança e risco em relação aos alimentos, vale acrescentar que a construção da autobiografia se reflete nas escolhas de consumo, que passam a agregar preocupações morais e políticas, como a não utilização de trabalho escravo, a preservação ambiental, o controle sobre a incidência de ingredientes transgênicos, e o bem-estar animal.

Dentro deste novo contexto, o risco abre oportunidades de negócio, em especial, no âmbito do mercado de alimentos (GUIVANT, 2002, p.08). Neste sentido, verifica-se o crescimento do uso de selos de certificação que buscam a fidelidade do consumidor por meio da promoção dos diferentes discursos que vão desde responsabilidade social, a responsabilidade ambiental e ainda bem-estar animal. Trata-se da pluralidade de estilos de vida traduzida nas escolhas dos consumidores que implica na pluralidade de selos que buscam captar os diferentes padrões de consumo.

Com efeito, alguns setores entre os consumidores, especialmente dos países altamente industrializados, têm buscado alimentos que ofereçam, além de sabor e nutrição, atributos outros relacionados às condições de

sua produção, a exemplo do modo de criação dos animais, condições do trabalhador, destino de dejetos e bem-estar animal (HENSON; REARDON, 2005, p.243). No entanto, em condições de modernidade, estes atributos são de difícil verificação para os consumidores uma vez que a procedência dos alimentos se tornou diversificada e, em geral, distante de seu contato direto. Com vista a contornar esta situação têm sido adotadas, em complementação as inspeções e certificação públicas, as certificações privadas.

A guisa de complementação, os selos de certificação coadunam-se com a reflexividade, pois fornecem informações que permitirão ao indivíduo fazer escolhas conscientes (BOSTROM; KLINTMAN, 2006, p.164). Neste ponto, já havia sido aqui citado Mol (2006) e Bildtgård (2008) que consideram os selos de certificação exemplos das fichas simbólicas oriundas de sistemas peritos. Para estes autores, as informações contempladas no selo transcendem o tempo e espaço da produção vindo a atestar aos consumidores a qualidade dos produtos, cuja verificação se dá pela conformidade das práticas aos padrões definidos pelo sistema perito. Neste sentido, observa Bildtgård (2008) que os selos de certificação tornam-se a principal fonte de confiança em relação aos alimentos na alta modernidade.

As inspeções e certificações buscam verificar se os produtos e/ou processos estão conformes com os padrões pré-estabelecidos. O ateste de conformidade pode seguir a forma

de certificados impressos, carimbos, selos, etiquetas de lacre e outros. Anota-se que o processo de reconhecimento da conformidade dos padrões depende de três operações (KOSTER, 2003, p. 31):

- a) *normalização*: etapa na qual se formam as regras, ou seja, consiste na etapa de transformação dos atributos requisitados em itens auditáveis;

- b) *metrologia*: formular sistemas de medição que abrangem os aspectos teóricos e práticos do objeto. Nesta fase são definidas as formas de medida em relação aos referenciais normatizados;

- c) *avaliação de conformidade*: processo sistematizado que busca confirmar ou negar o atendimento aos requisitos preestabelecidos. Esta fase conclui com a declaração do organismo certificador em relação à conformidade ou não do produto/processo avaliado.

Premente esclarecer que os padrões de qualidade são de observância obrigatória quando de natureza pública, a

exemplo das regulamentações técnicas do INMETRO, da ANVISA e do MAPA, que são compulsórias dentro do território nacional, tanto para produtos produzidos como para os importados. Por sua vez, os padrões de qualidade privados são de observância voluntária, a exemplo do protocolo EUREPGAP, desenvolvido pelo Euro Retailer Produce Working Group (EUREP). Embora ausente à obrigação legal deste protocolo, em termos comerciais tem sido considerado compulsório para os produtos exportados para o mercado europeu (HENSON; HEARDON, 2005). Em geral, os padrões privados partem dos padrões mínimos definidos por normas públicas para então acrescentar critérios ou tão-somente torná-los mais rígidos. Neste sentido, Codron et al (2005) avaliam que em mercados onde o padrão público de qualidade é baixo a tendência é de maior incidência de protocolos privados e vice-versa.

Ainda com relação aos tipos de certificação, Codron et al (2006), com base no critério de quem formula os requisitos e de quem faz a avaliação de conformidade, distinguem quatro tipos de certificação³⁶, quais sejam:

³⁶ Para este trabalho foram analisadas as classificações apresentadas por Kloster (2003), Codron (2006), Hatanaka et al (2005), Kohlrausch (2003). Dentre eles observou-se algumas discordâncias, tais como: Kloster considera a certificação de terceira parte compulsória enquanto Kohlrausch voluntária. Ademais, Codron é o único, entre eles, que apresenta quatro tipos.

- a) *de primeira parte*: quando o agente formula e avalia a si mesmo;
- b) *de segunda parte*: quando um grupo de empresas formula sua própria regra e eles mesmos se avaliam;
- c) *de terceira parte*: quando um grupo independente e externo ao processo é contratado para formular as regras e avaliar sua conformidade;
- d) *de quarta parte*: quando um ente público ou uma agência multilateral formula as regras e delega a inspeção para um grupo externo e independente.

Com base nesta classificação, Codron et al (2006) sugerem que o tipo de certificação varia de acordo com a proposta do interessado. Nesse sentido, a opção de primeira e segunda parte ficaria para aqueles com propósito reformista, enquanto a terceira e quarta parte são escolhidas por aqueles que buscam romper com os padrões atuais. Esta conclusão resultou da análise feita por Codron et al (2006) sob as propostas de conformidade aos novos anseios sociais e ambientais, em relação a quatro movimentos: agricultura integrada, agricultura orgânica, comércio ético e comércio justo.

Para os autores, movimentos do tipo agricultura integrada e comércio justo teriam a tendência de optar por certificações auto-impostas (de primeira e segunda parte), uma vez que seus objetivos restringem-se a pontuais mudanças nos sistemas em vigor. Ao contrário, movimentos do tipo agricultura orgânica e comércio justo teriam a tendência a optar por certificações externas, como as realizadas por organizações não governamentais (ONGs), uma vez que buscam a substituição dos atuais sistemas por formas alternativas.

No entanto, em que pese à significativa divergência entre reformistas e radicais, Codron et al (2006) observaram que para os consumidores a mensagem que predomina não é o tipo de interesse (reforma ou ruptura), mas os atributos finais no produto. Em outras palavras, os consumidores percebem a agregação de valor dos atributos social e/ou ambiental, no entanto, apresentam dificuldades em distinguir os movimentos em razão da falta de critérios claros para emissão dos selos. Esta questão será retomada no debate dos conflitos e desafios da demanda de bem-estar animal, uma vez que a publicidade de bem-estar animal suscita este mesmo tipo de indefinição para o consumidor.

Outro aspecto importante das certificações é o apontado por Bush (2000) com base no pensamento de Foucault. Para ele a padronização seria um instrumento para disciplinar pessoas e coisas, desde os consumidores aos produtores, passando pelos objetos, métodos, mercado e

ambiente, até os próprios estipuladores e verificadores de padrão. Na opinião do autor, subjacente a implementação dos padrões está o esforço em restringir a liberdade decisória do ser humano, uma vez que os padrões passarão a definir o que é bom ou ruim. Neste sentido, os padrões transcenderiam o conceito de meras tecnologias de organização e regulação do mercado, para assumirem a posição central de matrizes da moral econômica do mundo moderno.

No caso dos alimentos, observa-se que a certificação busca proporcionar confiança por meio da redução das assimetrias de produção e/ou processamento entre os diferentes países, criando assim a idéia de uma pretensa universalidade das práticas (BUSH, 2000). Já para Henson e Reardon (2005, p.244) a padronização seria uma forma de harmonizar e coordenar a cadeia produtiva. Estes autores avaliam que a padronização reduz custos e riscos além de promover um diferencial nos produtos resultando no aumento de lucros. Bostrom e Klintman (2006, p.164) consideram a padronização dos procedimentos, formulada via certificação, uma nova forma de governança que atravessa fronteiras nacionais.

Neste sentido, merece destaque o estudo de Skarstad, Terragni e Torjusen (apud MIELE; BOCK, 2007) sobre a percepção de 'bem-estar animal' entre consumidores e produtores rurais noruegueses que concluiu que dentre a amostra entrevistada havia um receio em relação à padronização do bem-estar animal', pois ao invés de melhorar as condições

dos animais nas fazendas, as normatizações poderiam forçar os produtores a 'modernizarem' suas fazendas e com isso industrializarem a produção. Anota-se que os entrevistados compartilhavam a idéia de que o bem-estar dos animais da Noruega estava em condições melhores do que em outros países em razão das criações serem em pequena escalada da produção, de pouca industrialização, menos orientadas pelo lucro e mais pelo cuidado.

Os autores deste estudo também inferiram que os regulamentos de bem-estar animal e as rotulações dos produtos de origem animal podem modificar a definição de bem-estar animal afastando-a da noção de cuidados para uma noção mais abstrata, na qual o animal é redefinido em termos de mercadoria alimentar. Disso resultaria o paradoxo de que a regulamentação do 'bem-estar animal' contribuiria para redefinição dos contornos entre animal e alimento, tornando o animal mais alimento do que ser vivo (SKARSTAD; TERRAGNI; TORJUSEN apud MIELE; BOCK, 2007).

Ainda com relação à regulamentação, anota-se a crescente influência dos grandes redes varejistas na cadeia produtiva, conforme registro de diversos autores (BOSTROM; KLINTMAN 2006). Para estes, temas como alimentação e agricultura estão se encaminhando para uma privatização das regulamentações por meio do sistema de certificação de terceira parte. Embora os protocolos destas instituições tenham por base

as normas legais, resta ainda uma margem a ser contornada pelo setor privado.

Esta margem de deliberação privada tem sido preenchida pelos supermercados uma vez que estão mais próximo ao consumidor final. Thompson et al (2007) chamam a atenção que, embora supermercados não tenham força legal, possuem forte influência para 'ditar' padrões para a cadeia produtiva. Dentre os temas em que a influência do setor varejista em determinar padrões apresenta-se mais saliente estão, de acordo com Thompson et al (2007): tabela nutricional, saúde, meio-ambiente, bem-estar animal e demais aspectos que possam vir a promover acréscimo nos lucros.

Por fim, de acordo com o boletim da última reunião global da OIE, em outubro de 2008 no Cairo, alguns padrões privados estão em desarmonia com os padrões acordados entre os países membros. De sorte que a OIE recomenda aos Estados-membros incentivar o setor privado a adotar os padrões condizentes com os preconizados pela OIE, em especial na comercialização de produtos de origem animal de países menos industrializados, onde as legislações pertinentes ainda são incipientes.

Constatado o retorno da ciência ao seu espaço privilegiado de autoridade, e diante da indiscriminada referência a ciência, vale anotar que a ciência não possui um discurso

unívoco e que a mera indicação de sua validação não informa as premissas de verificação do bem-estar animal.

4.4.1.2 Controvérsias entre sistemas peritos e entre estes e os leigos

Em consonância com o argüido no capítulo III, para que haja uma construção da demanda de bem-estar animal é preciso que haja antes uma percepção da necessidade de revisão de uma situação. Os padrões são o resultado de uma percepção, no caso, da situação de bem ou mal-estar dos animais. Embora, a avaliação de risco envolva muitas etapas, dentre elas a definição, a forma, e os métodos de mensuração, seu conteúdo final não está isentos de valores (GUVANT, 1999).

Na percepção social sobre os riscos residem as controvérsias entre sistemas peritos e entre eles e os leigos, pois nem sempre a valoração de um aspecto por um ator equivale ao do outro. Tanto é assim que no processo de elaboração de padrões, os cientistas se deparam com uma gama de potenciais indicadores de bem-estar animal. A escolha de qual deles se tornará uma evidência científica depende do julgamento do perito que poderá dar mais importância a um aspecto em detrimento ao outro. Variáveis como comportamento e fisiologia, ambiente físico e condições climáticas, saúde e produtividade recebem

pesos distintos. Por esta razão a mera alegação de padrões de bem-estar animal baseados em critérios científicos não garante a uniformidade nos padrões (THOMPSON et al 2007; FRASER, 2003).

Na comunidade científica é possível identificar três orientações que resultam em diferentes alegações do que 'seja' bem-estar animal e de 'como' o avalia-se (FRASER, 2004):

- a) *funcionamento biológico*: o bem-estar animal é definido em termos de bom funcionamento do organismo (estado de saúde e produtividade);
- b) *experiências subjetivas*: o bem-estar animal é definido em termos de bom estado emocional (ausência de dor e temor e presença de prazer e satisfação);
- c) *vida natural do animal*: o bem-estar animal representa a possibilidade de manifestar os mesmos comportamentos que este animal apresentaria em seu ambiente natural

A não explicitação da perspectiva que orienta a escolha das evidências científicas coloca num plano de obviedade os pareceres científicos que embasam legislações e códigos de boa prática animal, dando a impressão de que há um

consenso, o que não procede. Tal situação pode provocar incertezas em quem irá consumir um produto que tenha, por exemplo, uma publicidade do tipo ‘em conformidade com as normas de bem-estar animal’, pois não está explicitada qual a amplitude da restrição - ética e sanitária – que esta norma se refere.

Ademais, quando se trata de declarações científicas, há que se ter em mente que estas não são isentas de valores e pressões políticas. Embora enunciadas de forma objetiva, suas origens remetem a observações subjetivas, em outras palavras, a ciência não pode ser considerada um ente apartado da sociedade (IRWIN, 2001). Desta forma, para contrapor a ‘ciência de laboratório’, que “penetra e abre o mundo matemática e tecnicamente, mas [que] é desprovida de experiência e está envolvida em um mito de precisão” (BECK, 1997, p. 44) é preciso assumir as incertezas e os conflitos de visões. Este desafio para a ciência será retomado no capítulo V.

4.4.2 Da ambivalência da ciência

Em consonância com o relatado, infere-se que a ciência representa para as questões de bem-estar animal um papel ambivalente, que ora assume a forma de causadora, ora de tradutora, ora de solucionadora e ora de avalista de um

processo. Estas nuances podem ser consideradas como resultado das distintas etapas da modernização (simples, reflexiva, ecológica) que influenciam na forma de percepção do papel dos cientistas.

Na modernidade simples, a ciência buscava 'desencantar o mundo'. Isto em análise retrospectiva mostrou-se prejudicial, daí porque a referência à ciência como causa do mal-estar dos animais. Com a ascensão da modernização reflexiva, a ciência foi confrontada com seus próprios resultados, com isso passou a 'desencantar a si mesmo', o que permitiu a ela atuar como tradutora dos problemas de ausência de bem-estar animal. Por fim, com a perspectiva da modernização ecológica, a ciência agrega novas premissas e com isso se habilita a oferecer soluções para a adequação da criação animal as exigências do bem-estar animal.

Desta forma, temos que a ambivalência do sentido da ciência resulta da redefinição de papéis, padrões e responsabilidades que têm lugar na sociedade de risco (BECK, 1997, p.17). Neste sentido e conforme visto no capítulo III, a ciência, o mercado e o governo, de fato, perderam parte de sua credibilidade perante o público consumidor quando do evento da 'vaca-louca', em razão dos respectivos sistemas científico-técnico de controle de segurança alimentar não terem detectado os riscos a saúde humana que a intervenção na alimentação dos animais poderia causar (OOSTERVEER, 2005, p.76).

No entanto, um questionamento 'de fora' provocou um duplo movimento na esfera da ciência: a 'internalização' das conseqüências práticas da atividade científica e a 'externalização' do conhecimento perito (BECK, 1997 e 2005). Observa-se a partir de então que as bases que sustentam o conhecimento científico se modificam. Esta nova fase tem como principais características a desmistificação da ciência, pressões para a desmonopolização do conhecimento científico, o questionamento de alguns tabus da prática e da teoria da ciência e a apreciação dos efeitos secundários da atividade científica (BECK, 1997).

Como resultado desta transição reflexiva na esfera da ciência, pode-se citar a emergência de conhecimentos alternativos, o resgate da dúvida metódica e a exposição dos conflitos de entendimento. Peter Oosterveer (2005, p.83) acrescenta, ainda, como sinais de modificação na perspectiva de avaliação e gerência dos riscos em alguns países da União Européia as seguintes características:

- a) a institucionalização da proteção do consumidor visando equilibrar a saúde pública e os interesses econômicos;
- b) a introdução do princípio da precaução em decisões políticas;

- c) a reorientação do processo de modernização via viés ecológico; e

- d) o questionamento das incertezas do conhecimento científico e suas implicações nas decisões políticas.

Entrementes a transição de uma ciência 'de verdade única' para uma ciência 'de verdade múltipla', a governança de questões como segurança alimentar, fluxos de produção e outros, tende cada vez mais a enfrentar o desafio de conciliar os distintos posicionamentos frente uma mesma temática, em especial devido à multiplicidade de atores que representam interesses nem sempre conciliáveis.

CAPÍTULO V

Desafios subjacentes às exigências de bem-estar animal

De acordo com explicações pretéritas, mormente no capítulo III e IV, os padrões de bem-estar animal têm sido implementados por ocasião de determinações legais e interesses comerciais. No entanto, discordâncias registradas entre os padrões de bem-estar animal têm provocado prejuízos comerciais e insegurança tanto para o consumidor, que ao ler uma publicidade de 'bem-estar animal' não consegue discernir seu real significado, quanto para o setor produtivo, que não sabe qual padrão implementar ao longo da cadeia produtiva.

Dando continuidade ao explanado nos capítulos anteriores, temos que a demanda de bem-estar animal pode ser interpretada como uma construção social, motivada por ponderações éticas (limites da exploração humana), ponderações sanitárias (inocuidade alimentar) e ponderações econômicas (cálculo financeiro). Estas motivações mesclam-se nos discursos dos atores, o que resulta freqüentemente em dissonâncias interpretativas do que seja uma prática condizente com o bem-estar animal e mesmo o que seja o conceito propriamente dito de bem-estar animal. Por considerar que estas divergências são potenciais focos de conflito e fonte de insegurança, neste capítulo farei alusão à pluralidade valorativa

subjacente aos padrões de bem-estar animal que prejudicam o entendimento entre os atores.

Neste sentido cita-se o resultado da pesquisa realizada entre consumidores na Escócia no ano de 2000 com 30 consumidoras mulheres (15 de áreas urbanas e outras 15 da área rural) que, embora manifestassem consenso sobre a idéia de que animais de produção deveriam receber tratamento humanitário e que a crueldade é inaceitável, apresentaram uma significativa variação nas percepções do que constituía um 'tratamento humanitário' e uma prática 'aceitável' (SCHRÖDER, McEACHERN, 2004).

5.1 Conflitos na compreensão de bem-estar animal

A princípio, uma concepção de bem-estar animal deve considerar todos os valores expressados pelos atores (HÖTZEL, 2005), porém isso nem sempre é possível, o que resulta em definições vagas e inconsistentes. (THOMPSON et al, 2007). Tannembaum em 1995 (apud MOLENTO, 2003) registrou que, entre livros e artigos científicos da área de medicina veterinária, haviam mais de 13 definições diferentes para bem-estar animal. A seguir alguns conceitos encontrados em autores que se dedicam ao tema:

- a) Hughes (1976) define bem-estar animal como “um estado de completa saúde física e mental, em que o animal está em harmonia com o ambiente que o rodeia” (apud MOLENTO, 2003).
- b) Broom³⁷ (1991) entende bem-estar animal como “sua capacidade em se adaptar ao seu meio ambiente”
- c) Appleby (1999) considera bem-estar animal como a qualidade de vida dos animais. (apud HOTZEL, 2005).

A dificuldade em proceder a uma definição de bem-estar animal decorre segundo Fraser (2001), de controvérsias ainda não resolvidas, como aquelas mencionadas dentro do sistema perito (cap. IV). Embora estas controvérsias tenham sido identificadas no sistema perito, possivelmente elas também estejam presentes, de forma consciente ou inconsciente, nos outros atores (consumidores, legisladores, ativistas, pecuaristas, indústrias alimentícias).

As diferentes naturezas da demanda de bem-estar animal entram em conflito quando da explicitação do termo

³⁷ Dept. of Clin. Vet. Med., Cambridge University, United Kingdom

para fins técnicos e legislativos, que prescrevem os modos de promoção do bem-estar animal em detalhes. Se por um lado, há certo consenso sobre a natureza ética do tema, ou seja, o reconhecimento das 'cinco liberdades' como necessárias à promoção e manutenção do bem-estar³⁸ (lembrando que estas liberdades foram estabelecidas pelo comitê Brambell em 1965, ratificadas pelo Farm Animal Welfare Council em 1991 e expressamente reconhecida por organizações não governamentais e organismos internacionais); por outro lado, percebe-se que estas noções éticas são desconsideradas frente a argumentos sanitários ou econômicos.

A guisa de exemplificação, cita-se a contradição entre a liberdade fisiológica que determina que o animal 'deve estar livre de fome e sede' e a prática do jejum³⁹ pré-abate mantida com base em anteriores convenções sanitárias; no caso das aves, por exemplo, o período de 'fome' pode ultrapassar dez horas. O jejum sólido tem por objetivo reduzir o conteúdo intestinal do animal e com isso pretende-se diminuir as possibilidades de contaminação das carcaças e por

³⁸ As cinco liberdades definem que os animais devem ser: livres de fome e sede; livres de desconforto; livres de dor, ferimentos e doenças; livres de medo e angústia; livres para expressar seu comportamento natural. Estas cinco liberdades são expressamente reconhecidas pela FWAC, WSPA, OIE, RSPC, etc.

³⁹ No caso do Brasil, esta prática está regulamentada no RIISPOA art. 97 que prescreve: "é proibido o abate de animais que não tenham permanecido em descanso, jejum e dieta hídrica, respeitadas as particularidades de cada espécie.

Parágrafo único. O jejum e dieta hídrica dos animais devem ser definidos em normas complementares ou regulamento técnico específico".

conseqüência dos alimentos. No entanto, pesquisas recentes indicam a ineficácia desta prática para tal fim, pois “remover a comida e a água das aves antes do transporte perturba seu trato gastrointestinal e diminuiu sua imunidade, aumentando o número de aves infectadas com *Salmonella* dez vezes acima do número de aves infectadas antes da apanha” (DAVIS, 1996 apud NEGRÃO, 2008).

Incompatibilidades entre segurança alimentar e bem-estar animal foram também registradas por Passilé e Rushen (2005) que citam como exemplo a controvérsia no âmbito da União Européia sobre a manutenção ou não de ‘piso ripado’⁴⁰ em baias de suínos. Por um lado, há argumentos de que este tipo de piso deve ser eliminado por causarem mal-estar nos animais; por outro, são recomendados para reduzir a incidência de infecções por *salmonella*. Segundo os autores existe uma tendência em assumir a segurança alimentar e a preservação ambiental como tendo maior importância do que o bem-estar animal, o que justificaria o sacrifício deste último em situações de confronto com aqueles itens.

Portanto, a proposta de considerar o bem-estar animal como parte integrante de um programa de segurança alimentar, conforme explanado no capítulo III, pode prejudicar o sopesar das questões éticas que também envolvem o bem-estar animal. O conflito residiria no fato de que relacionar o bem-estar

⁴⁰ No original: fully slatted flooring.

animal com segurança alimentar restringiria as reformas da atividade pecuária a situações que possam prejudicar o consumidor do produto originado de um animal em mal-estar, escamoteando, por conseqüência, situações outras de desconforto animal.

Com relação à natureza econômica, tem-se que, se por um lado o retorno financeiro favorece a implementação de algumas práticas de bem-estar animal, por outro, ele obsta. Assim, aquelas práticas que demandam custos e que não proporcionam retorno financeiro imediato são rejeitadas pelo setor pecuário, a exemplo da possível utilização de anestésico para a castração de porcos (SINGER, 2007, p.59). A relação entre bem-estar animal e custo financeiro tem se revelado muito complexa, de acordo com Appleby (2005) uma vez que há forte pressão do mercado para preços baixos. Este autor recorda que muitas das situações de mal-estar tiveram origem na tentativa de baixar custo e aumentar produtividade para corresponder à expectativa de ampliação do acesso da população aos produtos de origem animal.

Outra questão que envolve controvérsias a respeito de práticas de bem-estar tem origem na debicagem em aves poedeiras. Para reduzir as injúrias e mortalidades causadas devido ao canibalismo entre as aves comerciais, os produtores realizam cortes no bico das aves, que consiste na remoção de parte do bico superior e inferior, feita geralmente com lâmina elétrica quente que corta e cauteriza o tecido do bico. No

entanto, esta prática aparece em livros técnicos ora como favorável ao bem-estar animal, ora como contrária. As objeções a esta prática tem por argumento o fato de que no bico se localizam receptores sensoriais da ave, assim a percepção de dor a curta e a longa duração próxima à área debicada, mudança comportamental e prejuízo temporário à habilidade da ave para se alimentar seriam razões para a sua não execução (MAZZUCO, 2006). Ademais, o posicionamento favorável a debicagem realizado com base na redução da mortalidade das aves é objetado com o fato de que o canibalismo não seria um comportamento natural das aves, mas adquirido devido ao estresse da superlotação das instalações de confinamento (SINGER, 2007).

A alegada produção 'humanitária da carne de vitela⁴¹, também gera controvérsias. Este produto tem origem na criação do vitelo, um bezerro jovem criado confinado em baias estreitas, sem direito a exercitar-se, e mantido deliberadamente anêmico, com o fim da produção de uma carne macia e rosada (REGAN, 2006; SINGER, 2007). Mesmo sua versão orgânica, que conta inclusive com certificação da ECOCert no Brasil,

⁴¹ A Associação Americana dos Produtores de Vitela declara que “a produção humanitária desses bezerros é a nossa prioridade” (REGAN, 2006, p.109). Cita-se também: “A carne de vitelo apresenta-se como boa alternativa de consumo, visto que atende à exigência de produtos saudáveis e de qualidade, além dos novos padrões de criação dentro de normas de bem-estar animal (Toledo, 2002). Trata-se de carne praticamente isenta de cobertura de gordura, macia e com moderado grau de marmorização.” (ROMA JÚNIOR, et al, 2008)

mantém este sistema de confinamento ‘desumano’. Em relação a este produto, Singer comenta que “a maioria das pessoas que pensam sobre ética alimentar já excluiu este item” de sua dieta (2003, p.295). No entanto, embora haja evidente comprometimento das liberdades fisiológicas e comportamental dos animais, este produto ainda é produzido, inclusive com incentivo do governo, como no caso do Brasil⁴².

O bem-estar animal também entra em conflito com alguns hábitos alimentares e tradições culturais, como por exemplo, o consumo de patê de *foie gras*. Este produto é obtido por meio do arraçoamento forçado de patos ou gansos realizado através de um tubo de metal de 20 a 30 centímetros enfiado na garganta até o estômago. Cada ave é forçada a ingerir até 3,5 kg de uma ração especial por dia, o que equivale a um ser humano ser forçado a comer 12,5 kg de macarrão por dia. Após a alimentação, um anel elástico é apertado no pescoço da ave para impedir que regurgite. Esta injúria, que dura cerca de 4 semanas, provoca no animal uma doença chamada esteatose hepática. Logo o animal é morto e seu fígado retirado para produzir o patê. Considerando que, em geral, as leis punem os maus-tratos desnecessários, então o argumento para sua legalidade é de que esta prática é necessária para a produção do produto, seguindo critérios estabelecidos pela tradição e

⁴² Campanha do vitelo orgânica promovida no mandato do presidente Fernando Henrique e do Ministro da Agricultura Pratini de Moraes. Disponível em: < <http://www.agrisustentavel.com/san/vitelo.htm> > Acesso em. 26 abril 2009.

valorizados no mercado. Como não há um critério para distinção de práticas necessárias ou aceitáveis, este produto permanece no mercado com alto custo e demanda.

Os conflitos na definição e na caracterização do bem-estar animal são tão extremos que tomam à amplitude de ‘fraude ao consumidor’ (SHAPIRO; PARK, apud SINGER; MAISON, 2007). Este seria o caso do programa de bem-estar animal desenvolvido pela associação comercial da indústria de ovos dos Estados Unidos (United Egg Producers – UEP) que dava o direito ao produtor de adicionar nas embalagens o selo com os dizeres ‘Certificado de Cuidado Animal’. No entanto, o programa foi considerado uma fraude, pois permitia que os produtores continuassem a cortar o bico das galinhas com lâmina quente, sem alívio da dor e a proceder a muda induzida por meio da privação de alimento. Após denúncia⁴³ na Comissão Federal de Comércio dos Estados Unidos o selo foi considerado ‘enganoso’ e teve que ser substituído; agora se chama ‘Certificado pela United Producers’. Entretanto, muitos consumidores continuaram a “presumir que a informação reflete

⁴³Disponível em:

<http://www.hsus.org/press_and_publications/press_releases/egg_industry_sued_for_deceiving_consumers_100908.html>

ações de bem-estar animal, quando na verdade está muito distante disso”. (SINGER; MASON, 2007, p.42-44)

Outro exemplo seria a indignação de uma consumidora ao tomar conhecimento de que o ‘Programa de Garantia do Bem-estar do National Pork Board’ (Conselho de Suinocultores dos Estados Unidos) sancionava o confinamento de porcas grávidas em baias individuais que impediam a circulação e o acesso à luz natural. Para esta consumidora “chamar um conjunto de padrões que permite essas condições de ‘programa de garantia de bem-estar’ não passa de uma grande distorção da realidade (SINGER, 2007, p.103). A confusão do consumidor perante tantas alegações de bem-estar animal prejudica suas escolhas. A rede de supermercado Tesco, por exemplo, oferece, nos rótulos, cinco variações de bem-estar animal para a carne de frango: *benchmark*, *willow farm*, *free-range*, *finest free-range* e *organic*, porém as diferenças entre eles não são explicitadas no rótulo, mas no manual de boas práticas distribuído aos produtores, que não é diretamente acessível ao consumidor.

Para Gary L. Francione (2007) o ‘escândalo Freedom Food’ evidencia o fracasso dos rótulos de bem-estar animal. O Freedom Food consiste em um esquema da Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals (RSPCA) para rotulagem de alimentos e certificação de fazendas que objetiva aumentar os padrões do bem-estar animal. No entanto, reportagens nas principais redes televisivas da Inglaterra (BBC,

Channel 4 e ITV) revelaram o conteúdo da investigação realizada pelo Hillside Animal Sanctuary de Norwich (Reino Unido), que demonstrou que os animais criados nas fazendas certificadas pelo Freedom Food levam uma “vida tão desolada e tão horrível quanto os animais das fazendas convencionais. A principal diferença é que a comida com o logotipo Freedom Food é mais cara e os consumidores se sentem melhor quanto a explorar os animais” (FRANCIONE, 2007).

O Certificado Humanitário, concedido a produtos cujo animal de origem foi criado em conformidade com os padrões da Human Farm Animal Care, uma organização sem fins lucrativos, também foi alvo de questionamento, pois embora proíba muda forçada e gaiolas, permite o confinamento integral e a debicagem. Críticas a esta certificação também apontam para o fato de que esta não contempla o modo de se garantir bem-estar no transporte e abate das aves (SINGER, MASON, 2007).

Conflitos oriundos da natureza híbrida do bem-estar animal também são registrados em fóruns internacionais comerciais, como por exemplo, a discórdia na questão da morte de golfinhos resultante da pesca do atum pelo método da captura. Certo país, visado à proteção do golfinho, optou por banir a importação de atum cujo método de captura causasse risco aos golfinhos. Esta proibição foi considerada ilegal pela OMC, que, não entrando em questões do bem-estar animal ou de preservação ambiental, alegou que o país exportador sofreria

uma perda econômica injustificada sem o embargo permanecesse (Wilkins, 1998, apud PAIXÃO, 2005).

Anota-se que a OMC não reconhece as exigências do bem-estar animal, ou seja, não há em nível internacional nenhuma obrigação sobre bem-estar animal nas negociações comerciais. Não obstante, o uso do bem-estar animal como barreira comercial tem causado polêmica nos foros da OMC. Esta organização, alegando proteger o livre comércio entre os países, proíbe a discriminação de produtos com base nos métodos de produção, estejam eles expressos nos preços ou nos rótulos dos produtos. Para contornar esta proibição, o bem-estar animal tem sido apresentado como uma questão sanitária, cujo embargo seria lícito.

Esta argumentação, apresentada pela União Européia tem supedâneo no artigo 20 do Acordo para Agricultura assinado em Berlim no ano de 2000. Este artigo permite a imposição de barreiras comerciais baseadas em condições de proteção humana, animal ou vegetal. Neste caso seria possível restringir o acesso de um produto com origem em sistemas de produção de baixo padrão de bem-estar animal, por ser potencialmente prejudicial à saúde humana e animal. No entanto, como visto anteriormente, padrões de bem-estar animal realizados tão-somente pela perspectiva sanitária, ignoram outras tantas situações de mal-estar animal.

Diante da inexistência de um discurso conexo e de uma prática unificada de bem-estar animal, surgem como desafios aos atores sociais (individuais e institucionais) a busca pela transparência e harmonização das naturezas da demanda de bem-estar animal, bem como o resgate do sujeito cognocente.

5.2 Desafios

De acordo com Mol (2006), em tempos de fluxo de comércio globalizado, a informação constitui ferramenta primordial. São as informações que desobstruem os impasses. Neste sentido, um dos desafios parece ser a transparência nas apresentações de bem-estar animal, em especial aquelas vinculadas a rótulos. Isso porque a falta de informações precisas subtrai do consumidor a possibilidade de uma prática consciente de consumo.

Mas aqui nos deparamos com outro desafio. Quais critérios são os mais relevantes? Que entender por bem-estar animal? Como entender as divergências entre organismos certificadores, pesquisadores, produtores, entre outros atores sociais? Neste sentido é relevante que profissionais que irão criar padrões ou serem responsáveis pela sua implementação ou avaliação tomem consciência de que os padrões são o resultado

de uma percepção subjetiva do cientista. Nas palavras de Guivant (2002, p.05):

Sem negar a existência de uma realidade objetiva nem o poder causal independente dos fenômenos naturais, levanta-se a necessidade de entender os conflitos que não só atravessam as relações entre os peritos e leigos, mas também dividem a própria comunidade científica, pelo fato de que a definição de um incidente de poluição, um padrão de qualidade ambiental ou uma alimento seguro dependem de julgamentos sociais em combinação com evidências científicas.

Com efeito, o apelo à autoridade científica tem sido praticamente ubíquo nas referências de bem-estar animal, conforme visto no capítulo IV, e muitos dos conflitos e das faltas de consenso sobre as práticas decorrem de uma não de explicitação dos pressupostos (THOMPSON et al 2007; FRASER, 2003), vislumbra-se, no âmbito técnico-científico, o desafio do resgate do sujeito cognocente. Este sujeito e não uma 'objetividade abstrata' é quem delinea a ciência, por meio da seleção de perguntas, escolhas de métodos e produção de explicações (KELLER, 1996, p.95).

De fato, Thompson et al (2007) observaram que as alegações de bem-estar animal possuem explícita ou implicitamente uma referência a aspectos científicos, no entanto, as bases de validação dos critérios científicos não são apresentados. Mormente em tempo de reflexividade, a ciência

deve se confrontar com seus pressupostos (BECK, 2005, p. 155) permitindo assim identificar as relações objetivas e subjetivas a que está sujeita. Reconhecer estas relações é imprescindível para uma coerente tomada de posição diante de um conflito de valor. Por coerente, entende-se uma decisão tomada de forma consciente com relação às responsabilidades de seus atos.

Neste sentido, entende-se que a autoridade científica não perde valor ao admitir suas controvérsias. Aliás, segundo Beck (2005, p.159), os avanços científicos se dão menos pela aquisição de novos conhecimentos e mais pelos erros e correções. Assim, as soluções apresentadas em respostas às exigências de bem-estar animal com base em critérios científicos não necessariamente serão incontroversas, unânimes e constantes; no entanto devem ser transparentes para evitar conflitos e inseguranças.

Por oportuno, registra-se que o pleito por uma democratização da ciência, por uma desmonopolização dos peritos, visando o estabelecimento de um debate transparente e empoderante dos cidadãos tem sido argüido, conforme pesquisado por Guivant (2004, p.01) desde a sociologia ambiental, a teoria social e a sociologia da ciência. A pesquisadora comenta ainda que, dentro desta bibliografia um dos pontos comuns seria a exposição dos limites dos métodos científicos de análise de risco, que priorizam análises técnicas e quantitativas, ignorando “que tanto as causas dos danos como a magnitude de suas conseqüências estão mediadas por

experiências e interações sociais, assim como por não reconhecerem a existência de diferentes racionalidades influenciando as percepções de risco” (GUIVANT, 2002, p.01).

Ao reconhecer que a ciência não fornece ‘verdades objetivas’, mas pontos de vista é possível compreender a razão de tantos padrões diferentes de bem-estar animal. No entanto, para que uma comunicação eficiente se estabeleça entre os atores sociais é preciso que haja transparência nos pressupostos éticos, sanitários e econômicos adotados por cada ator.

CAPÍTULO VI

Estudo de campo

Em consonância com o previsto no projeto, a obtenção de dados para a temática em análise contou com uma pesquisa de campo piloto, cujo objetivo consistia em um levantamento primário sobre a situação da problemática revisada pela literatura no contexto da produção avícola catarinense. Este estudo de campo, frisa-se, não teve a pretensão de exaurir as proposições acerca do bem-estar animal, mas, tão-somente, proceder a uma investigação exploratória⁴⁴ que pudesse subsidiar a futura pesquisa de doutorado, em termos da contextualização deste debate na cadeia produtiva de frango de corte.

A opção por trabalhar com frango de corte leva em conta o fato de o Brasil ser o terceiro maior produtor mundial de carne de frango e o primeiro em exportação. A produção nacional, em 2006, foi de 9.335.546 toneladas. O equivalente a 12,8% deste mercado, aproximadamente 2.713.000 toneladas, foram exportadas. O estado de Santa Catarina produziu 713.745

⁴⁴ As entrevistas exploratórias contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargam o campo de investigação das leituras” (QUIVY, CAMPENHOUDT, 1992, p.11). “O objetivo da pesquisa empírica é solucionar desacordos e dúvidas sobre fatos, e assim tornar mais frutíferas as discussões, dando a todos os lados maior base substantiva” (sic) (MILLS, 1975, p.221)

cabeças de frango, e exportou 757.873 toneladas de carne de frango. Entre os estados membros da federação, Santa Catarina conta com a especial condição de ter sido o estado pioneiro na avicultura nacional e ostenta a condição de primeiro estado do Brasil em toneladas exportadas e o segundo em unidades produzidas (OLIVO, 2007).

Por ser o Brasil um importante ator no mercado de carne de frango, um levantamento, ainda que preliminar, sobre a avaliação deste setor no tema bem-estar animal, pode colaborar nas políticas públicas e privadas que estão ora em andamento sobre o tema. Para fins de delineamento da pesquisa de campo, considerou-se a cadeia produtiva de frango com destino ao mercado europeu. A opção de trabalhar dados relativos à exportação para a União Européia deve-se aos seus critérios de segurança alimentar que incluem explicitamente o requisito bem-estar animal. Ademais, os padrões europeus têm servido como referência as legislações sanitárias de diversos outros países (CARFANTAN; BRUM, 2006, p.127).

6.1. Universo da amostra

A caracterização abstrata da composição da cadeia produtiva de frango de corte dimanou da revisão bibliográfica, que apontou para os seguintes atores: produtor rural, frigorífico, órgão de fiscalização público, entidade privada de certificação; e indiretamente as associações de produtores e

organizações não-governamentais. As associações⁴⁵ foram desconsideradas em favor de uma abordagem direta com aqueles que representavam, no caso, produtores e frigoríficos exportadores.

Em relação aos órgãos de fiscalização, verificou-se que os produtos de origem animal podem sofrer inspeção municipal (SIM), inspeção estadual (SIE) ou inspeção federal (SIF), dependendo da amplitude da distribuição do produto. Como o interesse da pesquisa está na cadeia produtiva com destino à União Européia, o órgão de fiscalização corresponde ao MAPA

Para a identificação individual dos atores que compõem o universo de pesquisa foram realizados os seguintes procedimentos:

- a) Para identificar os fiscais do SIF foi enviada uma correspondência à Superintendência do MAPA em Santa Catarina;
- b) Para identificar os frigoríficos com habilitação para exportar carne de frango *in natura* para o mercado europeu foi consultado o cadastro eletrônico do MAPA;

⁴⁵ Associação Catarinense de Avicultura (ACAV) Catarinense e a Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF).

- c) Para identificar os produtores de frango foi solicitado aos frigoríficos a relação de seus fornecedores;

 - d) Para identificar as certificadoras foi realizada, concomitantemente, consulta aos frigoríficos e pesquisa na rede eletrônica de comunicação, com as seguintes palavras de busca: 'certificadora' combinada com 'bem-estar animal' e/ou 'EurepGAP'. Dos resultados obtidos foi feito o refinamento pelo critério de atuação na criação de aves;

 - e) Para identificar as ONGs de proteção animal foi realizada consulta a rede eletrônica de comunicação, com as seguintes palavras de busca 'proteção animal'; 'ONG', 'bem-estar animal'. Dos resultados obtidos foi feito refinamento pelo critério de atuação em defesa de animais de produção de alimentos.
- Os resultados desta pesquisa foram os seguintes:

- a) Nenhum fiscal federal foi identificado, pois o MAPA se recusou a participar da pesquisa alegando que "uma pesquisa com estas

características, poderia afetar o desenvolvimento dos trabalhos internos do MAPA, bem como, afetar negociações internacionais com prejuízos incalculáveis para o País”. (Ofício datado de 11 de maio de 2009);

- b) Quinze (15) estabelecimentos frigoríficos em Santa Catarina habilitados à exportação para União Européia foram identificados:

<i>Estabelecimento</i>	<i>Município da planta</i>	<i>SIF</i>
Sadia S.A	Concórdia	1
Perdigão S.A.	Videira	87
Sadia S.A	Chapecó	104
Perdição S.A	Capinzal	466
Seara Alimentos S/A	Seara	490
Seara Alimentos S/A	Itapiranga	576
Diplomata S.A	Xaxim	601
Bondio Alimentos S/A	Guatambú	1084
Agrovêneto S.A	Nova Veneza	1155
Cooperativa Central do Oeste	Quilombo	1798

Seara Alimentos S/A	Forquilha	2172
Seara Alimentos S/A	Jaraguá do Sul	2435
Vosko	Lages	2776
Cooperativa Central do Oeste	Maravilha	3125
Macedo Agroindustrial Ltda	São José	3742

c) Nenhum produtor rural identificado, pois os frigoríficos se recusaram a indicar seus fornecedores;

d) Sete (07) certificadoras:

<i>Nome da Certificadora</i>	<i>Sede</i>
SGS	Porto Alegre/RS e São Paulo/SP
IGCert	Londrina/PR
Ecocert	Florianópolis e São Paulo/SP
Bureau Veritas	Porto Alegre/RS
PGP Consultoria	Curitiba/PR
BRTÜV	Barueri/SP

World Quality Services -WQS	Botucatu/SP
-----------------------------	-------------

e) Cinco (05) ONGs de proteção animal;

Nome da ONG	Sede
ARCA – Associação Humanitária de Proteção e Bem-estar Animal	São Paulo/SP
WSPA Brasil – World Society for the Protection of Animals	Rio de Janeiro/RJ
Instituto Nina Rosa	São Paulo/SP
OBA – Organização Bem-Animal	Florianópolis/SC
Instituto Ambiental ECOSul	Florianópolis/SC

Em relação a não identificação dos fiscais federais e dos produtores rurais, vale o comentário de que a não participação do MAPA pode ser analisada como uma estratégia de cautela frente aos conflitos que envolvem a percepção de bem-estar animal, conforme análise do capítulo V. E a não identificação de produtores rurais, deve-se ao fato de que em

Santa Catarina predomina o sistema de produção integrado⁴⁶, no qual há um contrato entre o produtor rural e o frigorífico. De acordo com o frigorífico na relação deles com o integrado (produtor rural) impera a política de 'preservação'. Todavia, esta preferência pela não exposição pode ser também interpretada como uma tentativa de silenciar o produtor rural, por eventual discordância de procedimentos ou insatisfação com o sistema de integração que, via de regra, deixa pouca margem de arbítrio para o integrado⁴⁷.

Anota-se, ainda, que o estudo de campo foi prejudicado devido aos processos de alterações no controle acionário de alguns frigoríficos. Concomitante a execução desta pesquisa, cinco empresas frigoríficas⁴⁸, que juntas são responsáveis por dez das quinze plantas habilitadas a

⁴⁶ O modelo de integração funciona basicamente da seguinte forma: “a integradora fornece ao integrado a ave de um dia, a ração para alimentação da mesma e a assistência técnica. O integrado responsabiliza-se pela construção dos aviários e instalação dos respectivos equipamentos, de acordo com as determinações da integradora, e entrega a ave para a integradora quando esta estiver com o peso apropriado para abate. O pagamento da integradora ao integrado é feito de acordo com indicadores técnicos constantes do contrato de integração celebrado entre as partes” (FERNANDES FILHO, 2004, p.99)

⁴⁷ Ver reportagem ‘Integrados acusam Sadia de descumprir contratos. Disponível em: <
http://www.aviculturaindustrial.com.br/site/dinamica.asp?id=38611&tipo_tabela=produtos&categoria=agroindustrias> Acesso em 04 mar 2009.

⁴⁸ Macedo (incorporada pela Tyson); Diplomata (incorporada pela Seara) e Sadia e Perdigão que se juntaram para formar a Brazil foods.

exportação, estavam em processo de fusão, o que demandava o esforço coordenado de todos os funcionários para implementação das necessárias mudanças.

6.2 Métodos

O instrumento utilizado na pesquisa foi o questionário⁴⁹, contendo questões que objetivavam identificar a existência de variação entre três categorias de atores identificadas (frigoríficos – certificadores – ativistas) na percepção da natureza do bem-estar animal. O questionário se demonstrou ser o mais apropriado para alcançar uma quantidade maior de pessoas, com uma maior distribuição espacial, tendo este sido enviado, simultaneamente, por correspondência eletrônica e postada.

Outra vantagem do uso do método do questionário em relação aos demais também pode ser considerada em termos de uma possibilidade maior de isenção nas respostas uma vez que estas não sofrem influência do

⁴⁹ “O questionário é um instrumento de observação não participante, baseado numa seqüência de questões escritas, que são dirigidas a um conjunto de indivíduos, envolvendo as suas opiniões, representações, crenças e informações factuais, sobre eles próprios e o seu meio” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992)

pesquisador. Como todo o instrumento de coleta de dado - que apresenta vantagens e desvantagens seja quanto à elaboração, aplicação, análise ou, até mesmo, à originalidade do produto coletado - o questionário apresenta certas desvantagens, como por exemplo: o baixo índice de devolução; dificuldade de conferir a confiabilidade das respostas; demora na devolução do questionário e a impossibilidade do respondente tirar dúvidas sobre as questões, o que pode levar a respostas equivocadas (MARCONI; LAKATOS, 1996)

Em relação à formatação do questionário, este foi composto por perguntas semi-fechadas e uma pergunta aberta. A opção de trabalhar com questionários predominantemente de perguntas semi-fechadas teve por fim facilitar a comparação e a análise dos dados devido ao contexto diferenciado dos atores e a impossibilidade de deslocamento para entrevista pessoal em razão da abrangente extensão da localização dos atores. Para evitar respostas forçadas ao fim das opções apresentadas foi inserida a opção *outros* para acréscimo de resposta não contemplada. Ademais, ao final de cada pergunta havia um espaço para o item *comentário* seguido por linhas em branco a serem preenchidas com observações que o autor-partícipe achasse conveniente.

Os questionários – anexados ao final - foram compostos pelas seguintes partes:

- *termo de consentimento e esclarecimento*: neste item foram esclarecidos os objetivos da pesquisa, a justificativa para sua realização e anexado um resumo dos procedimentos de coleta de dados, com indicação, ainda, do sigilo das identidades dos participantes;
- *dados gerais*: itens para breve apresentação do participante;
- *dados específicos*: perguntas objetivas sobre as atividades do participante;
- *bem-estar animal*: composto com perguntas de intensidade, em escalas de importância, e de múltipla escolha que articulam a atividade do participante com a sua caracterização de bem-estar animal;
- *percepção em relação aos demais atores*: perguntas de avaliação da atuação de entes externos.

Levando em conta que o objetivo da pesquisa de campo consistia na exploração do tema bem-estar animal entre alguns atores da cadeia produtiva de frango de corte em Santa Catarina foi buscado verificar se a hipótese confirmada pela revisão literária também se apresentava válida no campo. Para

tanto, a verificação da oscilação da natureza da demanda de bem-estar animal – entre argumentações éticas, sanitárias, econômicas – foi realizada por meio de perguntas diferentes, mas com indicadores similares. Assim, para evitar que o ator adotasse uma resposta padrão, os indicadores de cada um dos três tipos de argumentação foram misturados.

6.3 Da execução da pesquisa de campo

O contacto com a amostra acima identificada foi realizada por meio de 19 ligações telefônicas, 32 correspondências impressas e 56 correspondências eletrônicas. Infelizmente, o aceite para participação da pesquisa ocorreu em poucos casos. Excetuando aqueles que não contestaram o contato, seja por falta de interesse ou por não terem recebido o pedido de participação na pesquisa, os demais tiveram como principais escusas:

- a. falta de tempo devido estarem envolvidos em outras atividades tais como: período fiscal, missão estrangeira, fiscalização, fusão com outra empresa;
- b. inexistência de profissional na área de bem-estar de aves de corte;

Considero que a falta de interesse em participar da pesquisa esteja atrelada a insegurança dos atores em falar sobre um tema ainda pouco esclarecido como é o caso do bem-estar animal. A desmotivação pode, ainda, ser interpretada como uma desvalorização do tema seja por que este ainda não afeta as atividades dos atores ou por que não consideram relevante em suas esferas de atuação.

Assim participaram efetivamente da pesquisa:

<i>Ator - categorias</i>	<i>Amostra</i>	<i>Identificação</i>
Frigoríficos	De quinze (15) plantas identificadas, pertencentes a nove (9) empresas, o retorno positivo foi de apenas duas (2).	FA FB
Certificadoras	De sete (7) contactadas, apenas duas (2) responderam o questionário.	CA CB
ONGs	Das seis (6) contactadas, apenas (2) responderam o questionário, tendo a terceira expressado que discorda totalmente da abordagem 'bem-estarista', por defender uma linha abolicionista.	OA OB OC

6.4. Da análise dos dados

O método de análise⁵⁰ dos dados buscou articular a percepção dos atores em relação ao bem-estar animal, em relação a sua natureza ética, sanitária e econômica por meio de perguntas variadas, mas com respostas articuladas a estes três tipos de natureza. Ou seja, as motivações ética, sanitária e econômica foram operacionalizadas, especificamente, em quatro dimensões (ideológica, conseqüencial, operacional, divulgativa) cujos indicadores da natureza seriam as seguintes respostas:

	Natureza ética	Natureza sanitária	Natureza econômica
Ideológica	Definição com menção: - cinco liberdades; - a limites	Definição com menção: - a cuidados realizados para evitar a inocuidade do	Definição com menção: - a modificações ao longo da cadeia que

⁵⁰ “O modelo de análise é composto por conceitos e hipóteses estreitamente articulados entre si para, em conjunto, formarem um quadro de análise coerente” (QUIVY, CAMPENHOUDT, 1992, p.151).

	de exploração humana; - especismo;	produto final	tragam retorno financeiro
Conseqüencial	Prioridade para: Dor e sofrimento animal	Prioridade para: Comprometimento da qualidade da carne; Comprometimento da segurança alimentar;	Prioridade para: Perda de cortes no abate; Aumento no custo de produção
Operacional	Prioridade para: Senciência animal	Prioridade para: Outro: segurança alimentar	Prioridade para: Custo financeiro
Divulgativa*	Prioridade para: Riscos a saúde animal*	Prioridade para: Riscos a saúde humana* Outro: incidência de DTA (doenças	Prioridade para: Prejuízos ao produto como sabor, coloração, textura.

	Outro: valor da vida animal	transmissíveis por alimentos)	Outros: iguaria.
--	-----------------------------------	----------------------------------	---------------------

* para a resposta 'risco a saúde humana e animal foi considerado natureza mista (entre ética e sanitária)

Abaixo estão colacionadas as respostas dadas:

a) Dimensão ideológica

No questionário: Como Vossa Senhoria define bem-estar animal (bea):

FA	FB
“Respeito às 5 liberdades (as aves não sentirão fome, sede, injúrias, terão liberdade de expressar seus comportamentos naturais, não sentirão medo)”	“Bem-estar animal pode ser definido como o conjunto de procedimentos técnicos e científicos que garantem o bem-estar dos animais desde o embarque na propriedade rural até a operação de sangria no matadouro-frigorífico. O abate de animais deve ser realizados sem sofrimentos desnecessários. As condições humanitárias devem prevalecer em todos os momentos precedentes ao abate”

CA	CB
Animais criados e abatidos	Não respondeu.

<p>em condições humanitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Atendimento às necessidades básicas dos animais</i> • <i>Acesso dos animais a alimentos saudáveis e nutritivos e à água</i> • <i>Ambiente adequado à Espécie</i> • <i>Planejamento e gerenciamento responsável e cuidadoso</i> • <i>Manejo dos animais com habilidade, conhecimento e consciência</i> <p><i>Manejo, transporte e abate que demonstrem consideração com os animais</i></p>	
<p>OA</p>	<p>OB</p>
<p>“bem estar animal é respeitar e tratar o próximo, seja ele com quatro patas, com asas ou nadadeiras, da forma que gostaríamos de ser tratados. eu não gosto de sentir medo, pavor, tampouco gostaria de viver confinada, então, procuro respeitar todas as formas de vida, não interferindo na sua rotina, hábitos, na sua natureza.”</p> <p>"Os animais existem no mundo para seus próprios propósitos. Não foram feitos para os seres</p>	<p>O bem-estar animal envolve o estado físico e mental dos animais. A [OB] avalia o bem-estar dos animais utilizando como base as “Cinco Liberdades” (Farm Animal Welfare Council, 1965), que determinam que os animais devem estar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - Livres de fome e sede. 2- Livres de desconforto. 3- Livres de dor, ferimentos e doenças.

humanos, do mesmo modo que os negros não foram feitos para os brancos, nem as mulheres para os homens." Alice Walker	4- Livres de medo e angústia. 5- Livres para expressar seu comportamento natural.
--	--

b) Dimensão consequencial:

No questionário: Classifique dentre as opções abaixo, em ordem de importância, as principais consequência de lesões decorrentes de ações em desacordo com as diretrizes do BEA e que são adotadas por: (F) este estabelecimento frigorífico/ (C) por este organismo certificador/ (O) esta organização.

FA	FB
<ol style="list-style-type: none"> 1. Dor e sofrimento animal 2. Comprometimento da segurança alimentar 3. Comprometimento da qualidade da carne 4. Comprometimento na conquista de mercados exigentes 5. Perda de cortes no abate 6. Aumento no custo de produção 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dor e sofrimento animal 2. Comprometimento da qualidade da carne 3. Comprometimento da segurança alimentar 4. Comprometimento na conquista de mercados mais exigentes 5. Perda de cortes no abate 6. Aumento no custo de produção
CA	CB

<p>1 . dor e sofrimento no animal</p> <p>2 . perda de cortes no abate</p> <p>3. comprometimento da qualidade da carne</p> <p>4. aumento no custo de produção</p> <p>5. comprometimento na conquista de mercados mais exigentes</p> <p>6. comprometimento da segurança alimentar</p>	<p>1. comprometimento da qualidade da carne</p> <p>2. dor e sofrimento no animal</p> <p>3. comprometimento na conquista de mercados mais exigentes</p> <p>4. comprometimento da segurança alimentar</p> <p>5. perda de cortes no abate</p> <p>6. aumento no custo de produção</p>
---	---

OA	OB
<p>(1,2,3,4) dor e sofrimento no animal</p> <p>Comentário: o que é mais importante: o prazer de viver ou o prazer do paladar humano? para nós, os animais tem mais importância.</p>	<p>1 dor e sofrimento no animal</p> <p>2 perda de cortes no abate</p> <p>3 comprometimento da qualidade da carne</p> <p>4 aumento no custo de produção</p> <p>5 comprometimento na conquista de mercados mais exigentes</p> <p>6 comprometimento da segurança alimentar</p>

c) Dimensão operacional:

No questionário (F): Na qualidade de responsável técnico, qual das opções abaixo, você classifica como fator de maior importância para a adequação desse estabelecimento em relação às exigências de BEA?

No questionário (C): Como auditor, qual das opções abaixo, você aconselharia a ser o fator de maior importância para a adequação de estabelecimentos de produção e abate em relação às exigências de BEA?

No questionário (O): Como representante de uma organização de proteção animal, qual das opções abaixo, você aconselharia a ser o fator de maior importância para a adequação de estabelecimento de produção e de abate em relação às exigências de BEA?

FA	FB
senciência animal	custo financeiro

CA	CB
senciência animal	custo financeiro

OA	OB
senciência animal Comentário: somos contra o abate de animais para qualquer fim: alimentação, vestuário, ciência....	senciência animal

d) Dimensão divulgativa:

No questionário: Em sua opinião, campanhas de BEA junto a consumidores, deve ter qual(is) foco de informação sobre as conseqüências da criação e abate de animais em condições adversas de bem-estar animal ? Se possível indique um exemplo.

FA	FB
(X) riscos a saúde animal. (Exemplo: sofrimento dos animais) (X) prejuízos ao produto como sabor, coloração, textura. (Exemplo: carne rígida)	(X) prejuízos ao produto com sabor, coloração, textura (exemplo carne mais dura e sabor alterado devido alteração do ph da carne)

CA	CB
<p>(X) riscos a saúde humana e animal</p> <p>(Exemplo:.....)</p> <p>(X) prejuízos ao produto como sabor, coloração, textura (Exemplo:.....)</p> <p>(X) outros (Exemplo: Condições atuais de criação de animais.....)</p> <p>Comentários: “a crueldade do sistema comercial de criação e abate deve ser apresentado, isso causa impacto grande nos consumidores. E devem ser indicandas as conseqüências deste sistema em termos de qualidade da carne e de riscos de saúde, tanto animal como humana.” (SIC)</p>	<p>(X) prejuízos ao produto como sabor, coloração, textura</p>

OA	OB
<p>(x) riscos a saúde humana e animal</p> <p>(Exemplo:.....)</p> <p>Comentário: “Vocês nos tornaram doentes e agora</p>	<p>(X) riscos a saúde humana (Exemplo: utilização de promotores de crescimento que podem deixar resíduos na carne.)</p> <p>(x) riscos a saúde humana e</p>

<p>comem nossas doenças” – esta é uma ótima frase para campanha de conscientização.</p>	<p>animal (Exemplo: animais sob condições de estresse e alta lotação são mais suscetíveis a doenças devido a baixa da imunidade e também pode desenvolver metabólicos(ganho rápido de peso) e locomotores.)</p> <p>(x) prejuízos ao produto como sabor, coloração, textura (Exemplo: criação de frangos caipiras, apresentam melhor textura e sabor quando comparados aos frangos criados sob condições intensivas)</p>
---	---

A tabulação triangular das respostas formaria o seguinte quadro:

	Ideológica	Conseqüencial	Operacional	Divulgativa
FA	sanitária	1. ética 2. sanitária 3. sanitária 4. econômica	econômica	econômica

		5. econômica 6. econômica		
FB	ética	1.ética 2.sanitária 3. sanitária 4. econômica 5. econômica 6. econômica	ética	ética; econômica.
CA	ética	1.ética 2. econômica 3. sanitária 4. econômica 5. econômica 6. sanitária	ética	mista economia outro
CB	ética	1.sanitária 2. ética 3. econômica 4. sanitária 5. econômica 6. econômica	econômica	econômica
OA	ética	1, 2, 3, 4, 5 ,6 ética	ética	mista

OB	ética	1.ética 2.econômica 3. sanitária 4. econômica 5. econômica 6. sanitária	ética	sanitária; mista econômica
----	-------	--	-------	----------------------------------

A partir desta triangulação foi possível concluir a descontinuidade da natureza de bem-estar animal ao longo das dimensões e entre os atores. Por exemplo, as respostas fornecidas pela OA diferem significativamente das respostas da OB. De fato a OA se declarou ‘contra a produção de frangos de corte ou de qualquer outro ser vivo’, enquanto a OB não relatou qualquer contrariedade a atividade pecuária.

Entre a CA e CB também aparecem descontinuidades de percepções, a exemplo das respostas para o fator de adequação dos estabelecimentos. Enquanto a primeira respondeu ‘senciência animal’, a segunda respondeu ‘custo financeiro’; ou ainda a resposta para a pergunta sobre os fatores indicativos de bem-estar animal, em que CA assinalou todos os itens como sendo relevante para percepção do bem-estar animal e CB considerou apenas a condição para expressar comportamento natural da espécie como indicativo. Ao que parece, CA apresenta uma visão mais holística do bem-estar animal, enquanto que CB possui uma postura mais restrita.

Entre FA e FB a diferença é mais sutil; mas pode ser percebida na definição de bem-estar animal e na fonte de conhecimento para tal definição. Enquanto FB restringe a apreciação do bem-estar animal uma vez que sua definição é feita a partir de uma demarcação tempo-espacial “[...] que garantem o bem-estar desde o embarque na propriedade rural até a operação de sangria [...]”, FA não pontua; ademais as fontes de informação de FB são específicas para o abate.

A menção quase unânime as cinco liberdades reforça a idéia de bem-estar animal como um termo cujo conceito tem princípios éticos na sua base. No entanto, na prática estes princípios tomam formas diferentes. Ao contrário da base conceitual, a fonte de informação sobre bem-estar animal foi diferente em cada resposta.

No questionário (F), (C), (O): Sua definição esta baseada em conhecimentos obtidos por qual meio?

FA	FB
Diretivas da União Européia; Cursos e treinamentos complementares realizados por interesse próprio e da instituição; Capacitação interna.	FB IN 03 (17/01/2000) Diretiva 93/119/CE

CA	CB
<p>- legislação nacional</p> <p>- por outro meio: Discussões para adaptação do referencial HFAC à realidade brasileira. O referencial HFAC por sua vez teve como base as diretrizes do Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals (RSPCA, informações científicas atuais e outros padrões e diretrizes práticas reconhecidas para o cuidado apropriado de animais). Esses padrões incorporam pesquisa científica, recomendações de veterinários e experiências práticas do setor agrícola.</p>	<p>Por outro meio: internet</p>

OA	OB
<p>Por outro meio: Declaração Universal dos Direitos Animais</p>	<p>- pela legislação internacional: Farm Animal Welfare Council</p>

Já a fonte para elaboração de diretrizes de bem-estar animal apresentou convergência e divergência entre os atores.

No questionário (F), (C), (O): Em sua opinião, qual das entidades abaixo relacionadas deveria ser responsável para elaboração de diretrizes de BEA para frangos de corte.

FA	FB
OIE	OIE MAPA

CA	CB
MAPA Comentário: mesmo estando a cargo de órgãos oficiais, a preparação de diretrizes e normas deve levar em consideração todo conhecimento disponível. Por isso, todos os atores devem ser ouvidos: produtores, pesquisadores, ongs de proteção animal e consumidores.	OIE FAO

OA	OB
<p>ONG</p> <p>Comentário: nossa instituição é a favor da alimentação sem cadáveres, portanto essa pergunta também fica difícil responder. mas se for para escolher uma entidade das que estão relacionadas acima, seria alguma ong de proteção animal que seja séria e engajada, como por exemplo, a peta.</p>	<p>OIE</p> <p>FAO</p> <p>OMC</p> <p>MAPA</p> <p>UBA</p> <p>ONG: WSPA, CIWF, HSUS.</p> <p>Comentário: Acreditamos que as diretrizes de bem-estar animal deveriam ser internacionais. Nesse caso, órgãos como OIE, FAO, OMC e ONGs deveriam trabalhar integrados para estabelecer protocolos mundialmente aceitos. No Brasil, órgãos locais como o MAPA e a UBA devem participar para adaptar as diretrizes às condições brasileiras.</p>

São questões ilustrativas do fato de que embora o conceito de bem-estar animal aponte para uma convergência em termos de princípios, na prática há certa divergência, conforme demonstra a resposta as seguintes perguntas:

No questionário (F), (C), (O): Classifique dentre as opções abaixo, em ordem de importância, em qual etapa da produção de

frangos de corte você entende que as ações de BEA são mais importantes?

No questionário(F), (C), (O): Em sua opinião, dentre as etapas citadas acima, qual(is) item(ns) merece(m) maior atenção por parte das instituições normatizadoras? Por quê?

FA	FB
<ul style="list-style-type: none">1. Manejo geral do aviário;2. Densidade de criação;3. alimentação;4. temperatura e ventilação;5. programa de luz;6. apanha e transporte;7. abate;8. recepção dos pintos. <p><i>Comentário:</i> todas as etapas são importantes.</p>	<ul style="list-style-type: none">1. Manejo geral do aviário2. Abate
Manejo em geral no aviário.	Comentário: “As duas opções citadas englobam toda cadeia produtiva, porém o frigorífico requer uma atenção diferenciada uma vez que estamos trabalhando com o

	produto final e precisamos sempre visar a segurança alimentar do produto em relação ao consumidor”.
--	---

CA	CB
<p>Foram assinalados com ‘X’ todos os itens, portanto, não havendo indicação da ordem de importância. A opção <i>outros</i> também foi assinalado com complemento de: Eutanásia.</p> <p>Comentários: Todos os itens citados são importantes e devem ser considerados e controlados. No referencial HFAC há controles específicos para cada um deste pontos que, quando não atendidos, podem inviabilizar a certificação. Eutanásia foi incluída, pois abates humanitários de emergência devem estar previstos.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Temperatura e ventilação 2. Densidade de criação 3. Programa de luz 4. Alimentação 5. Manejo geral no aviário 6. Apanha e transporte 7. Recepção dos pintos 8. Abate
<p>Todas. O bem estar animal é decorrente de um conjunto de medidas e atitudes. Um única medida não adequada pode comprometer o bem estar todo.</p>	<p>Transporte e Abate. Por representarem a parte final do ciclo de criação e, talvez, porque os impactos negativos aos animais sejam mais visíveis pelo cliente.</p>

OA	OB
<p>Como nossos ideais são de libertação animal, fica impossível realizar esta classificação. Somos totalmente <u>contra</u> a produção de frangos de corte ou de qualquer outro ser vivo.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alimentação 2. Temperatura e ventilação 3. Densidade de criação 4. Manejo geral do aviário 5. Abate 6. Recepção dos pintos 7. Apanha e transporte 8. Programa de luz
<p>Em branco.</p>	<p>É complexo normatizar alguns dos itens acima devido à variabilidade que existem entre os estados, como a densidade e a temperatura. No entanto, acreditamos que deveria haver padrões mínimos para referência da densidade dos lotes durante a criação e programas de luz, para evitar que as agroindústrias explorem os animais ao máximo sem levar em conta suas necessidades básicas dos animais.</p>

Note a diferença marcante entre OA e OB, ou entre CA e CB, enquanto os atores que receberam a desinência A se recusaram a eleger um item prioritário, os de desinência B puderam esboçar preferência.

Em relação a questão avaliativa da influência dos demais atores, apenas FA e FB demonstraram opiniões semelhantes.

No questionário (F), (C), (O): Como Vossa Senhoria avalia a influência dos diferentes segmentos da produção de frangos de corte na definição de normas e padrões de segurança alimentar e BEA?

FA	FB
Produtor: forte	Produtor: forte
Frigorífico: muito forte	Frigorífico: muito forte
Supermercado: fraco	Supermercado: muito fraco
Governo: muito forte	Governo: muito forte
Sociedade: moderado	Sociedade: fraca

CA	CB
Produtor: forte	Produtor: muito fraca
Frigorífico: muito forte	Frigorífico: fraca
Supermercado: moderado	Supermercado: moderado
Governo: moderado	Governo: forte
Sociedade: muito fraco	Sociedade: muito forte

OA	OB
Prefere não responder	Produtor: fraco Frigorífico: moderado Supermercado: muito forte Governo: forte Sociedade: muito forte

Em relação às avaliações das condições de bem-estar animal, tenderam a caracterizar o Brasil como 'fraco' ou 'muito fraco' e a Europa como 'muito bom', 'bom', com exceção da OA que caracterizou a Europa como 'muito fraco', pela razão exposta abaixo.

No questionário (F), (C), (O): Em sua opinião, o nível de BEA no Brasil pode ser classificado como.

No questionário (F), (C), (O): Em sua opinião, o nível de BEA na União Européia pode ser classificado como:

FA	FB
(X) fraco	(X) fraco

CA	CB
(X) fraco	(X) muito fraco

AO	OB
(x) muito fraco	(x) fraco Comentário: Acreditamos que ainda há muita coisa a ser melhorada nos padrões de bem-estar na criação de frangos. Não há nada estabelecido quanto à demanda de criações extensivas que priorizem o bem-estar dos frangos. O Brasil tem capacidade de ser um líder na produção extensiva de frangos, já que possui condições climáticas favoráveis a esse sistema, situação que não ocorre na União Européia.

FA	FB
(X) muito bom	(X) muito bom

CA	CB
(X) moderado	(X) bom

AO	OB
(x) muito fraco	(x) bom
Comentário: os animais sofrem de qualquer forma, numa fazenda ou num frigorífico.	Comentário: Há muitas divergências entre os países que compõem os padrões de bem-estar animal. A Suíça e a Inglaterra, por exemplo, têm padrões muito mais elevados do que países como Portugal e Espanha.

As opiniões sobre a origem da demanda de bem-estar animal foram:

No questionário (F), (C), (O): Em sua opinião, a emergência do discurso de BEA pode ser atribuída a qual dos fatores abaixo relacionados?

FA	FB
----	----

<p>(X) por pressão de organizações de proteção a animais</p>	<p>(X) por pressão de organizações de proteção a animais</p> <p>(X) por demanda do mercado para um produto diferenciado</p>
--	---

<p>CA</p>	<p>CB</p>
<p>(X) por pressão de organizações de proteção a animais</p>	<p>(X) por pressão de organizações de proteção a animais</p>

<p>OA</p>	<p>OB</p>
<p>(x) por pressão de organizações de proteção a animais</p>	<p>(x) por pressão de organizações de proteção a animais</p> <p>(x) por demanda do mercado para um produto diferenciado</p>

A indicação unânime de organismos de proteção animal confirma a origem ética da demanda de bem-estar animal apontada na literatura revisada. No entanto, o não assinalamento da alternativa 'por imposição do governo após episódios de insegurança alimentar' pode levar a duas conclusões:

a) O mal-estar animal não foi considerado a causa dos incidentes de inocuidade alimentar (ex: BSE) pelos atores, o que contraria grande parte da literatura revisada, além de indicar certa contradição entre as respostas dos atores, já que a argumentação sanitária esteve presente na maior parte delas. Além disto, no caso do frigorífico, o preenchimento do questionário foi realizado pelo responsável do programa de segurança alimentar, embora não houvesse no encaminhamento do questionário qualquer direcionamento para este profissional.

b) A de que os atores não percebem qualquer ingerência do governo na exigência de bem-estar animal, o que confirmaria a tendência de normatização privada do bem-estar animal apontada em alguns trabalhos revisados.

Por fim, anota-se que os dados coletados confirmaram a hipótese inicial de que haveria uma variação da percepção de bem-estar animal entre os atores, mas também mostrou que esta variação ocorre não apenas entre atores de diferentes categorias, por exemplo, de um ativista para um representante de frigorífico; mas também entre atores da mesma categoria. Neste particular, a amostra que respondeu ao questionário foi especialmente ilustrativa. Parece existir uma

dissonância de posicionamento frente às questões relativas ao bem-estar animal dentro da mesma categoria.

Em relação à natureza híbrida do bem-estar animal (BEA) – ética, sanitária, econômica – a análise das respostas indica que, com exceção do ator OA que parece não concordar com a apresentação do BEA em termos de segurança alimentar ou de retorno financeiro, todos os demais tenderam a considerar estas três naturezas em suas respostas. Todavia, a ponderação destes três elementos constitutivos do BEA oscila visivelmente entre os atores, o que confirma a hipótese do trabalho.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, que teve por motivação inicial o questionamento sobre se “estariam os diferentes atores da cadeia de produção-consumo alimentos de origem animal utilizando a expressão bem-estar animal de modo equivalente?”, alcançada seu término, a pesquisa confirmou a hipótese de que este uso não seria equivalente, pois ‘bem-estar animal’ refletiria uma natureza distinta para cada ator, sendo esta a razão da formação de conflitos e incertezas entre os atores.

A obtenção do conhecimento necessário para confirmar a hipótese seguiu os procedimentos previstos, quais sejam a revisão da literatura e a coleta de dados em um campo específico, o que possibilitou o cumprimento do objetivo geral, qual fora ‘a investigação da natureza das exigências de bem-estar de animais de produção, de modo a identificar possíveis conflitos decorrentes desta natureza’.

Neste ponto, a conclusão decorrente das análises foi que as exigências de bem-estar animal possuem uma natureza híbrida, que mescla preocupações éticas, sanitárias e econômicas. No entanto, como cada ator atribui pesos diferentes para cada um destas preocupações, a composição final varia de ator para ator, o que resulta em dissonâncias interpretativas sobre quais práticas estão ou não de acordo com o bem-estar animal. Estas dissonâncias, ocasionalmente, tomam a forma de

conflitos, sejam de ordem valorativa, científica ou normativa, conforme exposto ao longo dos capítulos.

Isso ocorre por que cada natureza do bem-estar animal contém em si pressupostos próprios, que em algum momento da prática de bem-estar animal pode vir a colidir com o outro pressuposto. Por exemplo, considerar a natureza ética do bem-estar pressupõe que a senciência animal seja o foco principal de preocupação; já considerar o bem-estar animal uma questão de segurança alimentar implica em priorizar a saúde humana, da mesma forma que considerar o bem-estar animal um investimento econômico traz o custo financeiro de despesa-receita para primeiro plano. Em cada abordagem o foco principal para prática de bem-estar se desloca, respectivamente, do animal, para a saúde humana, para o custo financeiro.

A apresentação do bem-estar animal como uma questão ética, é praticamente ubíqua na bibliografia sobre o assunto, porém poucos⁵¹ são os trabalhos que dedicam mais do que uma linha para descrever as implicações práticas e morais do caráter ético da demanda do bem-estar animal. Ao contrário, as explanações sobre bem-estar animal se distanciam da argumentação ética e se aproximam da análise instrumental na medida em que consideram o bem-estar um meio de obtenção de um produto com qualidade, segurança e rentabilidade distinta.

⁵¹ Com exceção para os trabalho da área de filosofia.

Para a composição desta conclusão foram imprescindíveis as etapas de pesquisa que seguiram os objetivos específicos. Neste sentido, a apresentação da trajetória da formação das exigências de bem-estar animal, apreciada ao longo dos capítulos II, III e IV, permitiu vislumbrar a construção socio-história deste conceito. No capítulo II, por exemplo, foi apreciado como as conjunções históricas do início da modernidade reuniram condições favoráveis (antropocentrismo, humanismo, mecanicismo, reducionismo, cartesianismo) para o estabelecimento do paradigma do animal como máquina, ou recurso disponível para utilização do animal humano. Estas características possibilitam que a produção animal assuma um sistema intensivo, no qual os animais são confinados para propiciar maior rendimento financeiro sobre cada animal.

Esta mudança nos métodos da atividade pecuária, na qual os animais deixaram de ser criados soltos em condições que podiam expressar comportamentos naturais, para serem produzidos de acordo com as necessidades do mercado, trouxe impactos a saúde animal, humana e ambiental.

Os dilemas éticos da atualidade apontam para a direção conservadora, bem-estarista e abolicionista, cujas características respectivamente são a manutenção das bases ideológicas da produção moderna de animais, a reforma de alguns itens desta produção e o rompimento total com o uso de animais. O levantamento dos dados sobre os momentos de formação explícita de demandas de bem-estar animal – década

de 60 e 90 - sugere que a prevalência da postura ética reformista em relação às outras possíveis decorreu da retórica do risco, que privilegia a natureza sanitária do bem-estar animal.

Ao apresentar o bem-estar animal como uma questão sanitária foi possível tirar o foco da controvérsia filosófica sobre a legitimidade da exploração animal, para focar tão-somente as técnicas, em especial, aquelas que causassem danos a saúde animal e por conseqüência a saúde humana. Este ponto pode ser considerado a raiz da dissonância vista no capítulo V sobre o jejum pré-abate, no qual a preocupação ética fica preterida pela preocupação sanitária.

Ademais, a proposta de bem-estar por ser de reforma e não de ruptura, teve boa assimilação no processo de reestruturação ecológica do mercado de alimentos, devido às possibilidades de, com novas tecnologias, minimizar o mal-estar animal, concomitantemente, a agregação de valor no produto final que gera aumento na receita. Contudo, esta natureza econômica não é menos conflituosa do que a sanitária, pois, se por um lado, as práticas de bem-estar animal elevam o valor do produto final, por outro elevam o custo da produção. Assim a motivação de uns se torna empecilho para outros.

Nas linhas pretéritas dedicada à modernização reflexiva e a modernização ecológica foi possível entender como diante de riscos, tais como os ambientais e do desenvolvimento industrial, os atores, individualmente e/ou institucionalmente,

promovem uma revisão ativa e reflexiva do escopo de suas atividades. Com isso as proposições de bem-estar animal, antes restritas a instituições de proteção animal, passaram a ser assumidas também por outros atores, e como num 'efeito dominó' cada ação provocou uma reação em outro ator, cada qual contribuindo para a natureza híbrida da reivindicação de bem-estar animal que passa a ser delineada pela confluência de preocupações éticas, sanitárias e econômicas.

Isso implicou em uma mudança na governança da cadeia produtiva que passou a ser regida não apenas por regulações nacionais, mas por negociações globais que envolvem tanto os Estados-nações como organizações multilaterais (ex: OMC e OIE), organismos regionais (ex: União Européia), setores privados como corporações transnacionais (ex: Cargill, Wal-Mart, Tesco) e sociedade civil, por meios de suas manifestações organizadas em ONGs ou por boicotes a produtos. Em meio a alegações destes atores chamou a atenção à convergência deles em relação à autoridade científica.

De acordo com a descrição final do capítulo IV, a ciência exerce papel fundamental na definição, implementação e verificação das práticas de bem-estar animal. No entanto, permeando as três naturezas do bem-estar animal - ética, sanitária, econômica – existem controvérsias científicas. A falta de entendimento entre os sistemas peritos prejudica o reconhecimento de situações de mal-estar, pois conforme visto a partir da perspectiva construcionista, não há uma relação direta e

imediate entre a existência de uma situação negativa e a organização social para solucioná-la. Dentre as etapas da formação eficiente de uma exigência está a legitimação da autoridade científica; no entanto, quando esta se encontra dividida entre uma abordagem simples e outra reflexiva, as dissonâncias se multiplicam.

Perante o exposto e conforme o argüido no capítulo V os conflitos oriundos da natureza híbrida do bem-estar animal são inúmeros e prejudicam o entendimento entre os atores. Para minimizá-los, vislumbrou-se como desafio a transparência da informação para os consumidores e o resgate do sujeito cognocente. A partir da superação destes desafios, acredito que os conflitos possam ser minimizados, de modo a garantir uma comunicação eficiente entre os atores.

O estudo de campo entre três categorias de atores revelou que cada um utilizava a expressão de modo não equivalente. Houve, inclusive, descontinuidades entre a percepção de atores da mesma categoria. De modo que, se postos em diálogo direto, estes atores entrariam em conflito, pois a prática de um não se coaduna com a teoria do outro. Em larga escala, esta situação poderá prejudicar o comércio de produtos de origem animal, e em longo prazo, poderá enfraquecer os discursos de proteção animal. A consequência disso, a título de previsão, pode vir a ser a retomada da postura conservadora em relação ao uso de animais, com as mesmas implicações éticas, sanitárias e econômicas que esta atitude acarretou outrora.

8. Referências:

APPLEBY, Michael. C. The relationship between food prices and animal welfare. *Journal of Animal Science*, Illinois, n. 83, p.9-12. 2005.

BECK, Ulrich. **Risk society**: towards a new modernity. London: SAGE Publications, 2005.

BECK, Ulrich. La sociedad del riesgo mundial: en busca de la seguridad perdida. Buenos Aires: Paidós, 2009, p.13-102.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In GIDDENS, A, BECK, U, LASCH, S. **Modernização reflexiva política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 11-72.

BECKER, Bettina G. **Bem-estar animal em avicultura**. In VII Simpósio Brasil sul de Avicultura. 04 a 06 de abril de 2006 – Chapecó – Brasil. p.149-153) Disponível em: < www.cnpsa.embrapa.br> Acesso em 25 maio 2008.

BELIK, Walter. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil**. *Saúde & Sociedade*, vol.12, n.1, p. 12-20. 2003.

BILDTGARD, T. Trust in food in modern and late-modern societies. In **Social Science Information**. SAGE Publications, 2008.

BOSTROM, M; KLINTMAN, M. State-centered versus non state-driven organic food standardization: a comparison of the US and Sweden. **Agriculture and Human Values**, Ed 23, spring, 2006.

BRAMBELL, Roger. **Report of Technical Committee to Enquire into the Welfare of Animals Kept Under Intensive Livestock Husbandry Systems**. London: Her Majesty's Stationary Office, 1965.

BROOM, David. Animal welfare: concepts and measurements. In **Journal of Animal Science**, Illinois, v. 69, n. 10, p. 4167-4175, 1991.

BUSCH, L. The moral economy of grades and standards. **Journal of Rural Studies**. Volume 16, P. 273–283, 2000.

COMPASSION IN WORLD FARMING. **Supermarkets and farm animal welfare**: raising the standard. Disponível em: <www.ciwf.org>

COHEN, Maurice J. **Risk society and ecological modernization**. Alternative visions for post industrial nations. *Futures*, v.29, n.2, p.105-119, 1997

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. Communication from the commission to the council and the European parliament on animal welfare legislation on farmed animals in third countries and the implications for the EU, 2002.

CONNORS, M., BISOGNI, C.A., SOBAL, J. & DEVINE, C.M. Managing value in personal food systems. **Appetite**, v. 36, n. 3, p. 189-200. Jun 2001

COSTA, Sérgio. **Quase crítica: Insuficiências da sociologia da modernização reflexiva**. Tempo Social, revista de sociologia da USP. São Paulo, v. 16, n. 2. p. 73-100, Nov. 2004.

CARFANTAN, J. BRUM, A. O Agronegócio Brasileiro e as novas regras de acesso ao mercado da União Européia. In **Desenvolvimento em questão**. Unijuí. Vol4. n.008. p.119-157, 2006.

DUNCAN, Ian J. H.; FRASER, David. Understanding animal welfare. In (Orgs) APPLEBY, M. C.; HUGHES, B. O. **Animal Welfare**. CAB International, Wallingfor, p. 19-31, 1997.

D'ALMEIDA, Thais N. Bem-estar animal X Segurança alimentar. **Higiene Alimentar**. v. 19, n.132, p.15-17. Jun 2005.

EMEL, Jody; WOLCH, Jennifer. Witnessing the animal moment. In EMEL, Jody; WOLCH, Jennifer **Animal Geographies? Place, politics, and identity in the nature-culture borderlands**. London and New York: Verso, p.1-23. 1998

ESCOSTEGUY, Angela. Introdução. In: ESCOSTEGUY, Angela. **Queridos Animais**, Porto Alegre: LP&M, 1997.

EUROPA. (2003). **Actividades da União Européia**: sínteses da legislação. Disponível em: <<http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/f80000.htm>>. Acesso em: 7 abr. 2004.

EUROPEAN COMMISSION. Attitudes of consumers towards the welfare of farmed animals. In Eurobarometer. Jun, 2005.

FAO. Expert Meeting. **Capacity building to implement good animal welfare practices**. Rome, 30 oct 2008. Disponível em: <www.fao.org/ag/animalwelfare.html> Acesso 05 nov 2008.

FELIPE, Sonia. **Ética e experimentação animal**: fundamentos abolicionistas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

FELIPE, Sonia. O estatuto dos animais usados em experimentos: da negação filosófica ao reconhecimento jurídico. In (Org) TRÉZ, Thales. **Instrumento animal**: o uso prejudicial de animais no ensino superior. Bauru: Canal 6, 2008.

FERNANDES FILHO, José Flôres. Integração na avicultura de corte brasileira: explicações e impactos. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 35, n. 1, jan-mar. 2004

FRANCIONE, Gary L. Um rótulo enganoso. Trad: Regina Rheda. *Ánima.*, 2007. Disponível em: < <http://www.gato-negro.org/content/view/120/48/>> Acesso em 11 nov 2008.

FRASER, David. The “New Perception” of Animal Agriculture: legless cows, featherless chicken and a need for genuine analysis. In **Journal of animal science** n.79, 2001, p.634-641.

FRASER, David. Applying science to animal welfare standards. In OIE **Global conference on animal welfare**: an OIE initiative, 2004.

FRASER, David. Towards a global perspective on farm animal welfare. *Applied animal Behaviour Science*. v.113, n.4, p.330-339. Oct, 2008.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GLOBALGAP. The global partnership for good agricultural practice. Disponível em: < www.globalgap.org > Acesso em 23 abril 2008.

GUIVANT, Julia. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos Sociedade Agricultura**, n.16, p.95-112, 2001.

GUIVANT, Julia. Riscos Alimentares: novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social. In **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 5. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

GUIVANT, Julia. Mapeando os caminhos da Sociologia ambiental. In **Política e sociedade**. Florianópolis, v.4, n.7, p.9-25, 2005.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HARRISON, R. **Animal machine**. New York: Ballantine Books, 1964.

HATANAKA; BRAIN, C.; BUSCH, L.; Third-Party Certification in the Global Agrifood System. **Food Policy**, volume, 30, P. 354-369, 2005.

HÖTZEL, Maria.J. **Bem-estar de animais zootécnicos**: aspectos éticos, científicos e regulatórios. Trabalho apresentado para concurso público de título e provas para professor adjunto do departamento de zootecnia do Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

HÖTZEL, Maria.J.; MACHADO FILHO, Luis.C.P. Bem-estar Animal na Agricultura do Século XXI. **Revista de Etologia**, v. 6, n. 1, p. 3, 2004.

IMPROTA, C. T. R. **Normas de bem estar animal**: da academia aos agentes sanitaristas. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Faculdade de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

IRWIN, A. **Sociology and the environment**: a critical introduction to society, nature and knowledge. Londres, Polity Press, 2001.

KELLER, Evelyn Fox. O paradoxo da subjetividade científica. *In* :SCHNITMAN, Dora F. (org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes médicas, 1996. p: 93-117.

KLOSTER, N.J.A., **Aprendizado na implantação de um sistema para avaliação da conformidade e certificação de produtos**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

LE MOS, Kátia Christina. Análise da legislação aplicável na proteção do bem-estar animal. **Ciência Veterinária Tropical**. Recife-PE, v.11, suplemento 1, p.80-83 abril.

LENZI, Cristiano, L. A sociologia sob o signo ecológico: um estudo sobre modernização ecológica, desenvolvimento sustentável e a teoria da sociedade de risco. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

LEVAL, Laerte. **Ministério Público e a proteção jurídica dos animais**. Disponível em: <
http://www.forumnacional.com.br/ministerio_publico_e_protecao_juridica_dos_animais.pdf> Acesso em 15 set 2008.

LOPES, Elder Joel Coelho. **Análise do bem-estar e desempenho de suínos em sistema de cama sobreposta.** Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) Faculdade de Ciências Agrárias. - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2004.

LUTZEMBERGER, J. **Manual de Ecologia:** do jardim ao poder. Vol.I. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MACHADO FILHO. Luis Carlos P.; HOTZEL, Maria J., s/d. **Bem-estar dos suínos.** In 5 Seminário Internacional de Suinocultura. Anais. São Paulo: Gessuli, p.70-82, 2000.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MAZZUCO, Helenice. Bem-estar na avicultura de postura comercial: sob a ótica científica. **Avicultura Industrial**, n. 01, p. 18-25, 2006.

MEAT THE TRUTH. Disponível em: <
<http://www.meatthetruth.nl/index.html>> Acesso em 20 jan 2009.

MENDEZ, Ariel; PAZ, Ibiara C. L. A. Bem-estar aniaml. In OLIVIO, Rubison (Org) **O mundo do frango:** cadeia produtiva da carne de frango. Criciúma: Ed do autor, 2006.

MIELE, M. BOCK, B. **Competing discourses of farm animal welfare and agri-food restructuring**. International Journal of Sociology of Food and Agriculture. Vol 15(3) dec, 2007.

MILLS, C. Wright. Do artesanato intelectual. In **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. P.211-243.

MOL, Arthur. P.J. **The refinement of the production**: ecological modernization theory and the chemical industry. Utrech: Van Akel, 1995.

MOL, A. P. J. Greening the network economy putting private informational governance in perspective. In International **INREF-AGITS Conference 'The greening of agro-industries and networks in Asia**: challenges and oportunities'. Bangkok: Chulalongkorn University, 2006.

MOL, Arthur P. J., SPAARGAREN , Gert. Para uma sociologia dos fluxos ambientais. Uma nova agenda para a Sociologia Ambiental do século XXI. In **Política e sociedade**. Florianópolis, v.4, n.7, p.27-76, 2005.

MOLENTO, Carla.F.M. Bem-estar animal:aspectos econômicos – revisão. **Archives of Veterinary Science** v.10, n.1, p.1-11, 2005

MORO, Eduino.J. **Supermercados e alimentos orgânicos no Brasil**: estratégias e tendências. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

NACONECY, C.M. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

OIE, **Sanidade Animal no Mundo**. Relatório Técnico sobre a 70 sessão geral do comitê internacional. 2002. Disponível em: <http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIIICA/SanidadeAnimal_2002.pdf> Acesso em 19 set 2009.

OIE, **Global Conference on Animal Welfare**: Paris, 2004.

OIE, **Global Conference on Animal Welfare**: Cairo, 2008.

OIE. **Terrestrial Animal Health Code** (2005). World Organization for Animal Health (OIE), Paris, France, 2005.

OLIVEIRA, Gabriela. A teoria dos direitos animais humanos e não-humanos de Tom Regan. In **Ethic@** v.3,n.3, p.283-299, Florianópolis, dez, 2004.

OLIVEIRA, Carolina B.; De BORTOLI, Elísio C.; BARCELLOS, Júlio O. J. Diferenciação por qualidade da carne bovina: a ótica do bem-estar animal. **Ciência Rural**, Santa Maria v. 38, n.7, p.2092-2096, out, 2008.

OOSTERVEER, P. **Global food governance**. Wageningen: Wageningen University, 2005

PAIXAO, Rita L. É possível garantir bem-estar para animais de produção? **Revista Conselho Federal de Medicina Veterinária**, n.36, p.66-73, 2005.

PASSILLE, A. M. RUSHEN, J. **Food safety and environmental issues in animal welfare**. In **Rev. Sci. Tech. Off int. Epiz.**, 24 (2), p. 757-766, 2005.

PEREIRA, André Gonçalo Dias. O Bem-Estar Animal no Direito Civil e na Investigação Científica In Neves, Maria do Céu Patrão (Org.), **Bioética ou Bioéticas na Evolução das Sociedades**, Coimbra, 2005, p. 151-163.

PEREIRA, P. L. L. ; BEVILACQUA, P. D. . As origens da doença da vaca louca. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 167, p. 62-65, 2000.

PERSPECTIVA SOBRE A ANÁLISE DE RISCO NA SEGURANÇA DOS ALIMENTOS. **Curso de sensibilização**. Rio de Janeiro: Área de Vigilância Sanitária, Prevenção e Controle de Doenças - OPAS/OMS, 2008. 160p.

PITELLI; M. M.; MORAES, M.A.F. **Análise do impacto das variações institucionais europeias sobre a governança do sistema agroindústria brasileiro da carne bovina**. RER, vol.44, n.01, p.27-46, jan/mar, 2006.

POLLAN, Michael. **O dilema do onívoro**: uma historia natural de quatro refeições. Intrínseca, 2007.

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L. **Manual de Investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva. 1992.

REARDON T.; CODRON J.-M.; BUSCH L.; BINGEN J.; HARRIS C. Global change in agrifood grades and standards: agribusiness strategic responses in developing countries. The International Food and Agribusiness Management Review, v.2, n. 3, p. 421-435(15) 2001.

REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. São Paulo: Lugano, 2006.

RITZER, George. **La Mcdonalización de la sociedad**: un análisis de la racionalización en la vida cotidiana. Barcelona: Ariel, 2005.

ROLLIN, Bernard. The regulation of animal research and the emergence of animal ethic: a conceptual history. **Theoretical Medicine Bioethics**, v.27 (4) , p.285-304, 2006.

SANTANA. Heron José de. Abolicionismo animal. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo, Revista dos Tribunais, n. 6, p. 85-109, out/dez, 2004.

SCARLATO, G. RUBIO, L. **Relaciones agricultura e Industria**: dinamica y tendências: Montevideo: Ed. Agropecuária Hemisferio Sur S.R.L., 1984.

SCHRÖDER, McEACHERN, 2004. Consumer value conflicts surrounding ethical food purchase decision: A focus in animal welfare. **International Journal of Consumer Studies**, 28, 2, March, p.168-177, 2004.

SILVIA, Valquiria da; AMARAL, Ana Maria P. Segurança alimentar, comércio internacional e segurança sanitária. **Informações Econômicas**, SP, v.34, n.6, jun. 2004.

SINGER, Peter. All animals are equal. In REGAN, Tom; SINGER, Peter. **Animal rights and human obligation**. Prentice Hall. Part three, 1989.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SINGER, P. **Animal liberation**. New York: HarperCollins Publishers, 2002.

SINGER, P. MASON, J. **A ética da alimentação**: como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem estar. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SPEEDING, Colin. **Animal Welfare**. London: Earthscan, 2000.

THIERMANN, A.B. The Relationship between the World Trade Organisation and the Office International des Epizooties. **Rev Sci Tech Off Int Epiz** 16 (1) 13-16, 1997.

THOMPSON, P. et al. **Livestock welfare product claims: the emerging social context.** In Journal of Animal Science n.85, 2007.

THOMPSON, P. B. From a philosopher's perspective, how should animal scientists meet the challenge of contentious issues? In **Journal of animal science.** N.77, 1999.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade.** 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIROS, Marcela B.; KENT-SMITH, Luiza; PROENÇA, Rossana P.C. Legislação portuguesa e brasileira de segurança e higiene dos alimentos. **Higiene Alimentar.** vol.20 n.145. p.117-128, Out, 2006.

WEBSTER, J. **The assessment and implementation of animal welfare:** theory into practice. In Scientific and Technical Review of OIE, 24 (2), p. 723-734, 2005,

WEILAND, Sabine. Ecological modernization or risk society? The politics of environmental ideas. In Conference on the interpretive practitioner: from critique to practice in public policy analysis. University of Birmingham. 8-10 June, 2006.

ZANELLA, A. Considerações sobre o bem estar dos animais: um desafio para os profissionais ligados à pecuária. In ESCOSTEGUY, A. (Org) **Queridos Animais:** relação humana e animais. Porto Alegre: L&PM, 1997.

9. Apêndice

9. 1 Modelo de questionário enviado aos frigoríficos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O presente Termo de Consentimento diz respeito a pesquisa “Bem-estar animal: desafios sociais de um termo em construção” para a qual desenvolvemos o questionário em anexo.

Esta pesquisa tem como objetivo identificar os significados que o termo 'bem-estar animal' evoca entre os entrevistados, bem como registrar os possíveis desafios que a implementação de práticas de bem-estar animal podem trazer para as atividades de Vossa Senhoria.

O estudo terá foco na cadeia produtiva de frangos de corte no Estado de Santa Catarina cuja produção é destinada a exportação para países da União Européia. E, pretende buscar conhecer o nível de informação e as dificuldades encontradas pelos diferentes segmentos da produção, bem como avaliar as possíveis fontes de informação sobre o tema.

Justifica-se o esforço de pesquisa como forma de contribuição na harmonização conceitual do bem-estar animal, fato que poderá favorecer os negócios do comércio internacional de carnes de frango, bem como poderá contribuir na elaboração de materiais informativos que possibilitem esclarecer a população sobre as principais condutas e formas de compreensão do bem-estar animal. Poderá, ainda, contribuir com os órgãos oficiais na elaboração de legislações e programas educativos relacionados ao tema.

A pesquisa será desenvolvida junto aos produtores rurais, frigoríficos, serviço federal de inspeção de produtos de origem animal, organismos certificadores e organização de proteção animal. Para atingir os objetivos do estudo, utilizaremos o método de entrevistas estruturadas e não

estruturadas. As entrevistas serão realizadas nos endereços indicados pelo setor e não implicam em risco ou desconforto aos participantes. A participação na pesquisa é de grande importância para que se alcancem os objetivos propostos, no entanto, os participantes têm total liberdade de recusar ou de retirar o consentimento, sem qualquer penalização, e poderão fazê-lo através do contato com a pesquisadora Carolina Maciel, por meio do telefone xxxxxx, ou pelo endereço eletrônico xxxxx

Importante ressaltar que a identidade dos participantes tem total garantia de sigilo e privacidade, sendo estes dados apenas utilizados para controle da pesquisadora. Portanto, são informações confidenciais, cujos dados coletados serão unicamente utilizados para a realização deste trabalho.

Eu, _____, declaro que fui esclarecido (a) sobre a pesquisa " Bem-estar animal: desafios sociais de um termo em construção" e concordo em participar da mesma.

Data: _____, _____ de _____ de 2009.

Assinatura: _____ RG: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Ilmo Sr(a).

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO FRIGORÍFICO

1. Dados gerais

Nome do Frigorífico:

Data de abertura:

Localidade:

2. Dados específicos

2.1. Enumere em ordem de importância os principais mercados abastecidos por este estabelecimento.

interno EUA União Européia África
Ásia

não sabe outro. Qual?

2.2. Em que ano este estabelecimento recebeu habilitação para exportar para a União Européia?

2.3. Para qual país este estabelecimento registra o maior número de toneladas de carne de frango exportadas por ano?

2.5. Este estabelecimento recebe auditorias externas?

Sim Não Não sabe

2.6 Caso Vossa Senhoria tenha assinalado a resposta Sim no item anterior, poderia listar os organismos que executam as auditorias:

2.7 Estas auditorias foram requisitadas por interesse próprias ou em atendimento a solicitação de clientes?

interesse próprio

solicitação clientes

outro motivo. Qual?

2.8 Com qual frequência ocorrem as auditorias?

semanal quinzenal mensal trimestral semestral
anual

não há frequência regular

() quando há modificação de alguma das condições

() quando há abate

Comentários:

3. Bem- Estar Animal (BEA)

3.1 Como Vossa Senhoria define Bem-estar animal (BEA):

3.2 Sua definição esta baseada em conhecimentos obtidos por qual meio?

() legislação nacional. Qual?

() legislação internacional. Qual?.....

() publicidade de órgão público. Qual?.....

() publicidade de organismos de proteção animal. Qual?.....

() publicidade de organismos de proteção do consumidor.
Qual?.....

() contrato comercial

() formação universitária

() cursos e treinamentos complementares realizados por interesse:

() próprio () da instituição que trabalha

() por outro meio. Qual?.....

Comentários:

3.3. Classifique dentre as opções abaixo, em ordem de importância, em qual etapa da produção de frangos de corte você entende que as ações de BEA são mais importantes?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> recepção dos pintos | <input type="checkbox"/> densidade de criação |
| <input type="checkbox"/> temperatura e ventilação | <input type="checkbox"/> programa de luz |
| <input type="checkbox"/> manejo geral no aviário | <input type="checkbox"/> alimentação |
| <input type="checkbox"/> apanha e transporte | <input type="checkbox"/> abate |
| <input type="checkbox"/> outra. Qual? | |

Comentários:

3.4 Em sua opinião, dentre as etapas citadas acima, qual(is) item(ns) merece(m) maior atenção por parte das instituições normatizadoras? Por que?

3.5 Em sua opinião, qual das entidades abaixo relacionadas deveria ser responsável para elaboração de diretrizes de BEA para frangos de corte.

- Organização Mundial de Saúde Animal – OIE
- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO
- Organização Mundial do Comércio - OMC
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
- União Brasileira de Avicultura – UBA
- Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos – ABEF

- Associação Latinoamericana de avicultura – ALA
- Conselho Internacional de avicultura – IPC
- Organização privada do tipo Globalgap
- Organizações não governamentais de proteção animal.
Qual?.....

Cada estabelecimento deve seguir seu próprio código de práticas de BEA.

Comentários:

3.6. Classifique dentre as opções abaixo, em ordem de importância, as lesões decorrentes de ações que estão em desacordo com as diretrizes do BEA e que são adotadas por este estabelecimento.

- comprometimento da qualidade da carne
- comprometimento da segurança alimentar
- comprometimento na conquista de mercados mais exigentes
- dor e sofrimento no animal
- perda de cortes no abate
- aumento no custo de produção

Comentários:

3.7. Na qualidade de responsável técnico, qual das opções abaixo, você classifica como fator de maior importância para a adequação desse estabelecimento em relação as exigências de BEA?

- custo financeiro sciência animal não sei. outra. Qual?

Comentários:

3.8. Em sua opinião, qual(is) dos fatores abaixo são indicativos de BEA?

- ausência de fome e sede ausência de dor e sofrimento
- ausência de medo e angústia ausência de desconforto fisiológico
- condições para expressar comportamento natural da espécie
- nenhum deles não sabe

Comentários:

3.9. No que diz respeito ao BEA, quais das ações abaixo listadas estão implementadas em seu estabelecimento?

- treinamento de funcionários
- programa de conscientização e responsabilização dos produtores, grupos de apanha e transportadores
- nenhum deles outro. Qual?

Comentários:

3.10 Em sua opinião, campanhas de BEA junto a consumidores, deve ter qual(is) foco de informação sobre as conseqüências da criação e abate de animais em condições adversas de bem-estar animal ? Se possível indique um exemplo.

- os riscos a saúde animal (Exemplo:.....)
- riscos a saúde humana (Exemplo:.....)
- riscos a saúde humana e animal (Exemplo:.....)
- prejuízos ao produto como sabor, coloração, textura (Exemplo:.....)

() outros (Exemplo:.....)

Comentários:

--

3.11. Para que seu desempenho como responsável técnico da linha de abate seja eficiente no que concerne o BEA, qual dos meios de aquisição de informações e conhecimentos sobre o tema seria mais conveniente?

() curso rápido de até 40h

() curso intensivo de até 300h

() uma palestra

() um folheto informativo

() publicação em meio eletrônico

() não acha necessário

Comentários:

--

4. Percepção dos demais atores participantes do mercado de carnes

4.1. Como Vossa Senhoria avalia a influência dos diferentes segmentos da produção de frangos de corte na definição de normas e padrões de segurança alimentar e BEA?

Classificação	Produtor	Frigorífico	Supermercados	Governo	Sociedade
Muito forte					
Forte					
Moderada					
Fraca					
Muito fraca					
Não sei					
Prefere não responder					

Comentários:

4.2. Em sua opinião, o nível de BEA na União Européia pode ser classificado como:

muito bom bom moderado

fraco muito fraco não sabe

Comentários:

4.3 Em sua opinião, o nível de BEA no Brasil pode ser classificado como:

muito bom bom moderado

fraco muito fraco não sabe

Comentários:

4.3. Em sua opinião, a emergência do discurso de BEA pode ser atribuída a qual dos fatores abaixo relacionados?

() por imposição do governo após os episódios de insegurança alimentar

() por pressão de organizações de proteção a animais

() por demanda do mercado para um produto diferenciado

() não sei

() outra. Qual?

Comentários:

--

Nome do entrevistado:

Data:

9. 2 Modelo de questionário enviado as certificadoras

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O presente Termo de Consentimento diz respeito a pesquisa “Bem-estar animal: desafios sociais de um termo em construção” para a qual desenvolvemos o questionário em anexo.

Esta pesquisa tem como objetivo identificar os significados que o termo 'bem-estar animal' evoca entre os entrevistados, bem como registrar os possíveis desafios que a implementação de práticas de bem-estar animal podem trazer para as atividades de Vossa Senhoria.

O estudo terá foco na cadeia produtiva de frangos de corte no Estado de Santa Catarina cuja produção é destinada a exportação para países da União Européia. E, pretende buscar conhecer o nível de informação e as dificuldades encontradas pelos diferentes segmentos da produção, bem como avaliar as possíveis fontes de informação sobre o tema.

Justifica-se o esforço de pesquisa como forma de contribuição na harmonização conceitual do bem-estar animal, fato que poderá favorecer os negócios do comércio internacional de carnes de frango, bem como poderá contribuir na elaboração de materiais informativos que possibilitem esclarecer a população sobre as principais condutas e formas de compreensão do bem-estar animal. Poderá, ainda, contribuir com os órgãos oficiais na elaboração de legislações e programas educativos relacionados ao tema.

A pesquisa será desenvolvida junto aos produtores rurais, frigoríficos, serviço federal de inspeção de produtos de origem animal, organismos certificadores e organização de proteção animal. Para atingir os objetivos do estudo, utilizaremos o método de entrevistas estruturadas e não estruturadas. As entrevistas serão realizadas nos endereços indicados pelo setor e não implicam em risco ou desconforto aos participantes. A participação na pesquisa é de grande importância para que se alcancem os objetivos propostos, no entanto, os participantes têm total liberdade de recusar ou de retirar o consentimento, sem qualquer penalização, e poderão fazê-lo através do contato com a pesquisadora Carolina Maciel, através do telefone xxxx, ou pelo endereço eletrônico xxxx.

Importante ressaltar que a identidade dos participantes tem total garantia de sigilo e privacidade, sendo estes dados apenas utilizados para controle da pesquisadora. Portanto, são informações confidenciais, cujos dados coletados serão unicamente utilizados para a realização deste trabalho. Eu, _____, declaro que fui esclarecido (a) sobre a pesquisa " Bem-estar animal: desafios sociais de um termo em construção" e concordo em participar da mesma.

Data: _____, _____ de _____ de 2009.

Assinatura: _____ RG: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Ilmo. Sr.

AUDITOR DA CERTIFICADORA

1. Dados gerais

Data de fundação:

Cidade da Sede:

Região de atuação:

Missão da empresa:

2. Dados específicos

2.1 Qual a principal atividade certificada por esta empresa?

produtos de origem animal

produtos de origem vegetal

produtos químicos

outros. Quais?

2.2 Em relação a produtos de origem animal, qual(is) os protocolos são auditados por esta certificadora?

ISO 14000 ISO 9001 APPCC BRC
Eurepgap PDV BPA

protocolo personalizado de acordo com as exigências do cliente

outro. Qual?

Comentário:

2.3. Em qual etapa da cadeia produtiva concentram-se as auditorias?

produção – na fazenda

transporte

no abate – frigorífico

outra. Qual?

Comentário:

2.4. Em geral, com qual freqüência são realizadas as auditorias?

semanal quinzenal mensal trimestral semestral anual

não há freqüência regular quando há modificação de alguma das condições

quando há carregamento e/ou abate

não sabe

Comentário:

2.5 Quais os principais clientes que solicitam os serviços desta certificadora?

empresas varejistas nacionais

empresas varejistas internacionais

Europa América do Norte Ásia Outros. Qual?

frigoríficos

produtores rurais

outros

Comentário:

--

2.6 Além de proceder auditorias, esta instituição fornece curso de capacitação aos indivíduos e instituições auditadas?

Sim, mas não é freqüente

Sim, e são freqüentes.

Não

Até o momento não foi solicitado este tipo de serviço

2.7 Em geral, qual a área de formação dos auditores?

ciência natural [biologia, medicina veterinária, zootecnia etc]

ciências sociais aplicadas [administração, direito, economia etc]

outros. Quais?

2.8 Em geral, qual o prazo de validade de um certificado de conformidade?

inferior a um ano

entre 01 e 02 anos

superior a 02 anos

2.9 Esta certificadora atua no Estado de Santa Catarina?

() Sim () Não

() Até o momento não houve solicitação de clientes nesta região.

2.10 Em caso de SIM, seria possível precisar o número de estabelecimentos auditados neste Estado e que fazem parte da cadeia produtiva de frango de corte?

() menos de 05 ()
entre 10 e 15

() entre 05 e 10 ()
mais de 15

2.11 Assinale com um X o tipo de relação que esta certificadora mantém com as seguintes instituições:

	Busca informações	Presta consultas quando solicitado	Presta contas	Não mantém contato direto
Organização Mundial de Saúde Animal – OIE				
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO				
Organização Mundial do Comércio - OMC				
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA				
Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO				

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA				
Associação de Produtores de Frangos em geral				
Globalgap				
Organizações não governamentais - ONGs				
Instituto de Defesa do Consumidor - Idec				

2.12. Vossa Senhoria poderia citar em quais os protocolos auditados por esta empresa, o item bem-estar é contemplado:

3 Bem- Estar Animal (BEA)

3.1 Como Vossa Senhoria define Bem-estar animal (BEA):

4.3. Sua definição esta baseada em conhecimentos obtidos por qual meio?

() legislação nacional. Qual?

() legislação internacional. Qual?.....

() publicidade de órgão público. Qual?.....

() publicidade de organismos de proteção animal. Qual?.....

() publicidade de organismos de proteção do consumidor.
Qual?.....

- contrato comercial
- formação universitária
- cursos e treinamentos complementares realizados por interesse:
 - próprio da instituição que trabalha
 - por outro meio. Qual?.....

3.3. Classifique dentre as opções abaixo, em ordem de importância, em qual etapa da produção de frangos de corte você entende que as ações de BEA são mais importantes?

- recepção dos pintos densidade de criação
- temperatura e ventilação programa de luz
- manejo geral no aviário alimentação
- apanha e transporte abate
- outra. Qual?

Comentários:

3.4 Em sua opinião, dentre as etapas citadas acima, qual(is) item(ns) merece(m) maior atenção pelas instituições normatizadoras? Por que?

3.5 Em sua opinião, qual das entidades abaixo relacionadas deve ser responsável para elaboração de diretrizes de BEA para frangos de corte.

- Organização Mundial de Saúde Animal – OIE
- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO
- Organização Mundial do Comércio - OMC

- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
- União Brasileira de Avicultura – UBA
- Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos – ABEF
- Associação Latinoamericana de avicultura – ALA
- Conselho Internacional de avicultura – IPC
- Organização privada do tipo Globalgap
- Organizações não governamentais de proteção animal.
Qual?.....
- Cada estabelecimento deve seguir seu próprio código de práticas de BEA.

Comentário:

--

3.6. Classifique dentre as opções abaixo, em ordem de importância, as lesões decorrentes de ações que estão em desacordo com as diretrizes do BEA adotadas por este organismo certificador.

- comprometimento da qualidade da carne
- comprometimento da segurança alimentar
- comprometimento na conquista de mercados mais exigentes
- dor e sofrimento no animal
- perda de cortes no abate
- aumento no custo de produção

Comentário:

Comentários:

--

3.1 Em sua opinião, campanhas de BEA junto a consumidores, deve ter qual(is) foco de informação sobre as conseqüências da criação e abate de animais em condições adversas de bem-estar animal ? Se possível indique um exemplo.

- os riscos a saúde animal (Exemplo:.....)
- riscos a saúde humana (Exemplo:.....)
- riscos a saúde humana e animal (Exemplo:.....)
- () prejuízos ao produto como sabor, coloração, textura (Exemplo:.....)
- outros (Exemplo:.....)

Comentários:

--

3.11. Em sua opinião, qual dos meios de informação e obtenção de conhecimentos sobre o tema BEA seria mais conveniente para os auditores da certificadora?

- curso rápido de até 40h
- curso intensivo de até 300h
- uma palestra
- um folheto informativo
- publicação em meio eletrônico
- não acha necessário

3.2 Qual a principal fonte de atualização de conhecimentos sobre BEA acessada por Vossa Senhoria?

- pesquisa própria
- fornecida pela certificadora

- fornecida pelo cliente
- produção acadêmica nacional - Área:
- produção acadêmica internacional - Área:
- legislação nacional
- legislação internacional
- não há necessidade de atualização pois os protocolos já estão estipulados

3.3 Dentre os protocolos observados durante uma auditoria, qual deles Vossa Senhoria considera que melhor contempla as questões de BEA?

- APPCC BRC Eurepgap PDV BPA
- protocolo personalizado de acordo com as exigências do cliente
- outro. Qual?

Comentário:

--

3. 13. No caso de certificações de bem-estar animal, qual em sua opinião constitui o maior benefício das auditorias?

- segurança alimentar para os consumidores
- diferenciação do produto
- padronização das normas
- melhoria das condições de criação e abate dos animais

Comentário:

--

3.14 Qual o formato do documento que atesta a conformidade dos requisitos referentes aos protocolos aplicados?

() um selo, na embalagem do produto final, com o logotipo desta certificadora

() um selo, na embalagem do produto final, com o logotipo do cliente junto com uma publicidade do tipo 'em conformidade com diretrizes de bem-estar animal'.

() um selo, na embalagem do produto final, com o logotipo do protocolo auditado

() apenas um certificado para ciência do comprador

() outro. Qual?

4 *Percepção dos demais atores participantes*

4.1. Como Vossa Senhoria avalia a influência dos diferentes segmentos da produção de frangos de corte na definição de normas e padrões de segurança alimentar e BEA?

Classificação	Produtor	Frigorífico	Supermercados	Governo	Sociedade
Muito forte					
Forte					
Moderada					
Fraca					
Muito fraca					
Não sei					
Prefere não responder					

Comentário:

4.2. Em sua opinião, o nível de exigência de BEA na União Européia pode ser classificado como:

- muito bom bom moderado
 fraco muito fraco não sabe

Comentário:

4.3. Em sua opinião, o nível de exigência de BEA no Brasil pode ser classificado como:

- muito bom bom moderado
 fraco muito fraco não sabe

Comentário:

4.4. Em sua opinião, a emergência do discurso de BEA pode ser atribuída a qual dos fatores abaixo relacionados?

- por imposição do governo após os episódios de insegurança alimentar
 por pressão de organizações de proteção a animais
 por demanda do mercado para um produto diferenciado
 não sei
 outra. Qual?

Comentário:

--

Nome do entrevistado:

Data:

9. 3 Modelo de questionário enviado as organizações não-governamentais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisa de que trata o questionário em anexo intitula “Bem-estar animal: desafios sociais de um termo em construção”.

Esta pesquisa tem como objetivo identificar os significados que o termo 'bem-estar animal' evoca entre os entrevistados, bem como registrar os possíveis desafios que a implementação de práticas de bem-estar animal podem trazer para suas atividades.

O estudo terá foco na cadeia produtiva de frangos de corte no Estado de Santa Catarina cuja produção é destinada a exportação para países da União Européia. E, pretende buscar conhecer o nível de informação e as dificuldades encontradas pelos diferentes segmentos da produção, bem como avaliar as possíveis fontes de informação sobre o tema.

Justifica-se o esforço de pesquisa como forma de contribuição na harmonização conceitual do bem-estar animal, fato que poderá favorecer os negócios do comércio internacional de carnes de frango, bem como poderá contribuir na elaboração de materiais informativos que possibilitem esclarecer a população sobre as principais condutas e formas de compreensão do bem-estar animal. Poderá, ainda, contribuir com os órgãos oficiais na elaboração de legislações e programas educativos relacionados ao tema.

A pesquisa será desenvolvida junto aos produtores rurais, frigoríficos, serviço federal de inspeção de produtos de origem animal, organismos certificadores e organização de proteção animal por meio de entrevistas estruturadas e não estruturadas. As entrevistas serão realizadas nos endereços indicados pelo setor e não implicam em risco ou desconforto aos participantes. A participação na pesquisa é de grande importância para que se alcancem os objetivos propostos, no entanto, os participantes têm total liberdade de recusar ou de retirar o consentimento, sem qualquer penalização, e poderão fazê-lo através do contato com a pesquisadora Carolina Maciel, através do telefone xxxx, ou pelo endereço eletrônico xxxx.

Importante ressaltar que a identidade dos participantes tem total garantia de sigilo e privacidade, sendo estes dados apenas utilizados para controle da pesquisadora. Portanto, são informações confidenciais, cujos dados coletados serão unicamente utilizados para a realização deste trabalho. Eu, _____ declaro que fui esclarecido (a) sobre a pesquisa " Bem-estar animal: desafios sociais de um termo em construção" e concordo em participar da mesma.

Data: _____, _____ de _____ de 2009.

Assinatura: _____

RG: _____

Ilmo Senhor

REPRESENTANTE DE ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL DE
PROTEÇÃO ANIMAL

1. Dados gerais

Nome da ONG:

Cidade da Sede:

Região de atuação:

Objetivo da ONG:

2. Dados específicos

2.1. Há quantos anos esta ONG está em atividade?

() 1-5 () 6-10 () 11-20 () mais de 21 () não sabe

2.2. Quantas campanhas de esclarecimento do BEA foram realizadas por esta ONG nos últimos três anos?

() 1-5 () 6-10 () 11-20 () 21-50 () mais que 50

() nenhuma () não sabe () prefere não responder

2.3. Em suas atividades de rotina, esta ONG prioriza algum tipo de espécie animal ou situação? Caso afirmativo, favor marcar itens abaixo.

() animais domésticos: () cães e gatos - () aves e peixes

() animais de produção industrial: () aves () bovinos () suínos

() animais silvestres

- () animais utilizados em experimentos
- () animais utilizados em esportes e entretenimento
- () outros. Quais?

2.4 .Assinale com um X qual o posicionamento desta ONG em relação às seguintes atitudes:

Atitude	Favorável	Contrária	Indefinida
Alimentação vegetariana			
Alimentação vegana			
Boicotes a eventos com exposição de animais			
Boicotes a marcas de produtos farmacêuticos ou de beleza produzidos com base em experimentos animais			
Castração de animais			
Debicagem de aves poedeiras			
Jejum das aves no pré abate			

2.5 . Informar qual o número de membros desta ONG e qual a área de formação profissional predomina entre eles?

	Nº	Área de formação predominante entre os membros da ONG
Efetivos		<p>() ciência natural [biologia, medicina veterinária, zootecnia etc]</p> <p>() ciências sociais aplicadas [administração, direito, economia etc]</p> <p>() filosofia ou sociologia</p>

		() outros
Voluntários		() ciência natural [biologia, medicina veterinária, zootecnia etc] () ciências sociais aplicadas [administração, direito, economia etc] () filosofia ou sociologia () outros
Outros		

3. Bem Estar Animal (BEA)

3.1. Como Vossa Senhoria define bem-estar animal.

3.2. Sua definição esta baseada em conhecimentos obtidos por qual meio?

() legislação nacional. Qual?

() legislação internacional. Qual?.....

() publicidade de órgão público. Qual?.....

() publicidade de outros organismos de proteção animal.
Qual?.....

() publicidade de organismos de proteção do consumidor.
Qual?.....

() formação universitária

() cursos e treinamentos complementares realizados por interesse:

() próprio () da instituição que representa

() por outro meio. Qual?.....

Comentário

3.3 Classifique dentre as opções abaixo, em ordem de importância, em qual etapa da produção de frangos de corte você entende que as ações de BEA são mais importantes?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> recepção dos pintos | <input type="checkbox"/> densidade de criação |
| <input type="checkbox"/> temperatura e ventilação | <input type="checkbox"/> programa de luz |
| <input type="checkbox"/> manejo geral no aviário | <input type="checkbox"/> alimentação |
| <input type="checkbox"/> apanha e transporte | <input type="checkbox"/> abate |
| <input type="checkbox"/> outra. Qual? | |

Comentário

3.4 Em sua opinião, dentre as etapas citadas acima, qual(is) item(ns) merece(m) maior atenção pelas instituições normatizadoras? Por que?

3.5 Em sua opinião, qual das entidades abaixo relacionadas deveria ser responsável para elaboração de diretrizes de BEA para frangos de corte.

- Organização Mundial de Saúde Animal – OIE
- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO
- Organização Mundial do Comércio - OMC
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

União Brasileira de Avicultura – UBA

Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos – ABEF

Associação Latinoamericana de avicultura – ALA

Conselho Internacional de avicultura – IPC

Organização privada do tipo Globalgap

Organizações não governamentais de proteção animal.
Qual?.....

Cada estabelecimento deve seguir seu próprio código de práticas de BEA.

Comentário:

--

3.6. Classifique dentre as opções abaixo, em ordem de importância, as lesões decorrentes de ações em desacordo com as diretrizes de BEA adotadas por esta organização.

comprometimento da qualidade da carne

comprometimento da segurança alimentar

comprometimento na conquista de mercados mais exigentes

dor e sofrimento no animal

perda de cortes no abate

aumento no custo de produção

Comentário:

3.7. Em sua opinião, qual(is) dos fatores abaixo são indicativos de BEA?

- ausência de fome e sede
- ausência de dor e sofrimento
- ausência de medo e angústia
- ausência de desconforto fisiológico
- condições para expressar comportamento natural da espécie
- nenhum deles não sabe

Comentários

3.8 Como representante de uma organização de proteção animal, qual das opções abaixo, você aconselharia a ser o fator de maior importância para a adequação de estabelecimento de produção e de abate em relação às exigências de BEA?

- custo financeiro sciência animal não sei. outra. Qual?

Comentário:

3.9 No que se refere às práticas de BEA, quais das ações abaixo listadas esta ONG fomenta junto aos estabelecimentos de criação e abate de animais?

- treinamento de funcionários
- programa de conscientização e responsabilização dos produtores, grupos de apanha e transportadores

nenhum deles outro. Qual?

Comentário:

--

3.10 Ao promover campanhas de BEA junto aos consumidores, qual(is) o foco da informação sobre as conseqüências da criação e abate de animais em condições adversas de bem-estar animal ? Se possível indique um exemplo.

os riscos a saúde animal (Exemplo:.....)

riscos a saúde humana (Exemplo:.....)

riscos a saúde humana e animal (Exemplo:.....)

prejuízos ao produto como sabor, coloração, textura (Exemplo:.....)

outros (Exemplo:.....)

Comentários:

--

3. 11. Para que as práticas de BEA sejam mais bem divulgadas e compreendidas, quais meios de transmissão de informações e conhecimentos você considera mais eficiente em relação aos demais atores envolvidos na cadeia produtiva de carne de frango?

curso rápido de até 40h -
intensivo de até 300h

curso

uma palestra
informativo

um folheto

publicação em meio eletrônico
necessário

não acha

Comentário:

--

4. *Percepção dos demais atores participantes*

4.1. Como Vossa Senhoria avalia a influência dos diferentes segmentos da produção de frangos de corte na definição de normas e padrões de segurança alimentar e BEA?

Classificação	Produtor	Frigorífico	Supermercados	Governo	Sociedade
Muito forte					
Forte					
Moderada					
Fraca					
Muito fraca					
Não sei					
Prefere não responder					

Comentário:

--

4.2. Em sua opinião, o nível de BEA na União Européia pode ser classificado como:

- muito bom bom moderado
 fraco muito fraco não sabe

Comentário:

--

4.3 sua opinião, o nível de BEA no Brasil pode ser classificado como:

- muito bom bom moderado
 fraco muito fraco não sabe

Comentário:

--

4.4. Em sua opinião, a emergência do discurso de BEA pode ser atribuída a qual dos fatores abaixo relacionados?

- por imposição do governo após os episódios de insegurança alimentar
 por pressão de organizações de proteção a animais
 por demanda do mercado para um produto diferenciado
 não sei outra. Qual?

COMENTÁRIO:

--

Nome do entrevistado:

Data:

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)